

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

MAURÍCIO MARKS HENNEMANN

(BIO)POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO:
Um estudo de caso a partir da gestão do Jovem Aprendiz na Asbem

São Leopoldo
2018

MAURÍCIO MARKS HENNEMANN

(BIO)POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO:

Um estudo de caso a partir da gestão do Jovem Aprendiz na Asbem

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração pelo Curso de Administração da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientador: Prof. Dr. Lucas Henrique da Luz

São Leopoldo

2018

AGRADECIMENTOS

Ao professor Laércio Pilz, pela confiança, apoio e afeto – essenciais no primeiro momento da concepção deste trabalho.

Ao meu orientador, professor Lucas, pela incansável busca do meu melhor. Jamais estive na zona de conforto ao longo destes semestres.

À Joana, que sempre me encorajou a ser quem eu sou, falar o que sinto e escrever o que penso.

À vó Leni, a quem eu procuro naqueles momentos em que o mundo parece complicado demais.

Ao meu irmão Murilo, cuja disciplina e *hard work* sempre foram motivos de admiração e saudável inveja. Conviver contigo sempre me fez ir um pouco mais além.

À minha mãe Jane, pelo amor incondicional, que, de tão forte, dói, é tenso, e se manifesta sem filtro, irracionalmente.

Ao meu pai Marcelo, pelo exemplo de raça, de luta; por me fazer enxergar que ir atrás dos sonhos é um caminho sem volta.

Muito obrigado! Esse TCC é nosso!

“People are always asking me if I know Tyler Durden”.

(PALAHNIUK, 1996, p. 102)

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo identificar características de uma política pública de inclusão, Jovem Aprendiz, que podem ser relacionadas com o paradigma biopolítico foucaultiano, e como tais aspectos aparecem e interferem em sua gestão pela *ONG* Asbem. A fundamentação teórica abordou a evolução histórica da gestão pública, o advento do neoliberalismo, como os estudos organizacionais foucaultianos emergiram e constituem-se, assim como do que se trata a biopolítica em Foucault e seu posterior desenvolvimento. Em termos metodológicos, adotou-se a pesquisa qualitativa, de nível exploratório, realizada na forma de estudo de caso. Os dados foram coletados através de entrevistas semiestruturadas, documentos e levantamento bibliográfico, e a análise foi feita através da técnica análise de conteúdo. Como principais resultados, a pesquisa demonstra que a gestão da *ONG* pode ser relacionada a conceitos advindos da biopolítica foucaultiana. Em primeiro lugar, no sentido de direcionar sua estratégia e técnicas ao ideal de homem do neoliberalismo, um sujeito de interesses e economicamente racional, o *Homo Oeconomicus*. Constata-se também que tal abordagem, centrada no ideal de homem econômico, não esgota os mecanismos biopolíticos que aparecem e interferem na gestão do programa. Também se demonstrou que existem estratégias na Asbem que sugerem a influência em outros aspectos da vida dos jovens, ditando regras e atitudes atuais, moldando existências politicamente úteis aos arranjos socioeconômicos hegemônicos. Por fim, constata-se que as influências da biopolítica encontradas possuem um caráter imperativo, e mecanismos de controle que influenciam tanto o funcionamento da entidade como o modo em que o programa é executado.

Palavras-chave: Gestão Pública. Políticas Públicas de Inclusão. Michel Foucault. Biopolítica.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Evolução Histórica do Estado e da Gestão Pública.....	27
Quadro 2 – Regime Político do Século XIX.....	28
Quadro 3 – Modelo Teórico de Gestão Século XIX.....	28
Quadro 4 – Evolução Histórica do Estado e da Gestão Pública 2.....	33
Quadro 5 – Evolução Histórica do Estado e da Gestão Pública 3.....	43
Quadro 6 - Paradigmas da Gestão Pública no Brasil	43
Quadro 7 – Produção de artigos de caráter crítico.....	54
Quadro 8 – Mapeamento dos resumos dos anais EnANPAD	55
Quadro 9 – Frequência de artigos por ano nos periódicos analisados.....	55
Quadro 10 – Gestores da Asbem.....	87
Quadro 11 – Jovens Aprendizes da Asbem	88

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 TEMA E DELIMITAÇÃO	14
1.1.1 Objetivo geral	17
1.1.2 Objetivos específicos.....	17
1.2 JUSTIFICATIVA	18
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	22
2.1 GESTÃO PÚBLICA	22
2.1.1 Estado Liberal – Século XIX	23
2.1.2 Estado de Bem-Estar Social – Século XX	29
2.1.3 Neoliberalismo e o modelo gerencialista	34
2.2 ESTUDOS CRÍTICOS EM ADMINISTRAÇÃO E FOUCAULT	44
2.2.1 O surgimento de Foucault em análises organizacionais	46
2.2.2 <i>Critical Management Studies (CMS)</i>	49
2.2.3 Utilização de Foucault em estudos organizacionais	52
2.3 PARADIGMA BIOPOLÍTICO FOUCAULTIANO	56
2.3.1 Analítica do poder em Foucault	58
2.3.2 Poder disciplinar	62
2.3.3 Biopolítica	65
2.3.4 Biopolítica pós-Foucault.....	68
3 METODOLOGIA	72
3.1 DELINEAMENTO	72
3.2 UNIDADE DE ANÁLISE E SUJEITOS DA PESQUISA	74
3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	76
3.4 TÉCNICA DE ANÁLISE.....	81
3.5 LIMITAÇÃO DO MÉTODO	82
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	84
4.1 APRESENTAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA	86
4.2 JOVEM APRENDIZ E SUA GESTÃO NA ASBEM – ENFOQUE NO <i>HOMO Oeconomicus</i>	88
4.2.1 Uma gestão para a vida no Jovem Aprendiz na Asbem	101
4.3. POLITIZAÇÃO DA ZOE – UMA GESTÃO QUE INVESTE NA VIDA NO JOVEM APRENDIZ NA ASBEM.....	106

4.3.1 Imperatividade da inclusão social – impactos na gestão do Jovem Aprendiz na Asbem	114
4.4 JOVEM APRENDIZ NA ASBEM E SOCIEDADE DE CONTROLE: MAPEANDO RELAÇÕES.....	120
4.4.1 Sociedade de controle e Jovem Aprendiz – impactos na gestão e estratégia da Asbem	124
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS.....	138
APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS – GESTORES.....	147
APÊNDICE B – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS – JOVENS.....	148

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, presenciamos o ressurgimento do assunto políticas públicas, especialmente entre os países latino americanos, onde, na maioria destes, ainda não foi alcançada uma coalizão política de modo a equacionar minimamente os recursos estatais com as demandas sociais e econômicas. E diversos são os elementos que constituem este campo de conhecimento, integrado por instituições, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação. (SOUZA, 2006).

De acordo com Rua (2009), as políticas públicas são elaboradas e executadas tendo como pressuposto a desigualdade social presente nas sociedades modernas, onde a atividade política é uma forma de promover a cidadania e amenizar diferenças sociais. A autora ainda ressalta que o caráter público de tais políticas é assim designado pois corresponde a um ato imperativo do poder público, que promove a alocação de recursos dentro da sociedade.

A gestão dos recursos oriundos de arrecadação estatal que constituem o patrimônio nacional deve servir, portanto, ao interesse público, vide os princípios da administração pública presentes na Constituição Federal de 1988¹. Entretanto, o debate acerca de como atingir tal interesse público, impessoal e moral, é tarefa árdua tanto para a população quanto para os representantes eleitos.

Desde a derrocada dos poderes absolutistas e nepotistas, onde não havia a separação entre patrimônio privado e público, a questão a respeito do melhor modelo teórico de administração pública tem passado por diversas mutações ao decorrer dos séculos, partindo de uma lógica patrimonialista até o modelo gerencialista que é consenso hoje em dia. (MOTTA, 2013).

Portanto, no âmbito das ações governamentais ocorreram evoluções no que diz respeito às racionalidades e tecnologias políticas, mas não existe um consenso no debate sobre o paradigma gerencialista ser considerado de fato a melhor opção hoje em dia. O gerencialismo emprega na gestão pública diversas características da gestão privada, como a terceirização (privatização), e está associado ao ideal neoliberal, que por sua vez tem como premissa uma máquina estatal enxuta, onde o Estado atuaria somente nas áreas em que a iniciativa privada não pudesse ser

¹ Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

empregada. Os críticos deste modelo teórico de gestão pública defendem o argumento, dentre outros, de que ao diminuir o papel do Estado na economia, os investimentos em políticas públicas de redistribuição de renda diminuiriam, o que acarretaria em maior desigualdade social e econômica. (ABRUCIO, 1997; ARAÚJO; RODRIGUES, 2005).

Algumas questões que podem estar implícitas neste ponto são:

- Se o modelo gerencialista neoliberal não é consenso, por que ele vem sendo empregado em escala mundial?
- E por que, em outras épocas, o modelo burocrático weberiano era tido como o ideal?

Ao realizar tais indagações acerca da formação dos saberes, dos discursos de verdade, assim como das relações de poder e o governo de si e dos outros, autores como Alcadipani (2002) sugerem que a obra de Michel Foucault pode servir como um arcabouço teórico, de modo a realizar uma “problematização” no estudo da administração pública.

A elaboração de um domínio de fatos, práticas e pensamentos que colocam e levantam problemas para as diferentes epistemologias. A problematização é um movimento de análise crítica que procura investigar como diferentes soluções resultam de formas específicas de construção dos problemas. (ALCADIPANI, 2002, p. 12).

O autor ainda acrescenta que a abordagem foucaultiana é relevante para a Administração em sentido amplo, enquanto ciência e/ou área de estudo. (ALCADIPANI, 2002). A partir do pensamento do autor francês, seria possível pensar e interpretar a sociedade através de *relações de poder*, onde não existiriam verdades tidas como absolutas, mas metanarrativas da realidade que originar-se-iam a partir de jogos e disputas situados no âmbito da relação estratégica entre o poder e o saber. Ao adotar-se tal visão, por exemplo, é possível realizar questionamentos acerca da evolução histórica da Administração, relativizando metanarrativas tidas como verdades em dada época, buscando novas compreensões a respeito das rupturas procedurais, epistemológicas e paradigmáticas que ocorreram durante seu desenvolvimento. (CHIAVENATTO, 2003).

Fournier e Grey (2006), em sentido complementar, sugerem que o pensamento de Michel Foucault é especialmente interessante para a Administração, e demais ciências sociais, ao possibilitar uma certa *desnaturalização* da ciência administrativa, de modo que o conhecimento da matéria se torna subjetivo e inerentemente sujeito a relações de poder. Se a ciência administrativa obedece a relações de poder, ela seria, portanto, resultado do conjunto de regras, saberes e discursos válidos cientificamente em determinada época. Foucault (2008) denomina esta situação estratégica de *épistémè*². A *épistémè*, para o filósofo representa, num determinado momento histórico, um ambiente teórico onde os conhecimentos estariam como que mergulhados em condições hipotéticas para existirem, e deste modo retiram suas positivities. Condição, portanto, em que a história da verdade das coisas não representa uma curva ascendente em direção ao real, mas uma história repleta de rupturas e recomeços, representada pelas condições de possibilidade e uso da verdade e do saber. (ARAÚJO, 2007).

Esta compreensão é interessante no sentido de entender que em Foucault, não se tratam de mentes malignas orquestrando métodos de controle e dominação ao exercerem um poder assimétrico enquanto objeto de posse, mas que as relações de poder perpassam toda a teia social e funcionam em rede. (MOTTA; ALCADIPANI, 2004). Portanto, as leis, hegemonias sociais e o poder exercido pelos aparelhos estatais seriam a cristalização de um conjunto de correlações de forças que se originam a partir de lutas e afrontamentos constantes, formando cadeias ou sistemas. (FOUCAULT, 1979).

A partir de tal percepção e concepção de realidade, é possível assumir que com o advento do Estado Liberal, configurou-se uma *épistémè* útil e necessária para o desenvolvimento das relações de produção capitalistas. Era preciso adequar, disciplinar e normatizar os corpos trabalhadores, de modo a gerir e controlar as multiplicidades humanas, extraindo todo o seu potencial produtivo e econômico. Diante deste contexto, dois mecanismos de poder surgem ao decorrer da segunda metade do século XVII e no decorrer do século XVIII, respectivamente: a anátomo-política do corpo e a biopolítica da espécie humana. (DANNER, 2010).

² Termo propositalmente utilizado em francês, no sentido de discorrer sobre o termo próprio foucaultiano, ao invés da palavra em português “episteme”, o que implicaria em discussões terminológicas e suas mutações ao decorrer da história, ao que se refere à precisão quando da utilização do termo.

Segundo Foucault (1996 apud MOTTA; ALCADIPANI, 2004), a anátomo-política do corpo, ou as disciplinas, atuam sobre os indivíduos enquanto corpos individuais, no interior de um espaço fechado atravessado por procedimentos de vigilância, enquanto que a biopolítica agiria sobre um conjunto de processos populacionais, exercendo efeitos de regulação.

As disciplinas, enquanto estratégia, operam uma função de adestramento, de modo que indivíduos, lugares e tempo são decompostos, analisados e ordenados de acordo com um conceito de *normal* definido a priori, e todo aquele que estiver fora de tal padrão deve ser corrigido e enquadrado. Para efetivar-se, o modelo disciplinar requer vigilância exaustiva e constante, no entanto, seu funcionamento deve ser subliminar e economicamente eficiente. O Panóptico de Bentham³, portanto, seria o modelo arquitetural ideal para que tal vigilância fosse concretizada. (MOTTA; ALCADIPANI, 2004). Segundo Fonseca (2001 apud MOTTA; ALCADIPANI, 2004), o campo das disciplinas pode ser esquematizado da seguinte forma: Corpo – Organismo – Disciplina – Instituições.

A biopolítica, por sua vez, tem na normalização a mesma base comum das disciplinas, não havendo contradições entre tais mecanismos, que poderiam inclusive operar simultaneamente. (DUARTE, 2003). Entretanto, para Foucault, a partir do século XIX não importava mais apenas disciplinar corpos individualmente, a própria vida em sociedade demandava uma gestão planejada das populações. A biopolítica, portanto, agiria no sentido de normalizar a própria conduta da espécie, ao exercer influência na observação, manipulação e promoção de fenômenos que dizem respeito à vida humana em sociedade, como as taxas de natalidade e mortalidade, fluxo das doenças e contaminações, assim como as condições de vida e formas de existência. (DUARTE, 2003). O campo da biopolítica pode ser resumido, segundo Fonseca (2001 apud MOTTA; ALCADIPANI, 2004) conforme o seguinte esquema: Mecanismos de Segurança – População – Governo.

Foucault argumenta que a conexão entre as disciplinas e a biopolítica se dá através da norma, que poderia ser aplicada tanto a um corpo individual quanto a uma população. A sociedade de normalização seria um espaço onde se cruzam a norma da disciplina e da regulamentação. (MOTTA; ALCADIPANI, 2004). Foucault

³ Termo cunhado pelo inglês Jeremy Bentham, notavelmente conhecido por sua filosofia utilitarista, para designar uma penitenciária ideal, a qual permitiria a um único vigilante observar todos os prisioneiros sem que estes pudessem saber se estão sendo de fato observados.

(1996 apud MOTTA; ALCADIPANI, 2004, p. 121), ao sintetizar tal hipótese, afirma que:

Dizer que o poder tomou posse da vida, no século XIX até os dias de hoje, é dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que engloba tanto a mecânica do corpo quanto à mecânica da população.

Ao adotar-se a cosmovisão foucaultiana e conceber a sociedade como essencialmente normalizadora, assume-se que as formas de exercício do poder atuam no sentido da busca pelo padrão tido como ótimo e da promoção da vida politicamente útil, a partir de parâmetros arbitrários que diriam respeito às metanarrativas consideradas verdadeiras historicamente. Deste modo, os princípios que regem tanto a gestão pública quanto a gestão de políticas públicas, a partir das luzes teóricas trazidas pelo pensamento foucaultiano, poderiam ser problematizados e questionados, no sentido de assumir que as racionalidades políticas de cada época seriam a forma terminal e, resultado das relações de poder vigentes em dado período. (FOUCAULT, 2008).

Utilizar-se do paradigma biopolítico foucaultiano e sua interconexão com as disciplinas, através principalmente da obra do próprio autor, mas eventualmente recorrendo a autores que complementam suas teorias, no que diz respeito à gestão e implementação de políticas públicas, pode revelar-se especialmente interessante. As quais poderiam, a partir da perspectiva foucaultiana, apresentar em sua racionalidade estratégica aspectos biopolíticos que dizem respeito a uma suposta *normalidade* promovida através de ações estatais de inclusão social, influenciando os resultados e o modo em que a gestão de tais projetos é realizada. (MOTTA; ALCADIPANI, 2004). A manifestação deste poder que age sobre a vida, exercido por entidades governamentais, é precisamente o que Foucault (2007) denominou *biopolítica*. Conceito através do qual o filósofo identificou novos mecanismos políticos agindo sobre a vida concomitantemente com a ascensão do neoliberalismo⁴ no final dos anos 1970, quando a racionalidade biopolítica neoliberal passa a influenciar o governo e a sociedade como um todo através de uma Razão de Estado.

A partir de tal perspectiva, na qual o poder agiria sobre a vida através de mecanismos estatais, obedecendo a uma lógica socioeconômica neoliberal,

⁴ Doutrina proposta por economistas franceses, alemães e norte-americanos, na primeira metade do século XX, voltada para a adaptação dos princípios do liberalismo clássico às exigências de um Estado regulador e assistencialista, que deveria controlar parcialmente o funcionamento do mercado.

hegemônica nas nações ocidentais atualmente, que a presente pesquisa buscará compreender e/ou questionar fenômenos no âmbito da administração pública e da gestão de políticas públicas. Supondo que, de acordo com Michel Foucault (2007), uma nova forma de governar emerge, regulando e promovendo a vida na sociedade de mercado neoliberal, revela-se interessante a possibilidade de investigar empiricamente possíveis aspectos biopolíticos presentes em políticas públicas.

Para o presente estudo, o Programa Jovem Aprendiz, criado a partir da Lei de Aprendizagem 10.097/2000, foi escolhido para análise. Escolha esta que se justifica devido a suposta identificação do programa com o ideal neoliberal, ao atuar promovendo a inclusão social de jovens entre 14 e 24 anos a partir do fortalecimento do mercado e do consumo. A gestão do Jovem Aprendiz entende que a melhor estratégia para atingir tal objetivo é promover cursos de qualificação de cunho técnico/profissional, desvinculados da escolarização, e também proporcionar experiência profissional prática para os jovens, na condição de aprendizes. Entende-se também, a partir de suas premissas e diretrizes, ser possível identificar aspectos que possam indicar um viés normalizador no modo em que a gestão do programa Jovem Aprendiz é realizada. Suposição baseada no fato de que o poder público julga ser possível classificar os jovens, em categorias que dizem respeito a conceitos como *vulnerabilidade social*, por exemplo, e a partir do entendimento de que determinadas situações e/ou comportamentos representam riscos, é necessária uma intervenção estatal, de modo a trazer este jovem novamente para o jogo social, normalizando-o a partir da inclusão produtiva. (PAULA; LOUZADA, 2016).

Ou seja, um exemplo de ação do poder público que supostamente promove o ideal neoliberal, atuando no que seria a produção de determinados modos de existência politicamente úteis e na formatação de indivíduos, os quais estariam inclinados a maximizar seu valor econômico através dos mecanismos da economia de mercado. O exercício de uma atividade política que visa produzir um determinado tipo de ser humano, em sentido biológico e subjetivo, representa, segundo Foucault (2007), uma ação biopolítica, estratégia que teria como objetivo a manutenção da ordem socioeconômica vigente, e dos privilégios de certa elite dominante.

É importante não remeter tal termo, neste caso, ao conceito marxista de elite dominante burguesa; em Foucault (2012) a elite dominante é assim definida primordialmente através das relações de poder, que estratificariam o corpo social. Relações estas que não excluem o aspecto econômico na formação das hierarquias

de classes, mas estendem o debate a um espectro mais amplo e complexo a respeito do entendimento da realidade.

Enquanto tais redes intersubjetivas de poder, cunhadas também através da cultura, ritos, arte, religiões etc., manterem-se fortes e a maioria da população estiver alinhada moralmente aos interesses neoliberais, os sistemas e mecanismos socioeconômicos vigentes continuariam a funcionar e perpetuar as consequências de tal ideal de sociedade. Harari (2016), em sentido complementar, argumenta que na contemporaneidade as revoluções não são abafadas e reprimidas através do uso da força, da coerção, da lei ou de qualquer tipo de repressão exercida pelo aparato político e/ou militar, mas pelo fato de a população compartilhar dos mesmos valores e dogmas.

Conforme sugerido pelo filósofo alemão Friedrich Nietzsche (2012), ainda no século XIX, Deus está morto e nós tomamos Seu lugar. A ascensão e a hegemonia do que seriam religiões humanistas e antropocêntricas, tais como o neoliberalismo, corroboram a visão nietzschiana. (HARARI, 2016). Nas sociedades neoliberais do século XXI, o Paraíso parece estar contido no ideal da prosperidade econômica, da felicidade enquanto fim último e na realização dos desejos terrenos e mundanos. Em contrapartida, a condição de tornar-se inválido e insignificante perante a representação deísta a qual chamamos de Mercado, parece sugerir uma concepção de Inferno que nem mesmo Dante⁵ ousaria imaginar. (AGAMBEN, 2011).

1.1 TEMA E DELIMITAÇÃO

A gestão pública tem como objetivo administrar o patrimônio público, em tese pertencente ao povo, através de uma ideia de Estado e Governo. A partir da análise histórica dos modelos teóricos que nortearam este campo de conhecimento, é possível inferir que não ocorreu uma evolução do pior para o melhor modelo de gestão, mas uma mudança de paradigma de acordo com a situação e discurso de cada época. (ABRUCIO, 1997; ARAÚJO; RODRIGUES, 2005).

Atualmente o paradigma mundial está alinhado a uma racionalidade gerencialista e neoliberal dentro da administração pública, na qual diversos

⁵ Alusão à clássica obra Divina Comédia (1304 – 1321), concebida pelo escritor, poeta e político florentino, Dante Alighieri. Nela, o autor explora o conceito de Inferno, imaginando-o como nove círculos de sofrimento dentro da Terra.

elementos da gestão privada são aplicados, buscando-se uma alternativa mais eficaz em relação ao modelo burocrático weberiano então vigente. (ABRUCIO, 1997).

Ao propor a descontinuidade da evolução das ciências sociais, em que o saber científico não seria o resultado de uma curva ascendente, mas antes repleto de rupturas e recomeços ligados a relações de poder (FOUCAULT, 1979), o pensamento do autor pode trazer importantes reflexões a respeito do momento histórico, ou épistémè, da ciência administrativa, principalmente no âmbito público.

Para Foucault, a partir do século XIX no Ocidente uma estratégia biopolítica começa a tomar forma: as populações e as formas de vida em sociedade passam a ser alvo dos cálculos e saberes do poder. (DUARTE, 2008). A racionalidade e governamentalidade neoliberal exerceriam-se também através de políticas públicas, na identificação de parcelas e zonas de risco populacionais, onde torna-se necessária a intervenção estatal de forma a promover um tipo ideal de vida e sujeição, que por sua vez correspondem a uma administração econômica da população. (LOCKMANN, 2013; COSTA, 2016). De forma a investigar e buscar correlações entre as racionalidades estratégicas políticas vigentes e o paradigma biopolítico foucaultiano, a pesquisa será delimitada a partir de 3 conceitos-chave (*Homo Oeconomicus*, *Bios Politikos* e *Sociedade de Controle*) na análise de uma política pública. Tais conceitos supostamente poderiam expressar o funcionamento do poder biopolítico atuante na sujeição de indivíduos, promovendo determinadas formas de vida e existência.

Tais conceitos foram escolhidos baseados em aspectos da biopolítica diretamente de Foucault (2007), que já relacionava o surgimento de tais intervenções técnicas e estratégicas diretamente com a ascensão da ideologia neoliberal, justificando a investigação do ser humano a partir da concepção de *Homo Oeconomicus*, ou seja, um ser movido por estímulos econômicos, característica humana que seria marcante em tais sociedades. Tal visão e concepção da humanidade, no paradigma biopolítico foucaultiano, serviria aos próprios ideais neoliberais, no sentido de que governos influenciados por essa ideologia teriam como propósito fomentar e fortalecer o *livre-mercado*. Portanto, havendo populações regidas primordialmente por estímulos econômicos, tornar-se-ia mais fácil pôr em prática uma administração econômica das populações. Em suma, o *Homo Oeconomicus* é um conceito que representa uma forma de vida e existência

politicamente útil ao paradigma biopolítico/neoliberal, vigente em países como o Brasil. Devido a este motivo, o conceito de *Bios Politikos*, que representa uma vida qualificada, ou politicamente útil para o sistema socioeconômico vigente, também se faz importante, pois este ideal de existência alinhado aos interesses dominantes, seria exaltado e incentivado através de variados mecanismos biopolíticos. A Sociedade de Controle, concepção clássica de Gilles Deleuze (2006) tendo como *background* o paradigma biopolítico foucaultiano, embora este preferisse adotar uma perspectiva no sentido de sociedade e mecanismos de segurança, é importante no contexto do presente trabalho devido a ser esta a construção teórica que busca explicar o funcionamento e as tecnologias que dão suporte ao biopoder atuando na forma de intervenções estatais biopolíticas; sem desconsiderar outros mecanismos supostamente de controle, tais como o marketing, o politicamente correto, as redes sociais etc.

Relacionar ações estratégicas de interferência estatal no mercado e na vida de populações, tais como as políticas públicas de inclusão social, com o paradigma biopolítico foucaultiano, que fornece as balizas desta pesquisa, apresenta-se como uma interessante linha de pesquisa e investigação na área da administração pública. Almejando trazer à tona novas perspectivas e reflexões relevantes, assim como fornecer suporte teórico para novas hipóteses, conclusões e estudos pertinentes ao tema, de modo que questões éticas e econômicas possam ser pensadas através de uma ótica crítica e desconstrutiva.

Ao que concerne o presente trabalho, a política pública de inclusão a ser analisada será o Jovem Aprendiz, ou Aprendiz Legal, conforme nomenclatura do site oficial. (APRENDIZ LEGAL, 2018). O Jovem Aprendiz é um programa voltado para a inserção de indivíduos entre 14 e 24 anos no mercado de trabalho, através da imposição de que empresas de médio e grande porte devam contratar tais jovens como aprendizes. O contrato de trabalho celebrado com as empresas contratantes pode se estender até 2 anos, e durante tal período o jovem é capacitado na instituição formadora e na empresa, combinando formação teórica e prática. (APRENDIZ LEGAL, 2018).

A gestão do programa Jovem Aprendiz, ao que diz respeito a este trabalho, será analisada a partir de sua execução pela ONG Asbem, localizada no município de Novo Hamburgo – RS. De acordo com o site oficial da entidade (ASBEM, 2018), o público-alvo de atuação da Asbem são jovens em situações de risco ou

vulnerabilidade social, possuindo, portanto, um caráter de assistência social, posicionamento este que acompanha os 25 anos da entidade. Tal estratégia de atuação diz respeito também ao modo em que a ONG gerencia a execução do programa Jovem Aprendiz, concentrando seus esforços no trabalho com jovens em situações precárias, encaminhados principalmente pela Secretaria de Assistência Social do município de Novo Hamburgo. (ASBEM, 2018).

Através de políticas públicas de tal viés, é possível verificar o caminho escolhido pelo Brasil, seguindo as diretrizes do Banco Mundial, que seria o de promover a inclusão através do fortalecimento do capital e mercado, onde tornar-se-ia necessário capacitar trabalhadores como forma de inclusão social. (PAULA; LOUZADA, 2016). As autoras (2016) ainda destacam a importância para a gestão pública da problematização dos conceitos e práticas de inclusão, pois estas seriam inerentemente resultado de uma série de relações de poder e fazem parte de uma racionalidade política, não podendo ser pensadas fora dela.

Diante do exposto até aqui, buscando ampliar o conhecimento e enriquecer o debate acerca do tema gestão de políticas públicas, utilizando-se, para isso, do pensamento de Michel Foucault e seu paradigma biopolítico, propõe-se a seguinte questão problema: **que características do programa Jovem Aprendiz podem ser relacionadas com o paradigma biopolítico foucaultiano e como aspectos biopolíticos aparecem e interferem na gestão e resultados do programa na instituição Asbem?**

1.1.1 Objetivo geral

Identificar características do Jovem Aprendiz que podem ser analisadas através do paradigma biopolítico foucaultiano, de modo a buscar compreender como aspectos biopolíticos aparecem e interferem na gestão e resultados do programa na instituição Asbem.

1.1.2 Objetivos específicos

- Analisar aspectos biopolíticos a partir da racionalidade estratégica do Jovem Aprendiz e identificar aqueles que poderiam situar o homem como *Homo*

Oeconomicus, e as possíveis consequências de tal associação na gestão e resultados do programa;

- investigar características biopolíticas do Jovem Aprendiz que incentivam e protegem determinada forma de vida qualificada (*bios politikos*), de modo a influenciar as estratégias adotadas;
- mapear possíveis relações entre o Jovem Aprendiz e a lógica de uma sociedade de controle, resultante da influência biopolítica neoliberal, e os possíveis impactos decorrentes que poderiam influenciar os objetivos e metas propostas pelo programa.

1.2 JUSTIFICATIVA

Realizar um trabalho que busca inspirações nos Estudos Críticos de Administração (ECA ou CMS), ainda pode ser apontado como algo *diferente*, principalmente em relação às pesquisas realizadas a partir das perspectivas que embasam o que pode ser considerado o *mainstream* da área. (ROCHA *et. al.*, 2008).

Geralmente, pesquisas acadêmicas de caráter produtivista e funcionalista são mais aceitas e mais simples de serem justificadas dentro da área de gestão, e isso deve-se principalmente ao próprio paradigma que adotam. Tal intenção performativa, de acordo com Alcadipani (2002), reflete bastante o status da Administração no Brasil, que operaria na lógica de aumentar *outputs* e diminuir *inputs*, almejando, portanto, níveis máximos de performance econômica/financeira.

Produzir conhecimento de caráter crítico, de acordo com Fournier e Grey (2006), geralmente envolve comprometer-se com 3 aspectos-chave:

- intenção desvinculada de performance;
- visão desnaturalizada da ciência administrativa;
- reflexividade.

Desvincular-se da ênfase na performance, diz respeito a resistir à tendência contemporânea de *produzir por produzir*, grandes quantidades de produtos com pouca ou nenhuma essência, adquiridos por cidadão-consumidores influenciados por dispositivos de poder e mecanismos de controle disfarçados sob o nome de

marketing; tal visão possibilitaria a consideração de novas formas de ordenamento social. (DELEUZE, 2006; ALCADIPANI, 2011). Visão desnaturalizada da ciência administrativa, por sua vez, pode ser identificada com a própria visão de Foucault (1979) a respeito do conhecimento científico de forma geral, que para o filósofo não representa uma evolução constante até o que seria hoje a expressão máxima de avanço, mas uma história repleta de rupturas e recomeços, atravessada por relações de *poder-saber*, portanto contestável e passível de avaliações críticas. Fournier e Grey (2006) acrescentam que, a partir de tal visão desnaturalizada, o estágio das coisas como estão não deve ser considerado natural ou inevitável, o que abriria espaço para novas possibilidades.

Por último, a reflexividade enfatiza o papel do pesquisador na produção de conhecimento, ao refletir além das concepções dualistas de certo/errado, ou verdadeiro/falso, colocando o sujeito pensante no centro da sala como responsável por suas hipóteses, desafiando a suposição positivista de que existiria uma realidade a ser apreendida *lá fora*. (FOURNIER; GREY, 2006).

No contexto atual, onde as estruturas de negócios tradicionais estão sendo abaladas por novas formas de organização do capital e da sociedade como um todo, vemos diariamente o estabelecimento de novos negócios colaborativos e que desafiam o *status quo*: Uber, Airbnb, GAFA⁶, entre outros. (LUZ, 2016). O autor ainda sugere, tendo a estratégia como foco, que as novas configurações sociais demandam uma abordagem mais complexa por parte dos administradores, em que a perspectiva finalística não é tida como autoexplicativa, e que os agentes envolvidos exerçam mais o papel de descobridores e não apenas modeladores de uma realidade criada *a priori*.

No que se refere às políticas públicas, nota-se que o Brasil tem optado por um regime político de neoliberal desde a última reforma administrativa ocorrida nos anos 90, direção ideológica e política atribuídas ao governo mesmo durante a hegemonia petista. (MOTTA, 2013). Tal posicionamento político e econômico caracteriza-se por atribuir funções e políticas típicas de Estado a serviço do livre-mercado, o que é, nas palavras de Foucault (2007), um governo que ao invés de agir devido às desigualdades inerentes ao sistema capitalista, opta por agir visando o

⁶ GAFA: sigla adotada pelos franceses para se referirem aos gigantes tecnológicos americanos: Google, Apple, Facebook e Amazon.

fortalecimento do sistema, acreditando que o mercado isoladamente apaziguará as mazelas sociais.

Dentro deste contexto, o Jovem Aprendiz é um exemplo de política pública de caráter educacional, técnico e profissional, cujo objetivo é a inclusão social e produtiva de jovens que estariam à margem da sociedade, e devido a isso, são classificados de tal modo em que a intervenção do Estado é tida como necessária.

O público-alvo do programa geralmente são jovens advindos das classes sociais mais baixas, com pouco acesso à cultura, estudantes ou formados pelo sistema público de ensino. Devido ao precário sistema de escolarização pública no Brasil, estes jovens possuem poucas perspectivas em relação a obter um diploma de nível superior; nas universidades públicas, há a concorrência com jovens advindos do sistema privado de ensino, enquanto as universidades privadas geralmente demandam um alto investimento, principalmente para famílias de baixa renda. Este cenário não implica necessariamente em afirmar que tais jovens não possam cursar nível superior, mas constata que devido aos fatores expostos, em tese, as condições são mais difíceis para esta camada da população.

A partir de uma lógica neoliberal, uma das soluções propostas pela administração pública brasileira de modo a combater desigualdades sociais, passa a ser incluir socialmente jovens em situação de risco ou vulnerabilidade, através de políticas públicas tais como o Jovem Aprendiz. No entanto, é plausível supor que tais políticas públicas não diminuiriam as desigualdades sociais, mas agiriam apenas com o propósito de manter certas parcelas da população com condições básicas de vida. Estratégia que poderia ser justificada a partir do caráter normalizador e técnico contido nas premissas e diretrizes destes programas, que parecem promover a produção em massa de sujeitos tecnicamente qualificados e moralmente identificados com os ideais neoliberais; sujeitos dóceis e conformados, mantendo em pleno funcionamento as engrenagens da produção e do consumo. (MEYER *et. al.*, 2014; SCISLESKI; BERNARDES, 2014).

Diante das dificuldades impostas pelas conjunturas políticas e econômicas enfrentadas no Brasil ao longo da história, principalmente nos dias de hoje, o presente trabalho almeja questionar e provocar novas reflexões a respeito de como a máquina pública é administrada, tendo como foco a gestão de políticas públicas de inclusão social. Para tal empreendimento, o paradigma biopolítico de Michel Foucault será utilizado como aporte teórico, escolha que justifica-se a partir do

caráter crítico contido na obra do autor, que em determinado momento dedicou-se ao estudo dos regimes neoliberais que surgiram após o declínio do Welfare State⁷ nos anos 1970. (FOUCAULT, 2007).

Novas formas de ordenamento social e de gestão do capital, quebra de paradigmas funcionalistas e produtivistas na ciência administrativa, período de incerteza política e econômica, crises sistêmicas enfrentadas por países neoliberais e a necessidade de refletir e questionar sobre as consequências e resultados de políticas públicas que visam o fortalecimento do mercado: todos estes fatores, entre outros, podem ser apontados como justificadores. O que leva a crer que a presente pesquisa se justifica devido ao seu caráter reflexivo e crítico, além de inovar no sentido de utilizar-se de luzes teóricas ainda pouco exploradas pela academia de Administração brasileira. (FISCHER, 2003).

⁷ Na tradução em português, “Estado de Bem-Estar Social”. Diz respeito a um tipo de organização política e econômica que coloca o Estado como agente da promoção social e organizador da economia. Na bibliografia pesquisada, assim como neste trabalho, o termo aparece em ambos os idiomas, sem designar qualquer diferença conceitual.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De modo a explorar os principais conceitos e teorias que embasam a presente pesquisa, este capítulo inicia-se com a abordagem da evolução histórica do campo de estudos ao qual hoje denominamos de Gestão Pública. Julga-se importante avaliar o tema historicamente, no sentido de compreender suas origens, mudanças e paradigmas, almejando apresentar uma visão mais complexa e desnaturalizada dos modelos gestionários de Estado contemporâneos.

No item seguinte, afim de aproximar Michel Foucault aos estudos de gestão e organizações, discorre-se sobre como o autor tem sido utilizado na área, recorrendo para tanto às correntes de pensamento dentro da teoria administrativa tidas como *críticas*. Este item serve, portanto, como um intermediador entre áreas que não são comumente relacionadas, demonstrando como o paradigma biopolítico foucaultiano pode ser utilizado ao analisar-se gestão e políticas públicas.

Por fim, a biopolítica em Foucault é apresentada, tendo como ponto de partida sua concepção, ou analítica do poder, culminando em seus estudos sobre a biopolítica e o neoliberalismo emergente no Ocidente a partir dos anos 1970, intrinsecamente conectados. Ao concluir o item, são apresentados alguns autores que contribuíram e/ou complementaram a biopolítica foucaultiana, cujas teorias e ideias podem revelar-se interessantes diante dos objetivos do presente trabalho.

2.1 GESTÃO PÚBLICA

De modo a compreender o status e momento atual da gestão pública, julga-se importante a elaboração de uma linha histórica que dialoga tanto com a gestão pública em si, quanto com os regimes políticos que propiciaram seu desenvolvimento; a história nos permite, a partir do passado, o distanciamento necessário de forma a avaliar o presente e o futuro. Portanto, este item está dividido em três períodos essenciais para o entendimento do tema, iniciando com o pequeno Estado Liberal do século XIX, que romperia com a tradição absolutista, onde ocorre a emergência do capitalismo como sistema de produção e a burocracia weberiana torna-se hegemônica na administração pública. (BRESSER-PEREIRA, 1996; ARAGÃO, 1997).

Devido a diversos fatores o Estado cresce de tamanho no século XX, ao invés de mero alocador de recursos, a justiça social em oposição às desigualdades do liberalismo passa a ser uma atividade direta dos burocratas do governo. Programas como previdência social e planos de saúde passam a ser direito de todos os cidadãos nesta época próspera conhecida como os “Anos Dourados”, que se estenderia aproximadamente até a crise do petróleo dos anos 1970. (ESPING-ANDERSEN, 1995).

A partir deste momento, o economicismo puro é tido como solução imediata, a ciência administrativa passa a influenciar a administração pública, que passa a adotar uma gestão de cunho gerencialista, enquanto que o liberalismo é resgatado através de um movimento que ficou conhecido como neoliberalismo. A diferença principal entre o liberalismo clássico e revolucionário do século XIX, e o que presenciamos nas últimas décadas, reside no aspecto de que antigamente o Estado deveria ser mínimo e o mercado solucionaria todos os problemas econômicos e sociais, enquanto que o neoliberalismo permite e incentiva intervenções, desde que estas sirvam aos interesses do próprio mercado. (ANDERSON, 1995; PAULA, 2005).

Visando a conclusão deste item, após a retrospectiva e reflexão acerca dos regimes políticos e modelos de gestão pública ao longo da história, uma breve análise do estado atual da administração pública no Brasil é apresentada, a qual passa também a adotar a ideologia neoliberal e o gerencialismo enquanto modelo teórico de gestão pública. (LIMA JUNIOR, 1998).

2.1.1 Estado Liberal – Século XIX

O começo desta retrospectiva tem início nos primórdios das organizações sociais adotadas ao longo da história, Bresser-Pereira (2001) aponta que a partir de transformações econômicas e políticas, as tribos de sociedades primitivas deram origem a impérios, ou cidades-estados, que posteriormente transformaram-se em modernos estados-nação. Colossi (1978) sugere que mesmo civilizações antigas (Suméria, Egito, Babilônia, etc.) exerciam práticas administrativas, e de acordo com o conjunto de regras, filosofia e cultura de cada povo, havia uma certa ideia de organização. Entretanto, no que concerne aos modelos teóricos e práticas de gestão pública contemporâneos, seu surgimento deve-se ao que Motta (2013) entende por

as primeiras ideias de uma administração pública eficiente, que avançaram somente a partir da Revolução Industrial e a derrocada dos poderes absolutistas e monárquicos.

A administração patrimonialista definiu as monarquias absolutas, que vigoraram durante o período do Estado absolutista, que teve início nos séculos XVI e XVII, onde não havia uma distinção clara entre propriedade privada e patrimônio público, sendo o Estado considerado como propriedade do rei (BRESSER-PEREIRA, 1996). O autor ainda aponta que durante este período, o nepotismo, empreguismo e eventualmente a corrupção, eram a norma.

Anderson (1986 apud BRESSER-PEREIRA, 2001) situa o Estado absolutista no marco do modo de produção feudal, onde haveria coerção política-legal exercida pelas classes dominantes. Eis que, das entranhas do feudalismo, surge o capitalismo como algo novo e revolucionário, apoiando-se inicialmente em atividades ilícitas de modo a promover a acumulação primitiva. Contribuindo com a ascensão do capitalismo, que passaria a ser o modo de produção dominante, e a conseqüente derrocada do absolutismo, o liberalismo firma-se como a ideologia da nova classe burguesa (BRESSER-PEREIRA, 2001). O autor ainda salienta o aspecto revolucionário da ideologia liberal no contexto onde ocorreu seu desenvolvimento, a defesa ardorosa do individualismo e da economia de mercado teve como alvo o sistema de governo absolutista, repressor das liberdades e iniciativas individuais. A partir de tais transformações, tendo em vista o enfraquecimento do Estado absoluto, surge então o Estado Liberal do século XIX, que através de revoluções constitucionais e liberais estabeleceu o Estado de Direito, e reformou o serviço público a partir da substituição do sistema de administração patrimonialista para a administração burocrática. (BRESSER-PEREIRA, 2001).

Baseada na Teoria da Burocracia de Max Weber, surge então a administração pública moderna, racional-legal, que viria substituir as relações patrimonialistas e nepotistas vigentes nas monarquias absolutas, onde o Estado era propriedade do rei e o patrimônio público e privado eram confundidos. Tornou-se necessária uma distinção entre público e privado, assim como a separação do político e do administrador público, pois era essencial que houvessem tais distinções para o desenvolvimento do capitalismo, que demandava uma clara separação entre Estado e Mercado (BRESSER-PEREIRA, 1996). Segundo Girglioli (1995 apud ARAGÃO, 1997), o termo burocracia já nasceu dotado de forte conotação negativa,

utilizado no século XVIII para criticar a centralização administrativa, excesso de formalismo e o próprio absolutismo. Ainda hoje o termo é utilizado desta forma, como um adjetivo pejorativo ao excesso de processos, procedimentos, formalidade etc. E não rara, é a associação entre burocracia e ineficiência. (ARAGÃO, 1997).

Entretanto, a organização burocrática em Weber é o modelo ideal de eficiência, e para atingir este objetivo a burocracia detalha minimamente todos os procedimentos necessários em cada processo, de forma a impedir decisões arbitrárias e/ou políticas dos funcionários e gestores. (CHIAVENATTO, 2003). Neste aspecto, Weber foi pioneiro ao delimitar a distinção entre política e administração pública, enquanto que os políticos deveriam demonstrar capacidade criativa e iniciativa política para o enfrentamento de questões, os burocratas do governo possuiriam atribuições ligadas aos processos racionais-legais, executando suas funções e auxiliando o cumprimento das metas do aparelho estatal como um todo. (ARAGÃO, 1997).

Apesar de ser considerado o principal teórico, Weber não chegou a definir a burocracia, ao invés disso optou por enumerar suas características tendo como base um modelo puro do tipo ideal⁸, que não corresponderia a nenhuma organização existente. (COLOSSI, 1978). O autor ainda lista algumas das características principais desta organização burocrática ideal a partir da obra “Ensaio de Sociologia” de Max Weber (1974, p. 143):

A burocracia é organizada por normas escritas – Tarefas, cargos e relações de comando são delimitadas formalmente através de regulamentos, que são distribuídos como deveres oficiais.

A burocracia é uma organização que estabelece os cargos segundo o princípio hierárquico – Postos e níveis de autoridade ordenados de forma a sistematizar o mando e a subordinação; nenhum cargo fica sem controle e supervisão.

A burocracia é uma organização que fixa regras e normas para o desempenho de cada cargo – A conduta e as atividades de cada cargo são descritas exhaustivamente, assim como o desempenho também obedece regras estabelecidas hierarquicamente.

A burocracia é uma organização na qual a escolha das pessoas é baseada no mérito e na classificação e não em preferências pessoais.

A burocracia é uma organização que se baseia na separação entre a propriedade e a administração – Para assegurar a impessoalidade e a rigidez necessária para a manutenção do sistema, é necessário que os recursos da organização estejam separados de qualquer controle externo.

A burocracia é uma organização que se caracteriza pela profissionalização de seus participantes – Tanto os funcionários de caráter operacional quanto

⁸ Instrumento metodológico que exprime um objeto categoricamente construído em sentido puro, ou seja, sem interferência de ações sociais.

os gestores do mais alto escalão são especialistas assalariados, cuja função na organização é sua principal atividade profissional.

Através das características supracitadas, evidencia-se o aspecto principal do que representou a mudança do paradigma patrimonialista para o burocrático em relação a gestão do Estado, a burocracia foi necessária para ocorrer de fato a separação entre os papéis do político e do gestor público. Justamente o que o emergente Estado Liberal precisava para legitimar as relações econômicas capitalistas. (BRESSER-PEREIRA, 1996).

Apesar de ao primeiro olhar a burocracia apresentar-se como um sistema que preza pela impessoalidade e profissionalismo, é interessante notar o aspecto crítico evidenciado pelo próprio Weber, que considerava a organização burocrática também uma forma de dominação e poder. Justamente o aspecto racional-legal, que legitimaria as ações executadas com o pressuposto da impessoalidade, funcionaria também como um mecanismo de dominação por quem dava ordens e estava no topo da hierarquia, de modo que quem recebia ordens acreditava estar cumprindo sua obrigação (COLOSSI, 1978). Ou seja, enquanto a administração patrimonialista era simplesmente a expressão pura da vontade do soberano, a administração burocrática usaria de seu formalismo com o objetivo de legitimar relações de dominação.

A partir do exposto, é possível observar algumas das condições em que o Estado Liberal do século XIX consolidou-se, trazendo consigo uma série de reformas (jurídicas, administrativas etc.). A emergência do liberalismo como ideologia dominante, assim como do modelo burocrático na gestão pública, configurou-se partir de uma reação aos grandes impérios absolutistas que vigoravam até então. O liberalismo partia da crença no poder do capital e do livre mercado, como formas de aumentar a prosperidade econômica e a igualdade de classes, deslocando a ênfase do rei soberano para as iniciativas econômicas individuais como forma de regular a economia. É célebre a representação do mercado como uma mão invisível que regularia a economia por si só, creditada a Adam Smith, considerado o principal autor do liberalismo. Devido a tal cenário, é possível entender a adoção da burocracia como modelo teórico na gestão pública durante este período, um dos princípios balizadores da burocracia é justamente a impessoalidade, que provavelmente deve ter sido muito atraente às sociedades que acabaram de derrotar o poder aristocrata. (PEREIRA, 2004).

A transição entre o Estado Absolutista e o Estado Liberal explorada neste item, assim como a consequente mudança de paradigma na gestão pública, é ilustrada na linha do tempo do Quadro 1 abaixo, em fins de explicitar tais acontecimentos:

Quadro 1 – Evolução Histórica do Estado e da Gestão Pública

Séculos XVI e XVII	Século XIX
Origens do Estado Absolutista	Estado Liberal
Gestão Pública Patrimonialista	Gestão Pública Burocrática

Fonte: Elaborado pelo autor.

De forma a sintetizar este momento inicial da consolidação do Estado Liberal do século XIX, onde o modelo de gestão burocrática foi adotado no âmbito da administração pública, são utilizados dois quadros que demonstram algumas das ideias fundamentais, e também alguns dos acontecimentos mais importantes relacionados ao Regime Político (Quadro 1) e ao Modelo Teórico de Gestão (Quadro 2). A opção de utilizar dois quadros de síntese foi escolhida devido à já mencionada importância da interconexão entre política e gestão, onde adotamos a ideia presente em autores como Colossi (1978), de que não existiria algo como o melhor modelo teórico, mas o que melhor se adequa a dado contexto histórico, ideológico, político, cultural, científico etc. Portanto, julga-se importante não apenas demonstrar a evolução da gestão pública em si, mas também algumas das razões e ideias que, em determinado momento, deram suporte à adoção de determinado modelo, pois este teria sido o mais adequado de acordo com os interesses vigentes.

Quadro 2 – Regime Político do Século XIX

Estado Liberal
Liberalismo é a ideologia hegemônica
Capitalismo é o modo de produção
Estado de Direito é o sistema institucional
Classe burguesa torna-se dominante
Representa o fim dos governos absolutistas
Aparelho estatal enxuto com pouca intervenção
Marca o fim do sistema feudal de produção
Para alguns autores, é o Estado moderno por excelência
Livre mercado como regulador da economia

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 3 – Modelo Teórico de Gestão Século XIX

Organização Burocrática
Separação entre político e gestor público
Distinção entre patrimônio privado e público
Premissa de modelo ideal de eficiência
Representa o fim da administração patrimonialista
Formalismo e aspecto racional-legal
Organizada por normas escritas
Cargos estabelecidos segundo hierarquia
Regras e normas fixadas para cada cargo
Baseada no mérito e não em decisões pessoais
Profissionalização dos participantes

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme exposto nos parágrafos anteriores, vimos que o Estado como organização social iniciou absolutista e patrimonial nos séculos XVI e XVII e, a partir de transformações no século XIX tornou-se liberal e burocrático. A entrada do século XX marca o momento em que a democracia é finalmente conquistada, o sufrágio universal é estabelecido e as mulheres e pobres podem votar e exercer plenamente a cidadania; neste momento, o Estado passa a ser considerado liberal, democrático e burocrático. (BRESSER-PEREIRA, 2001).

2.1.2 Estado de Bem-Estar Social – Século XX

Após alguns eventos ocorridos na primeira metade do século XX, com destaque para a Grande Depressão nos anos 30 e a influência do keynesianismo⁹ na política econômica, o Estado social-democrático (ainda burocrático) torna-se dominante entre os países desenvolvidos a partir do final da Segunda Guerra Mundial. Era o início da era do Estado de Bem-Estar Social. (BRESSER-PEREIRA, 2001, 2017).

Considerado por Arretche (1996) um fenômeno próprio do século XX, este novo paradigma econômico e político inaugura uma época em que a provisão de serviços sociais passa a ser direito assegurado pelo Estado a camadas bastante expressivas da população. A autora ainda sugere que teria ocorrido uma verdadeira institucionalização e expansão do Welfare State no período pós-guerra, articulando um conjunto de programas sociais e assegurando direitos agora tidos como básicos: aposentadoria, habitação, assistência médica etc.

Em sentido complementar, Bresser-Pereira (1996) aponta que enquanto o pequeno Estado Liberal do século XIX tinha como principal função garantir a propriedade e os contratos, o novo regime político que despontava a partir dos anos 30 acabou dando origem a um grande Estado social e econômico. Este novo Estado assumiu o papel de agir proativamente em defesa da justiça social e de mais igualdade na distribuição do produto econômico, assumindo uma série de serviços sociais – i.e. educação, saúde, cultura, previdência, assistência social, pesquisa científica – e de papéis econômicos – i.e. regulação do sistema econômico interno e das relações econômicas internacionais, estabilidade da moeda e do sistema financeiro, provisão de serviços públicos e de infraestrutura. (BRESSER-PEREIRA, 1996).

Ao investigar as origens e as razões da emergência e consolidação do Welfare State, verificou-se que existe um vasto material a respeito de diversas teorias explicativas. Arretche (1996) buscou extrair desta produção teórica e analítica alguns argumentos de modo a enriquecer a discussão. De acordo com a autora haveriam dois tipos centrais de causalções que orientam os argumentos

⁹ Conjunto das teorias e medidas propostas pelo economista britânico John Maynard Keynes e seus seguidores, que defendiam, dentro dos parâmetros do mercado livre capitalista, a necessidade de uma forte intervenção econômica do Estado com o objetivo principal de garantir o pleno emprego e manter o controle da inflação.

explicativos identificados: uma corrente que atribui maior peso a causas de natureza econômica, e outra, em que o fenômeno do Welfare State é atribuído a razões de ordem política ou institucional. A corrente econômica utiliza argumentos centrados na ideia de que a emergência dos programas sociais durante o período seria um subproduto das transformações desencadeadas pela industrialização e o advento do capitalismo. A corrente política ou institucional, por sua vez, atribui ao surgimento do Welfare State argumentos no sentido de que esta nova configuração do Estado seria resultado da luta de classes, de distintas estruturas de poder político, ou ainda de estruturas estatais e institucionais. (ARRETCHE, 1996).

No momento de consolidação deste regime político, o modelo teórico burocrático ainda era o modelo vigente na gestão pública, entretanto, o aparelho estatal já não era mais o mesmo. Enquanto que no pequeno Estado Liberal do século XIX a intervenção na esfera social e econômica deveria ser mínima, de forma com que o próprio mercado se autorregulasse, o novo Estado que surgia demandava uma intervenção cada vez mais ativa e profissional da parte dos burocratas do governo. Ao invés de mero alocador de recursos, o Estado passa a ser um prestador de serviços públicos, tendo como objetivo o alcance da justiça social, através da amenização de desigualdades ocasionadas pelo livre-mercado. (ARAGÃO, 1997; ARAÚJO, 2005).

Durante este período de expansão do aparelho estatal, assim como de sua influência na economia e sociedade como um todo, houve uma reafirmação dos valores burocráticos na gestão pública. Entretanto, no momento em que o Estado assume a responsabilidade de agir proativamente atendendo as demandas dos cidadãos, a questão acerca da eficiência da gestão assume a pauta das discussões. Conforme vimos anteriormente, Weber considerava a burocracia como o modelo ideal de eficiência, no entanto, conforme elucida Bresser-Pereira (1996), esta premissa não se revelou verdadeira: a administração burocrática seria lenta, cara, auto referida, e pouco ou nada orientada para o atendimento dos cidadãos. Cresce durante este período a necessidade de uma nova administração, e a influência da Administração de Empresas começa a adquirir espaço dentro da esfera pública, motivando a adoção de ideias advindas da gestão privada, como a descentralização e flexibilização administrativa. (BRESSER-PEREIRA, 1996).

É oportuno citar que, apesar da adoção de novos modelos desvinculados da administração pública tradicional, nota-se que os valores burocráticos ainda estão

muito presentes, de modo que os autores pesquisados são unânimes em colocar o período do Welfare State dentro do modelo burocrático de gestão. É possível inferir que apesar da burocracia sofrer contestações, não se provar adequada ao prover serviços públicos e enfrentar problemas decorrentes de sua estruturação interna, este momento representa apenas o início de uma abordagem mais gerencialista na gestão pública.

Tal modelo de Estado e de gestão pública atravessou o momento histórico conhecido como a “Era Dourada”, conceito atribuído por Hobsbawn (1995 apud ABRUCIO, 1997), situação esta que, estendeu-se desde o período após a Segunda Grande Guerra até a crise econômica mundial dos anos 1970, quando inúmeras dificuldades se apresentaram aos governos ocidentais, colocando-os em xeque e pressionando por mudanças; demandas que a estrutura tradicional da administração pública não conseguiu lidar no período. (ARAÚJO, 2005). Anderson (1995) ainda enfatiza que, pela primeira vez a economia sofria de uma recessão longa e profunda em que se combinavam baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação.

Em sentido complementar, Abrucio (1997) destaca a crise do petróleo de 1973 como importante agente propulsor da crise econômica mundial, onde o consenso até então vigente a respeito do papel do Estado começa a desfalecer-se, i.e., garantir prosperidade econômica e bem-estar social. De acordo com o autor, a recessão não ocasionara apenas consequências estritamente econômicas, seus efeitos acabaram por abalar a estrutura basilar do próprio Estado de Bem-Estar, que possuiria três dimensões interligadas: econômica, social e administrativa.

A primeira dimensão era a keynesiana - caracterizada pela ativa intervenção estatal na economia, procurando garantir o pleno emprego e atuar em setores considerados estratégicos para o desenvolvimento nacional - telecomunicações e petróleo, por exemplo. O Welfare State correspondia à dimensão social do modelo. Adotado em maior ou menor grau nos países desenvolvidos, o Estado de bem-estar tinha como objetivo primordial a produção de políticas públicas na área social (educação, saúde, previdência social, habitação etc.) para garantir o suprimento das necessidades básicas da população. Por fim, havia a dimensão relativa ao funcionamento interno do Estado, o chamado modelo burocrático weberiano, ao qual cabia o papel de manter a impessoalidade, a neutralidade e a racionalidade do aparato governamental. (ABRUCIO, 1997, p. 6).

É importante notar que esta questão acerca da crise do Welfare State é bastante polêmica, embora houvesse consenso no que diz respeito a necessidade de reformulação do regime político da época. Setores neoliberais e conservadores

teriam exposto argumentos no sentido de que a ideia de um Estado “grande”, preocupado em garantir prosperidade econômica e seguridade social, esgotou-se juntamente com a crise. A ala progressista, por sua vez, geralmente não acredita que o modelo de Welfare State tenha passado por uma crise de fato, o que ocorreu teria sido uma mudança em sua natureza e operação, sendo necessário reformulá-lo e dar continuidade à intervenção do Estado em setores específicos, principalmente aos que concernem às camadas sociais de maior necessidade. (ABRUCIO, 1997).

O fato é que, conforme o autor, houve uma redefinição do papel do Estado na economia, e tentativas de diminuir os gastos com programas sociais foram realizadas. No âmbito estrutural da gestão pública, o autor ainda afirma que o esgotamento do modelo weberiano se apresentou fato inquestionável no debate internacional, sendo este incapaz de lidar com os anseios dos cidadãos.

Neste contexto de incerteza política, econômica e ideológica, o liberalismo clássico de Adam Smith é resgatado com uma nova “roupagem”, denominada de Neoliberalismo. Esta doutrina avança aos poucos na sociedade a partir de meados dos anos 1970, principalmente devido à falta de argumentos e soluções dos intervencionistas. (PEREIRA, 2004). Paralelamente a este novo cenário político e econômico que estava em crescente consolidação, padrões gerenciais na administração pública foram sendo introduzidos em larga escala nos países desenvolvidos, acarretando na mudança do paradigma weberiano burocrático para o novo modelo teórico gerencialista. (MOTTA, 2013).

Tanto a influência do neoliberalismo, quanto o paradigma gerencialista na gestão pública, são discutidos detalhadamente no próximo item. De modo a realizar um fechamento desta seção, dedicada ao Estado de Bem-estar e a continuidade da gestão pública burocrática, são elencados abaixo os principais eventos do período:

- a) O surgimento do Welfare State pode ser, a grosso modo, atribuído ao que Bresser-Pereira (2001) sugere ser uma resposta à questão da justiça social imposta pelo Estado Liberal, quando os direitos sociais e a igualdade de oportunidades entram em pauta na agenda do governo.
- b) Políticas econômicas keynesianas são implementadas inicialmente no período da recessão pós-crise de 1929, consolidando o que após a Segunda Grande Guerra viria ser o novo regime político hegemônico.

- c) O papel do Estado deixa de ser meramente alocativo, para então assumir uma postura intervencionista, e também mais proativa ao fornecer diretamente serviços públicos aos cidadãos.
- d) O aparelho estatal, devido à tais mudanças, torna-se cada vez maior e responsável pelo bem-estar da população, o que desencadeia uma cobrança por eficiência e qualidade dos serviços oferecidos.
- e) Há uma reafirmação dos valores burocráticos na gestão pública, entretanto, o modelo weberiano mostra-se ineficaz, lento e autocentrado. Ideias advindas da Administração de Empresas são implementadas isoladamente.
- f) A partir da crise econômica do petróleo de 1973, o Welfare State passa a ser questionado e começa a perder suas forças. Há divergências de pensamento a respeito do esgotamento do modelo de organização do Estado.
- g) O desfalecimento do Estado de Bem-estar, e conseqüentemente o consenso a respeito da inadequação do modelo weberiano, abrem espaço para novas correntes ideológicas neoliberais, e a ascensão do paradigma gerencialista na administração pública.

Portanto, a partir do exposto neste item, a evolução histórica do Estado e os modelos teóricos de gestão pública adquirem o aspecto ilustrado através do Quadro 4 abaixo:

Quadro 4 – Evolução Histórica do Estado e da Gestão Pública 2

Séculos XVI e XVII	Século XIX	Século XX
Origens do Estado Absolutista	Estado Liberal	Estado de Bem-Estar
Gestão Pública Patrimonialista	Gestão Pública Burocrática	Gestão Pública Burocrática

Fonte: Elaborado pelo autor.

É interessante notar que enquanto o regime político muda consideravelmente, partindo de uma premissa liberal clássica para um viés assistencialista, a administração continua fortemente embasada na burocracia weberiana. Entretanto, o tamanho do Estado aumenta consideravelmente, demandando eficiência dos serviços prestados, o que implicaria finalmente na mudança de paradigma de gestão pública, indo em direção a modelos teóricos influenciados pela ciência

administrativa, de viés gerencialista. Tais mudanças ocorreram aproximadamente juntas com o advento do neoliberalismo nos países desenvolvidos a partir da década de 1970, devido a suposta falência do modelo de Bem-Estar, tópicos que serão explorados no próximo item. (MOTTA, 2013).

2.1.3 Neoliberalismo e o modelo gerencialista

A crise vivenciada nos anos 1970, que marcou o fim do que ficou conhecido como os “Anos Dourados do Capitalismo”, acabou agindo como um elemento catalisador de profundas mudanças a respeito do próprio papel que o Estado deveria desempenhar na sociedade. Desde o período após a Segunda Guerra Mundial, até a crise do petróleo de 1973, era consenso que o Estado deveria agir proativamente em vistas de garantir prosperidade econômica e bem-estar social, momento este que marcou o auge do modelo conhecido como Welfare State. Contudo, devido ao abalo sofrido na economia, este modelo de Estado e regime político passa a ser alvo de contestações, o que acaba acarretando uma inevitável perda de forças, dando margem à formação de um contexto em que teorias e ideias de cunho neoliberal passam a adquirir respaldo e ganham terreno no embate político. (ANDERSON, 1995; PEREIRA, 2004).

Apesar de sua relevância atingir o apogeu somente a partir dos anos 1980, as raízes do movimento neoliberal remetem aos anos seguintes à Segunda Grande Guerra Mundial, em países capitalistas da Europa e América do Norte. De fato, exatamente no mesmo período em que o era hegemônico, e a intervenção estatal na economia era incentivada pelas teorias keynesianas. No entanto, apesar das prósperas décadas que o Estado de Bem-estar vivenciou, os neoliberais desde o início defenderam que a intervenção nos mecanismos naturais do mercado seria prejudicial, interferindo na liberdade tanto em níveis econômicos quanto políticos. Em suma, o neoliberalismo poderia ser sintetizado como uma reação teórica e política contra o Estado de Bem-estar, em que a obra “O Caminho da Servidão” de Friedrich Hayek escrita em 1944, é tida como seu texto de origem. (ANDERSON, 1995).

A partir de Paula (2005), é possível notar que apesar de partilharem o mesmo conjunto de ideias sobre o Estado, havia divergências dentro deste movimento neoliberal emergente de direita. Enquanto alguns economistas clássicos defendiam

o laissez-faire total, Hayek estava mais interessado na ideia de intervenção do Estado em vias de justamente garantir o pleno funcionamento do livre mercado, agindo na prevenção de monopólios e crises cíclicas. Este parece ser um ponto crítico no momento de diferenciar o liberalismo puro do século XIX, de caráter revolucionário, do ideal neoliberal, inspirador das reformas estatais pós-crise do modelo burocrático weberiano, identificado como reacionário pelos autores pesquisados.

De fato, esta discussão sobre os limites do laissez-faire dividiu o grupo em duas correntes ideológicas, os anarcoliberais e os neoliberais. O primeiro grupo era mais ortodoxo ao propor um Estado mínimo, formado apenas para manter a lei, a ordem e a segurança dos cidadãos, enquanto o segundo defende não exatamente um Estado intervencionista no sentido keynesiano, mas alinhado ao pensamento de Hayek, ou seja: um Estado que intervém para assegurar o funcionamento do livre-mercado. É oportuno frisar novamente que, foi o grupo dos neoliberais que se tornou predominante no cenário político, a partir de intercâmbio intenso entre a escola austríaca com a de Chicago entre 1950 e 1970. (PAULA, 2005). De modo a compreender melhor o cerne deste pensamento sobre a intervenção estatal, a autora listou os objetivos necessários que o Estado deveria ser suficientemente apto para cumprir, segundo os neoliberais:

- proteger os cidadãos dos potenciais inimigos;
- garantir que cada cidadão seja autossuficiente para seu desenvolvimento;
- manter uma estrutura que possibilite uma competição e uma cooperação eficientes entre os homens, viabilizando o bom funcionamento do livre-mercado;
- criar um ambiente seguro para os cidadãos, garantindo não a igualdade, mas as condições de competição, ou seja, o acesso aos recursos que todos necessitam para competir. (PAULA, 2005, p. 23).

A ascensão da ideologia neoliberal logicamente traria consequências em relação ao modo de organização administrativa do aparelho estatal, assim como também influenciaria as decisões de gestão no âmbito público. Conforme já discutido anteriormente, a gestão pública e os modelos teóricos que servem como seus norteadores, são também reflexos imediatos da situação econômica e política que as sociedades vivenciam ao transcorrer do tempo. Embora houvessem esforços no sentido de assemelhar a gestão pública com a privada desde o século XIX, foi somente nas décadas finais do século XX, com a ascensão dos ideais neoliberais,

que tais teorias adquiriram status de nova e promissora modalidade de gestão pública. (MOTTA, 2013).

Neste contexto, surge nos anos 1970 o movimento conhecido como Nova Administração Pública (New Public Management), que recupera soluções liberais para a gestão do Estado, ao propor a diminuição do aparelho estatal, aumento de privatizações etc. Enfim, ideias que visam a inserção de mecanismos de mercado dentro do poder público, através de uma abordagem gerencialista onde o cidadão é tratado como cliente, e o gestor público poderia atuar de forma mais flexível e autônoma. O objetivo almejado seria criar uma cultura organizacional com valores empresariais: foco no resultado, planejamento estratégico, quadros de metas, indicadores de desempenho etc. (MOTTA, 2013). O modelo gerencialista parte da premissa de que a gestão é uma atividade instrumental genérica, cujos princípios e práticas podem ser aplicados tanto em nível privado quanto público, compartilhando da ideia amplamente desenvolvida pela Administração Científica, na qual a gestão seria a solução para todos os problemas. (ARAÚJO, 2005).

Este momento único, de advento do neoliberalismo e do crescente debate acerca do gerencialismo, principalmente devido ao movimento da Nova Administração Pública, materializou-se a partir de dois governos-chave que empreenderam reformas profundas nos anos 1980, ao estabelecerem as bases da nova administração pública e exercendo influência em nível global: O governo Reagan nos EUA e o governo Thatcher no Reino Unido. (PAULA, 2005).

A ascensão do Partido Conservador no Reino Unido nos anos 1970, culmina com a vitória de Margareth Thatcher em 1979, tendo exercido tamanha influência que convencionou-se denominar *thatcherismo* o conjunto de ideias da então ministra e seus seguidores. A disseminação do neoliberalismo em solo britânico deveu-se em grande parte à presença de representantes da escola austríaca e da escola de Chicago, e também à atuação de *think tanks*¹⁰ neoconservadores, centros intelectuais dedicados ao tema “Estado”, com o objetivo de aproximar o Reino Unido das ideias de livre-mercado. (PAULA, 2005).

Nos Estados Unidos, a revolução intelectual conservadora também atingiu seu apogeu no mesmo período do Reino Unido, com a vitória de Ronald Reagan em 1980. No entanto, o democrata Jimmy Carter já havia rompido com o legado político

¹⁰ Instituições ou organizações dedicadas a produzir e difundir conhecimento sobre temas políticos, econômicos ou científicos.

do New Deal - proposta econômica intervencionista utilizada pelos EUA no período pós-crise de 1929 - ao implementar políticas monetaristas anti-inflacionárias e iniciado um processo de desregulação da economia no final de seu mandato. Os republicanos, além de dar continuidade às medidas de Carter, radicalizaram as reformas ao iniciarem uma série de privatizações e terceirizações. Assim como no Reino Unido, os *think tanks* também são apontados como fatores que influenciaram a disseminação de ideias neoliberais. (PAULA, 2005).

Abrucio (1997) indica que o contexto da época era de escassez de recursos e enfraquecimento do poder estatal, propiciando as condições ideais para a ascensão de uma ideologia privatizante e da abordagem gerencialista na gestão pública. Inicialmente, ambos os governos adotaram o que o autor denomina de gerencialismo puro, onde o foco principal reside no aspecto economicista, ou seja, cortar custos visando unicamente a melhora de índices econômicos e financeiros, sem levar em conta as demais características específicas de cada setor.

Apesar de assumirem propostas similares, com ênfase em cortes de custos e aumento da eficiência, Thatcher obteve mais êxito ao reformular o aparato estatal. Reagan acabou esbarrando em empecilhos burocráticos da Constituição Americana, e também na descentralização do governo americano, que exerceram impacto negativo nas propostas do então presidente. Isto não quer dizer que o gerencialismo não teve influência nos EUA, no entanto, desde o início buscou-se uma maneira de conciliar os ditames da democracia, da eficiência e da qualidade dos serviços públicos. Ou seja, os EUA tentaram desde o início implantar um modelo híbrido. (ABRUCIO, 1997).

A constatação do autor, ao sugerir que desde o início ocorreria um modelo híbrido nos EUA, está relacionada com a ideia de autores como Osborne e Gaebler (1993 apud ARAÚJO, 2005), no sentido de admitir que o movimento de reforma administrativa iniciado nos EUA e Reino Unido não resultou exatamente num fenômeno global acelerado pela globalização, onde ocorreria uma convergência dos vários sistemas administrativos. Não restam dúvidas de que o sistema gerencialista exerceu vasta influência nas reformas de Estado em nível mundial, contudo, as pressões por mudanças, a retórica e o sentimento de mudança constituíram-se numa oportunidade de implantar melhorias que fariam sentido localmente. Tais melhorias locais, apesar de estarem sujeitas a conflitos de interesses pessoais e

políticos, de forma geral resultaram em ganhos de produtividade, qualidade dos serviços e equidade. (BOUCKAERT, 2000 apud ARAÚJO, 2005).

Em sentido complementar, Abrucio (1997, p. 37) trata o gerencialismo como “um pluralismo organizacional sob bases pós-burocráticas vinculadas aos padrões históricos (institucionais e culturais) de cada nação.” No entanto, não seria possível atribuí-lo um status de novo paradigma nos moldes de Thomas Kuhn, cuja disseminação houvesse substituído o antigo padrão weberiano burocrático. (ABRUCIO, 1997).

No contexto brasileiro, a ideia de implantar uma gestão pública gerencial é antiga, tendo começado a tomar forma na reforma administrativa da década de 30, quando ocorrera em 1936 a criação do DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público. Este acontecimento representa o que veio a ser a primeira reforma administrativa do país e a afirmação dos valores burocráticos no que concerne ao modelo de gestão. Entretanto, em 1938 surge a primeira autarquia em solo nacional, dando forma à Administração Indireta, que por sua vez é uma forma de organização em que os serviços públicos são descentralizados e não precisam submeter-se a todos os procedimentos da Administração Direta; representando os primeiros sinais de uma gestão pública de cunho gerencial. (BRESSER-PEREIRA, 1996).

Porém, uma tentativa de reforma gerencial propriamente dita ocorrerá somente após a instauração do Regime Militar em 1964, ao qual Martins (1997) atribui o objetivo de realizar uma administração para o desenvolvimento. Segundo o autor, o Decreto-Lei nº 200 de 1967 é o marco inicial deste movimento, estabelecendo uma reestruturação da administração pública federal, tendo como princípios o planejamento, a organicidade, a centralização decisória e normativa e a descentralização, esta exercida principalmente pela estrutura da Administração Indireta, para atuar tanto em setores produtivos quanto para funções típicas de Estado.

Um aspecto importante acerca desta reforma é que ao invés de promover a desburocratização da Administração Direta, ou Central, a Administração Indireta foi alçada como solução para a rigidez e excesso de normas. A transferência de atividades produtivas para as autarquias, sociedades de economia mista, fundações e empresas públicas acarretou em grande expansão destas entidades, formalizando o que fato já estivera ocorrendo na prática. (BRESSER-PEREIRA, 1996).

O autor ainda salienta consequências indesejáveis deste movimento, a visão pejorativa enaltecida pelo regime sobre a Administração Direta, vista como ineficiente e burocrática em excesso, ocasionou a suspensão de concursos públicos que visavam a formação e desenvolvimento de gestores de alto nível. Esta medida, vista pelo autor como oportunista, deu margem para a contratação de profissionais de alto escalão diretamente das empresas estatais, corroborando práticas patrimonialistas. Portanto, a reforma administrativa almejada através do Decreto-Lei 200 foi considerada incompleta, e juntamente com a crise política do regime militar iniciada ainda nos anos 70, desvaneceu na medida em que ocorreu a identificação da burocracia estatal com um sistema autoritário em degeneração.

A retomada da democracia no Brasil se dá com a posse de José Sarney em 1985, momento em que os principais atores do cenário político estavam mais preocupados em corrigir os erros praticados pelos militares do que em adaptar a máquina pública às novas demandas que o momento histórico da época exigia. (ABRUCIO, 1997). O governo da emergente “Nova República”, através da Comissão Geral do Plano de Reforma Administrativa, elabora as diretrizes que norteariam suas propostas: racionalização das estruturas administrativas, política de recursos humanos e contenção dos gastos públicos. De fato, algumas ações tiveram retorno imediato, destacando-se a extinção de 8 estatais, e ainda 37 órgãos, ao tornarem-se supérfluos ou por perda de funções. (LIMA JUNIOR, 1998).

Entretanto, as tentativas de reforma implementadas no período representavam, de acordo com Bresser-Pereira (1996), uma tentativa de retomada dos ideais burocráticos dos anos 30 e o populismo dos anos 50, mas na realidade as dimensões da emergente crise em solo nacional eram desconhecidas tanto por governantes quanto pela população. O autor ainda é crítico ao sugerir que a necessidade urgente de modificar a forma em que se dava a interferência estatal na economia fora negligenciada, através da crença de que seria possível promover a retomada do desenvolvimento e a distribuição de renda através de uma versão populista e distorcida do keynesianismo, propondo o aumento do gasto público e da elevação forçada dos salários reais; o resultado foi o desastroso Plano Cruzado, transformando-se em outro caso de ciclo populista.

Ao governo Collor, restaram os resquícios de uma máquina pública em péssimo estado, onde os resultados do movimento da Nova República foram explicitados na Constituição de 1988, onde conforme Martins (1997, p. 58):

A incapacidade ou a inconveniência de se reformar a administração foi, sobretudo, política, agravada pela instituição de casuísmos constitucionais que desorganizaram o sistema de carreira, a previdência do serviço público, sua estrutura e seu regime funcional.

O novo governo iniciado em 15 de março de 1990 já entra para a história, sendo o primeiro governo civil eleito pelo voto direto nos últimos 30 anos dentre um século de vida republicana. Antes da efetiva posse do ex-presidente, era consenso na sociedade de que se fazia necessária a redefinição do papel do Estado e o redimensionamento do tamanho do governo, entretanto, o que ocorreu foi uma reforma administrativa errática e irresponsável no sentido da desestatização e da racionalização. (COSTA, 2008).

Apesar de seu caráter contraditório, o governo Collor foi responsável pelos primeiros passos do país em direção a uma reforma no Estado e na economia. Neste período, ocorrem a abertura comercial, onde a privatização ganha impulso e o ajuste fiscal é impulsionado, de forma com que ocorre um substancial cancelamento da dívida pública interna. Em relação à reforma administrativa, o governo fracassa devido a diagnósticos equivocados da situação ou falta de competência técnica para enfrentar os problemas. O principal erro foi a desastrada tentativa de redução do aparelho estatal, ao realizar demissões e eliminar órgãos sem antes assegurar a legalidade dos atos através da reforma da Constituição, o que acarretou em uma expressiva redução do número de servidores, além de desorganizar a já precária estrutura burocrática. (BRESSER-PEREIRA, 1996).

Com o impeachment de Collor Itamar Franco assume a presidência, e no que concerne às reformas administrativas, as ações e debates foram bastante tímidas, destacaram-se a criação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), da Agência Espacial Brasileira, do Departamento Nacional da Produção Mineral e da Secretaria Federal de Controle. (LIMA JÚNIOR, 1998).

Bresser-Pereira (1996) salienta que, desde a Nova República até o final do governo Itamar, havia uma ideologia burocrática dominante na gestão pública, fato comprovado através de documento da ENAP de 1993, que nas palavras do autor continha o seguinte diagnóstico:

Ao reafirmar valores burocráticos clássicos, o documento não se dava conta de que assim inviabilizava os objetivos a que se propunha. Não se dava conta da necessidade de uma modernização radical da administração

pública – modernização que só uma perspectiva gerencial poderá proporcionar. (BRESSER-PEREIRA, 1996, p. 18).

Com o advento do governo de Fernando Henrique Cardoso, iniciado em 1995, duas mudanças essenciais na estrutura administrativa do Estado ditam os rumos da reforma pretendida: a criação do Ministério da Administração e da Reforma do Estado (MARE), e o Plano Diretor da Reforma do Estado. Ao MARE, foi incumbida a tarefa de formular políticas para a reforma do Estado, que teria como foco a reforma administrativa, a modernização da gestão e a busca da excelência na promoção dos serviços públicos. (MARTINS, 1997). Entretanto, o autor é crítico ao supor que a base do diagnóstico da situação lhe parece equivocada e não corresponde à realidade do país, devido à constatação de que as fases patrimonialistas e burocráticas estão terminadas, e o que resta é a realização da tal reforma gerencial. Pois, ainda de acordo com o autor, foram escassas as tentativas reais de implantar uma gestão burocrática e, quando ocorreram esbarraram em dispositivos e normas legais. Já em relação ao patrimonialismo, o próprio então presidente Fernando Henrique Cardoso declarava ser essa a base da estrutura da administração pública brasileira até o momento.

A reforma de 1995, a qual também é conhecida por “Reforma Bresser”, devido a influência e liderança do então ministro Bresser-Pereira, tanto no âmbito da gestão estatal quanto à sua atuação como acadêmico. Suas propostas e argumentos giraram sempre em torno das mesmas premissas, e deram forma ao Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado - Pdrae (1995), que dentre outros, apresentava os seguintes pontos, segundo Costa (2008):

- breve interpretação da crise do Estado;
- classificação evolutiva da administração pública;
- histórico das reformas administrativas no Brasil a partir dos anos 1930;
- diagnóstico da administração pública brasileira;
- quadro referencial das formas de propriedade, setores do Estado e tipos de gestão;
- estratégia de mudança;
- principais projetos de reforma do chamado aparelho de Estado.

A tentativa de implementar em solo tupiniquim a aclamada reforma gerencial nos moldes dos países desenvolvidos é explícita, e o papel do Estado deverá sofrer uma mudança de paradigma, não sendo mais o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social, mas agindo como um promotor e regulador. Deverá ocorrer uma transição programada entre um tipo de administração pública burocrática, rígida e ineficiente, voltada para o controle interno, para um modelo gerencial, flexível e eficiente, voltado para o atendimento da cidadania. (COSTA, 2008).

No que se refere especificamente à experiência brasileira no quesito reformas administrativas, é inegável que o patrimonialismo sempre foi uma potente força social, e tanto as reformas burocráticas quanto as de cunho gerencialista esbarraram neste obstáculo. Não devemos encarar as reformas como marcos em que a gestão pública deixa de ser completamente de um modo, e a partir da reforma transforma-se em algo completamente diferente. Na prática, ela é formada por diferentes dimensões, apresentando simultaneamente características dos modelos patrimonialista, burocrático e gerencial. No entanto, obviamente que as reformas empreendidas desde o governo de Getúlio Vargas contribuíram para a evolução da gestão pública, apesar dos empecilhos que ocorreram simultaneamente. (CAPOBIANGO *et. al.*, 2013).

A partir do exposto até aqui no presente item, é possível notar que a evolução da gestão pública em nível mundial, notavelmente nos países desenvolvidos, ocorreu de modo bastante diferente da experiência brasileira. Deste modo, apresentaremos um quadro demonstrativo de como ocorreu o desenvolvimento dos regimes políticos e modelos teóricos de gestão pública em cada uma destas singularidades, de modo a compará-los e apontar as diferenças inerentes a cada processo.

Quanto à evolução em nível global, o Quadro 5 a seguir resume os pontos discutidos:

Quadro 5 – Evolução Histórica do Estado e da Gestão Pública 3

Séculos XVI e XVII	Origens do Estado Absolutista
	Gestão Pública Patrimonialista
Século XIX	Estado Liberal
	Gestão Pública Burocrática
Século XX	Estado de Bem-Estar
	Gestão Pública Burocrática
Final do Século XX	Estado Neoliberal
	Gestão Pública Gerencialista

Fonte: Elaborado pelo autor.

No Brasil, a retrospectiva começa somente a partir da primeira reforma administrativa de 1930, pois antes disso o Brasil pós-independência era governado a partir de acordos oligárquicos, o que não caracterizava uma verdadeira coalizão de modo a formar um Estado nacional; exatamente o que a reforma de 1930 se propôs a fazer, portanto, deste ponto inicia-se a retrospectiva. (COSTA, 2008).

Quadro 6 - Paradigmas da Gestão Pública no Brasil

PERÍODO	CONTEXTO INSTITUCIONAL	MODELO TEÓRICO
1930 - 79	Estado Administrativo	Burocrático
	Administração para o Desenvolvimento	
	Estado Intervencionista	
1980 - 95	Mobilização Social	Burocrático
1995	Redefinição do Papel do Estado – Neoliberalismo	Gerencialismo

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os Quadros 5 e 6 evidenciam que em relação aos países desenvolvidos, o Brasil levou consideravelmente mais tempo para implementar medidas de viés neoliberal e gerencialista. Enquanto outros países experimentaram um longo período de desenvolvimento, passando por revoluções, demandas sociais, debates e conflitos, o Brasil durante muito tempo permaneceu subjugado ao controle de Portugal, o que de certa forma atrasou a evolução da gestão pública em solo nacional. Além disto, as reformas no Brasil tiveram inúmeros equívocos, passamos por um período de crise de legitimidade com o regime militar, governos afundados em corrupção e crises fiscais e econômicos. Entretanto, é consenso que a partir da reforma empreendida no governo de FHC, liderada pelo ministro Bresser-Pereira, o país passa a caminhar na direção de um governo orientado pelo hegemônico ideal

neoliberal, adotando uma gestão de caráter gerencialista. (BRESSER-PEREIRA, 1996; LIMA JUNIOR, 1998).

Neste contexto global dominado principalmente por governos neoliberais, a biopolítica de Michel Foucault utilizada como uma ferramenta conceitual, revela-se como uma possibilidade de analisar sob lentes aperfeiçoadas as novas formas de dominação e controle populacionais que emergiram em tais sociedades. O neoliberalismo, ao contrário do liberalismo clássico, demanda uma preocupação democrática e social em vistas de manter a legitimidade do governo, ao mesmo tempo em que precisa manter o livre-mercado forte. Isso acabou gerando, segundo Foucault, um poder que ao contrário do que ocorria nos governos absolutistas, em que havia uma lógica de deixar viver e fazer morrer, agora faz viver e deixa morrer. (PRADO, 2016).

Ou seja, o Estado objetivando fortalecer a economia e manter-se legítimo perante a sociedade, atuaria no sentido de promover vidas qualificadas, ou politicamente úteis à esta engrenagem, em que determinados comportamentos são exaltados e incentivados. Esta é a forma sutil em que o controle da população, de acordo com Foucault, passa a existir no neoliberalismo, ao invés de haver uma espécie de par de olhos em constante vigilância nos moldes utilitaristas do panóptico de Bentham, o indivíduo é seu próprio capataz, atuando como empreendedor de si mesmo. As políticas públicas representam apenas uma das formas terminais do exercício de tal poder, pois os acontecimentos decorrentes das relações de poder e força ocorreriam num hipotético campo de batalha estratégico, porém sem estrategistas. Ou seja, nessa perspectiva os acontecimentos históricos e ações rotineiras expressam relações de forças estruturantes que se encontram nas instituições em toda teia social, manifestadas de forma impessoal, ainda que realizadas por pessoas. (PRADO, 2016).

2.2 ESTUDOS CRÍTICOS EM ADMINISTRAÇÃO E FOUCAULT

Este item, primeiramente, tem como objetivo introduzir e situar como o pensamento de Michel Foucault tem sido utilizado dentre os teóricos da Administração. Apesar de não ser comum no *mainstream* da área, a utilização da obra de Foucault em estudos organizacionais e de gestão não é nenhuma novidade. Quando a objetividade e o positivismo das ciências naturais sofrem um significativo

abalo nos anos 1960, principalmente devido a partir da obra Thomas Kuhn, as ciências sociais acabam sendo também influenciadas. (BERNSTEIN, 1976 apud ALCADIPANI, 2002). Burrell e Morgan (2016) comentam que até então havia uma ortodoxia funcionalista dominante em relação aos estudos organizacionais, no entanto, quando o positivismo “entra em crise”, novas abordagens passam a ser aceitas na academia, e neste contexto, Foucault passa a integrar o campo da Administração, principalmente através de sua obra “Vigiar e Punir” de 1975.

Após discorrer sobre o surgimento das análises foucaultianas na área, aborda-se o tema dos *estudos críticos*, que podem ser remetidos à *gestão, administração, organização* dentre outros. Não há uma clara definição a respeito do que se considera um estudo crítico ou não, apesar do esforço de diversos autores, principalmente Fournier e Grey (2006). No entanto, para a maior parte dos teóricos que se dedicam ao tema, os estudos em Administração que se utilizam de Foucault são considerados de caráter crítico. Neste sentido, destaca-se o surgimento de uma nova subdisciplina no Reino Unido em meados dos anos 90, denominada de Critical Management Studies (CMS), cujo objetivo nunca foi entrar no mérito do que de fato é crítico ou não, mas criar uma identidade para os estudos emergentes no período, englobando tradições intelectuais diversas. A CMS teve e tem um papel muito importante na disseminação e aceitação das análises organizacionais foucaultianas desde então.

A última parte deste item dedica-se a analisar como as ideias de Foucault têm sido empregadas na Administração, principalmente em solo brasileiro. Embora ainda careça de relevância e quantidade de material produzido, no Brasil, o autor vem sendo utilizado em estudos organizacionais desde meados dos anos 1980, principalmente devido ao trabalho do professor Fernando C. Prestes Motta.¹¹

¹¹ Durante 28 anos, professor na EAESP/FGV, no Departamento de Administração Geral e Recursos Humanos, ministrando aulas nos cursos de graduação e pós-graduação em disciplinas relacionadas ao campo dos Estudos Organizacionais; foi também professor na Faculdade de Educação da USP, durante parte desse tempo. É autor de uma vasta obra, composta por 11 livros e aproximadamente 40 artigos publicados em periódicos. Apesar de trabalhar em uma Escola de Administração, Prestes Motta manteve distância do pragmatismo que caracteriza esse campo e exerceu seu *métier* de maneira exclusivamente acadêmica, enfatizando as organizações como objeto de reflexão.

2.2.1 O surgimento de Foucault em análises organizacionais

Michel Foucault (1926-1984) pode ser considerado um dos principais pensadores contemporâneos segundo diversos autores, dentre os quais Motta e Alcadipani (2004). Possuindo uma vasta obra escrita, além de inúmeras aulas, palestras, entrevistas etc., que hoje encontram-se em grande parte registradas através de coleções como a “Ditos e Escritos”, ou ainda registradas em vídeo, onde destacam-se o debate com o filósofo norte-americano Noam Chomski em 1976. (FOUCAULT; SIQUEIRA, 2014).

O trabalho de Foucault é geralmente dividido em três etapas, que embora não representem rupturas entre si, demonstram uma mudança de ênfase metodológica: Arqueologia, Genealogia e Ética. Na primeira etapa, o autor interessa-se em problematizar os discursos científicos e as regras que estes obedeciam, não através da busca dicotômica entre verdadeiro ou falso, mas ao tratar do que foi dito por essas ciências como discurso-objeto. Após o período arqueológico ocorre a primeira inversão metodológica, com a adoção da Genealogia, notadamente inspirada pelo trabalho do filósofo alemão Friedrich Nietzsche, que realizara uma Genealogia da Moral (NIETZSCHE, 2009), ainda no século XIX. Na etapa genealógica da obra foucaultiana, destaca-se a investigação das relações entre verdade, teoria, valores e instituições, em que a temática relacionada ao poder passa a se tornar o ponto central das reflexões do período. Nesta etapa, é onde ocorre também a exploração de temas como a biopolítica e a governamentalidade. A última guinada metodológica de Foucault é conhecida por Ética, na qual o autor interessa-se por aspectos relacionados a constituição de subjetividade, reflexão e cuidado de si, sem que houvessem prescrições ou códigos disciplinares. (COSTA; GUERRA; LEÃO, 2013; MOTTA; ALCADIPANI, 2004).

No que concerne à utilização das ideias do filósofo em estudos organizacionais, é necessário contextualizar o desenvolvimento deste campo em vista principalmente das mudanças paradigmáticas ocorridas nos anos 60 e 70. Até meados dos anos 1950, era consenso de que as ciências sociais poderiam de fato replicar as ciências naturais, em relação aos paradigmas e metodologias adotados. (FOURNIER; GREY, 2006). Inseridas neste contexto, até os anos 1960 ocorreram o desenvolvimento da ciência da administração e das organizações, dotadas de unidade, homogeneidade e coerência, seguindo uma evolução coordenada através

de acordos tácitos de métodos, metodologias, perspectivas de análise e base epistemológica. (BURRELL, 1996).

Neste período, as organizações eram vistas estritamente como “goal seekers”, máquinas funcionais em busca de lucro, e o objetivo absoluto destas ciências era gerar conhecimento visando a maximização da eficiência racional das organizações, em busca do atingimento de metas. (THOMPSON; McHUGH, 1990 apud ALCADIPANI, 2002).

Entretanto, a partir de Kuhn (1922 - 1996), a suposta objetividade das ciências naturais é problematizada, assim como o positivismo. (FOURNIER; GREY, 2006). Na obra *Estrutura das Revoluções Científicas* de 1962, Kuhn (2006) explora o conceito de paradigma científico, a partir do argumento de que a ciência só poderia explicar os fenômenos analisados a partir de uma abordagem arbitrária e limitada ao conhecimento e tecnologia da época, portanto, insuficiente como verdade absoluta. Devido ao impacto desta teoria, as ciências sociais foram também afetadas, o que deu origem a uma fragmentação delas em diversas perspectivas opostas entre si. (BERNSTEIN, 1976 apud ALCADIPANI, 2002).

De acordo com Burrell e Morgan (2016), havia, no período, uma ortodoxia funcionalista dominante em relação aos estudos organizacionais, as teorias alternativas não se desenvolviam, pois a ortodoxia era tão forte a ponto de ser tida como correta e evidente por si só. Embora os teóricos organizacionais não tenham sido sempre explícitos quanto a isso, todos convergiam no que diz respeito à natureza do mundo social e a forma como ele deveria ser investigado. Era evidente no período uma busca pela coerência ao invés do conflito e a organização racional de atividades almejando atingir metas pré-determinadas.

O funcionalismo possui como pressuposto uma ontologia realista, uma epistemologia positivista, uma visão determinista da razão humana e a utilização de uma metodologia nomotécnica nas pesquisas que realiza. (BURRELL; MORGAN, 1979 apud ALCAPADIANI, 2002, p. 17).

Algumas obras tiveram o poder de romper com tal tradição teórica, gerando novas possibilidades para os estudos organizacionais, destacam-se, entre outras, *The Theory of Organizations* de David Silverman (1971) e *The Social Psychology of Organizing* de Karl Weick (1969), além dos diversos materiais de autores como Burrell e Morgan, Clegg e Dunkerley e Gareth Morgan. Justamente esta quebra da

hegemonia funcionalista foi o que proporcionou a utilização de Michel Foucault pelos teóricos organizacionais, especialmente a partir do contato de Gibson Burrell, juntamente com um grupo de pesquisadores da Universidade de Lancaster (UK) com o livro *Vigiar e Punir* de 1975, concebido durante a etapa genealógica de Foucault, em que o pensador explora a temática do poder, partindo da análise histórica dos meios de punição a criminosos desde o período absolutista até o século XX. Este foi um importante evento no sentido de futuramente impulsionar as ideias do autor francês no campo da Administração, principalmente na área de Teoria das Organizações. Gibson Burrell relata que a partir da leitura desta obra, novas luzes passaram a compor a problemática em torno da Teoria das Organizações. (ALCADIPANI, 2002).

É importante salientar que ao tratar-se de “organizações”, Thiollent (2014) alerta que tal conceito não deve ser *fetichizado*. Embora o uso comum do termo refere-se às empresas privadas, entidades públicas, políticas ou sociais, é importante ter consciência de que na realidade, uma organização pode ser compreendida como qualquer tipo de vida social organizada. O autor ainda complementa que na área de Estudos Organizacionais:

São estudadas as práticas organizativas como conjuntos de ações, aplicações de princípios, exercício de poder e demais aspectos como controle, regulação, discriminações, identidade e diferenciação cultural, evolução, inovações, transformações e até destruição. (THIOLLENT, 2014, p. 2;3).

No entanto, os primeiros esforços de Burrell e dos pesquisadores de Lancaster na tentativa de incluir Foucault no campo das análises organizacionais não obtiveram resultados imediatos. O periódico *Administrative Science Quarterly* rejeitou um artigo que discorria sobre possíveis utilizações do autor francês em Teoria das Organizações, em 1984. Contudo, este mesmo periódico publicaria anos mais tarde artigos sobre Foucault, e suas ideias hoje são amplamente discutidas pelos teóricos organizacionais; o que suporta a hipótese apresentada acerca da quebra da hegemonia funcionalista e o espaço adquirido para visões mais pluralistas. Juntamente com tal simbólica “quebra”, correntes críticas desenvolveram-se abrindo espaço para a disseminação das ideias de Foucault, em que, para efeitos deste trabalho, destacam-se as Análises Organizacionais Pós-

Modernistas e os Estudos Críticos em Administração - Critical Management Studies. (ALCADIPANI, 2002).

2.2.2 *Critical Management Studies (CMS)*

É fato que Michel Foucault passa a fazer parte do arsenal teórico dos acadêmicos organizacionais a partir da ruptura com a ortodoxia funcionalista, entretanto, as contribuições do filósofo francês carecem de homogeneidade. Epistemologicamente, a utilização de Michel Foucault em análises organizacionais é problemática e suscita discussões, e isso deve-se principalmente a atitude do autor de nunca se considerar parte de algum movimento ou tradição teórica. (COSTA; VERGARA, 2012).

Ainda que passível de contestações, é coerente afirmar que geralmente a utilização do autor em estudos organizacionais representa uma faceta crítica e de perspectiva pós-moderna, categorias que podem ser complementares e não necessariamente auto excludentes. Quanto ao termo “crítico”, é um assunto que promove inúmeros debates no meio acadêmico em torno do que é de fato um “estudo crítico de gestão”, rótulo que frequentemente engloba abordagens e tradições diversas entre si. (SOUZA; SOUZA; SILVA, 2013). Segundo Mandiola (2010 apud SOUZA; SOUZA; SILVA, 2013), a diversidade dos backgrounds teóricos é um dos aspectos positivos dos estudos críticos, considerado como um significativo vazio capaz de agrupar diversas abordagens sob o mesmo rótulo, denominando-o de “grande colcha de retalhos”. Supor que as análises foucaultianas possuem caráter pós-moderno se dá devido a características fundamentais dos pensadores desta corrente, que de forma geral são incrédulos em relação a metanarrativas e generalizações totalizantes, ou ainda, rejeitam a ideia de razão absoluta do homem em prol de verdades multifacetadas, assumindo um caráter mais pluralista em relação ao status ontológico da realidade. (ALCADIPANI, 2002).

Como consequência do surgimento dos estudos críticos e de novas perspectivas dentro das análises organizacionais, surge em meados dos anos 90 no Reino Unido uma nova subdisciplina denominada de *Critical Management Studies (CMS)*, cuja meta consistia em justamente unificar e criar uma identidade para os estudos emergentes do período. Tais projetos englobavam tradições intelectuais diversas, tais como o neomarxismo (teoria do processo de trabalho; teoria crítica da

escola de Frankfurt; teoria da hegemonia de Gramsci), o pós-estruturalismo, o desconstrucionismo, a crítica literária, o feminismo, a psicanálise, os estudos culturais, o ambientalismo e abordagens como o pós-colonialismo e a *queer theory*. (FOURNIER; GREY, 2006).

Alvesson e Willmott (1992) adotaram esse termo como título de sua coleção muito citada e da qual foram editores, e desde então houve uma proliferação de publicações, séries de conferências e redes acadêmicas devotadas a discussões sobre "gestão crítica". Até mesmo ouvimos o termo "critters" usado para denotar o pessoal envolvido em gestão crítica - implicando pelo menos a tentativa de construir uma identidade baseada nessa área. (FOURNIER; GREY, 2006, p. 1).

Apesar da impossibilidade de classificar de forma taxativa o que é de fato crítico ou não, o CMS enquanto movimento e sigla, representou e representa um espaço de proliferação e validação das análises organizacionais foucaultianas. (MOTTA; ALCADIPANI, 2004). Fournier e Grey (2006) elaboraram um extenso artigo, denominado *Na hora da crítica: condições e perspectivas para estudos críticos de gestão*, no qual os autores buscam as origens dos estudos críticos em gestão e almejam identificar as balizes dos projetos críticos como um todo. Este artigo é clássico no sentido de ser uma referência quando busca-se identificar se um estudo é crítico ou não, e embora não seja unanimidade é importante para todo o movimento, representando talvez as primeiras reflexões em busca de uma possível homogeneidade.

Os autores sugerem que tal classificação acerca de ser crítico ou não poderia ser feita pelos temas tratados em comum de todos estes estudos, independentemente das conclusões acerca dos mesmos. Partindo deste pressuposto, os autores sugerem três temas convergentes: *Performance, Desnaturalização e Reflexividade*. Performance, ou a intenção não performativa, diz respeito aos trabalhos que possuem a gestão como tema, entretanto, não possuem uma premissa performativa, geralmente tratam de assuntos como poder, desigualdade e controle. Os estudos não considerados críticos possuem a eficiência performática como auto justificável, de modo que a maximização de *outputs* a partir do investimento mínimo (*inputs*) é por si só suficiente para a gestão ser considerada bem-sucedida. Quanto à busca pela desnaturalização, trata-se do movimento de crítica das teorias da corrente majoritária, que utilizam uma série de imperativos genéricos como auto evidentes, tais como a "globalização", a "concorrência",

enquanto criam uma realidade e racionalidade organizacional ocultando o processo de construção sob uma máscara de ciência e “neutralidade”. Os estudos de caráter crítico agiriam no sentido de desfazer este trabalho, desconstruindo a verdade e a racionalidade de tal discurso, expondo sua irracionalidade e não naturalidade. A reflexividade seria o marco final ao se caracterizar um estudo crítico, pois estes diferenciam-se a partir de sua extensão epistemológica e metodológica, ao passo de que a maioria dos estudos da corrente majoritária não discutem ontologia ou epistemologia, e as reflexões sobre metodologia acaba limitada a assuntos do método e técnica estatística. (FOURNIER; GREY, 2006).

Apesar da tentativa de agrupar diversas correntes teóricas e representar consequentemente validação e credibilidade, é importante notar que para alguns autores essa situação é problemática, e que a sigla CMS representa apenas o *mainstream* dos estudos críticos. Ou seja, há criticidade fora e até antes da proliferação da CMS, inclusive o Brasil possui tradição de pensamento crítico, principalmente através do trabalho de Fernando Prestes Motta, Guerreiro Ramos e Maurício Tragtenberg, que sempre pensaram em como nossa sociedade poderia ser e não é. (VIEIRA; CALDAS, 2006).

De acordo com Motta e Alcadipani (2004), o fato é que a consolidação e desenvolvimento da CMS tem sido um fator fundamental para a continuidade das análises foucaultianas, dando espaço e legitimidade para as perspectivas críticas, inclusive exercendo o papel de uma espécie de defesa política no campo. Os autores (2004, p.28) ainda reforçam essa afirmação ao comentar que:

Como prova do aumento da relevância da CMS para a área o colóquio da British Academy of Management integrou uma sessão temática sobre a administração crítica nos anos de 1996, 1999 e 2000. Periódicos tradicionalmente ortodoxos como o *Administrative Science Quarterly* (1998) realizaram números temáticos sobre teoria crítica. A mesma temática figura desde 1998 no centro das discussões em um dos workshops do Encontro Anual da Academy of Management e, a partir do próximo ano, haverá uma divisão deste encontro somente sobre o assunto. Um fórum de discussão pela internet sobre CMS se mantém dinâmico desde 1995. Ainda mais significativo, o congresso *Critical Management Studies*, o primeiro do gênero, aconteceu no University of Manchester Institute of Science and Technology em 1999; a segunda edição se deu em 2001 e no próximo ano a Universidade de Cambridge sediará o evento.

Ou seja, a partir da quebra da hegemonia funcionalista dentro de análise de organizações, diversas correntes críticas passaram a adquirir relevância no meio, inclusive as de cunho pós-modernista, que dentre outros autores, passou a

popularizar as análises organizacionais foucaultianas. As correntes críticas como um todo adquirem um novo status de popularidade a partir da criação em solo britânico dos Critical Management Studies (CMS), que abriga sob sua sigla estudos organizacionais críticos das mais diversas tradições teóricas. Esta abordagem da CMS suscita também muitas críticas, devido ao aspecto problemático de unir sob o mesmo nome correntes teóricas tão diversas e muitas vezes conflitantes entre si. Entretanto, é possível identificar características em comum destes estudos críticos, conforme visto em Fournier e Grey (2006): Performance, Desnaturalização e Reflexividade. Deste modo, a CMS tem sido desde então responsável pela disseminação das análises organizacionais críticas de modo geral, o que beneficia consequentemente os estudos baseados nas ideias de Michel Foucault. (MOTTA; ALCADIPANI, 2004; FOURNIER; GREY, 2006; VIEIRA; CALDAS, 2006; FARIA, 2009).

2.2.3 Utilização de Foucault em estudos organizacionais

Até este momento, neste item apresentamos as condições de surgimento das análises organizacionais foucaultianas, bem como a proliferação dos estudos críticos que ocorreram concomitantemente, contudo, é necessário discorrer acerca da efetiva utilização do autor nestes estudos, de modo a compreender como vêm sendo trabalhados seus conceitos e ideias.

Em Rocha *et. al.* (2011), observa-se que ainda haveria uma hegemonia de princípios norteados pela ortodoxia funcionalista e pelo positivismo lógico, contudo, como forma de resistência a este *mainstream*, o desenvolvimento de vertentes epistemológicas como o pós-modernismo, promoveu novos debates dentro e entre as abordagens da área. Segundo os autores, o pós-modernismo seria resultado do esgotamento dos ideais modernistas e da crítica da razão, sendo notadamente avesso ao positivismo, à noção de progresso e às sofisticadas formas de controle.

De acordo com Camilo e Rosa (2015), as reflexões do filósofo alemão Friedrich Nietzsche representariam a divisão entre a modernidade e a pós-modernidade, pois o humanismo moderno, o racionalismo e a filosofia das luzes serviram como bases para a crítica do autor. Nietzsche, no final do século XX, combateu o pensamento dominante modernista e propôs uma nova visão de mundo, influenciando autores como Michel Foucault.

Foucault, muito influenciado pelo pensamento de Nietzsche, utilizou a genealogia do poder na elaboração de sua arqueologia do saber, propondo uma reflexão operacionalizada como uma espécie de desdobramento da analítica nietzscheana, na medida em que mostrou que a verdade é produzida por relações de saberes e poderes. Entretanto, mesmo inicialmente se posicionando contra a visão da continuidade, a arqueologia – que se ocupava do eixo discursivo do saber –, com o tempo foi perdendo fôlego e as duas abordagens foram segregadas. (CAMILO; ROSA, 2015, p. 47).

É oportuno acrescentar que, apesar de a utilização de Foucault pelos acadêmicos da Administração representar de fato uma ruptura com os paradigmas modernos ao confrontar o positivismo lógico e o funcionalismo no estudo de organizações, o território epistemológico que o autor ocuparia é motivo de discussão e divergências, sendo geralmente classificado no Brasil em *Pós-Moderno*, *Estruturalista* ou *Pós-Estruturalista*. Ou ainda, que preocupações de ordem epistemológica não se constituem como um fator de devida importância dentre os teóricos organizacionais brasileiros, falha significativa e preocupante, ao ausentarem-se de debates controversos, e, portanto, enriquecedores, acerca do modo de produção de conhecimento na Administração. (COSTA; VERGARA, 2012).

A crítica de Costa e Vergara (2012) dirige-se mais ao método de produção de conhecimento na Administração e ao contexto de como as ideias de Foucault são utilizadas, do que ao intuito de buscar a classificação que seria a mais apropriada. De acordo com os autores, Foucault jamais quis ser enquadrado de acordo com alguma classificação, até porque isso seria radicalmente avesso à sua obra e pensamento, e de fato é possível identificar períodos, livros, aulas, enfim, fases do pensamento do autor em que ele poderia ser identificado com aspectos das três tradições intelectuais. Entretanto, a ausência deste debate diria muito a respeito da produção acadêmica no Brasil, descontextualizada e acrítica, na qual os acadêmicos não estariam preocupados com o contexto teórico de produção e disseminação de ideias, incorporando-as como verdades em suas pesquisas. (COSTA; VERGARA, 2012).

A visão de outros autores, quanto à natureza epistemológica do pensamento foucaultiano, como Rocha *et. al.* (2011) e Motta e Alcadipani (2004), alinha-se com a de Cooper e Burrell (1988) e dos demais teóricos do CMS, no sentido de alinhá-lo com a tradição pós-moderna. O que não representa de forma alguma a exclusão *a priori* de outras influências, mas o conceito de pós-moderno da maneira abordada

por tais autores engloba uma gama extensa de tradições intelectuais, em que pensadores que partilham de ideais relativistas e críticos em oposição aos ideais clássicos iluministas e modernos compartilhariam o mesmo espaço. Entretanto, deve-se ter o devido cuidado ao classificar o trabalho de Foucault em pós-moderno, tal classificação insere o autor num rol de diversos pensadores influentes e com algumas ideias em comum, contudo, devemos ter em mente que quando utilizamos esta classificação, estamos realizando uma análise simplificada do pensamento foucaultiano. Ao realizar tal associação devemos estar cientes, portanto, de que o fazemos unicamente para incluir o autor em uma tradição intelectual e desde modo potencializar o alcance e influência de sua obra. (MOTTA; ALCADIPANI, 2004).

Rocha *et. al.* (2011), Motta e Alcadipani (2004) e Paula *et. al.* (2010) situam a produção de estudos críticos, a exemplo do CMS, entre duas correntes majoritárias, a Teoria Crítica (de viés marxista e influenciada pela Escola de Frankfurt), e o Pós-Modernismo. Aproveitando-se da pesquisa de Paula *et. al.* (2010), é possível ter-se uma ideia a respeito da produção de artigos de caráter crítico em sentido amplo (Teoria Crítica e Pós-Modernismo), nos encontros do CMS entre 1980 e 2008, conforme demonstra o Quadro 7.

Quadro 7 – Produção de artigos de caráter crítico

Períodos	Total	Críticos	%
1980-1989	1175	75	6,38
1990-1999	1990	88	4,42
2000-2004	1731	165	9,53
2005-2008	1554	187	12,03
TOTAL	4896	515	7,99

Fonte: Paula *et. al.* (2010).

Nesta pesquisa, nota-se que a produção crítica dentre os teóricos organizacionais ainda é escassa, porém os números de 2005-2008 demonstram aumento significativo. A autora ainda constata que Foucault é o terceiro autor mais citado dentre os artigos analisados. (PAULA *et. al.*, 2010).

Rocha *et. al.* (2011) dedicaram-se, por sua vez, a analisar a produção crítica em solo brasileiro, realizando seu estudo utilizando as palavras-chave “Teoria Crítica” e “Pós-Modernismo” ao mapear os resumos dos anais dos Encontros Nacionais de Pós-Graduação em Administração – EnANPAD e dos exemplares da

Revista de Administração de Empresas – RAE dos anos de 2005 a 2010, como apresentado no Quadro 8.

Quadro 8 – Mapeamento dos resumos dos anais EnANPAD

	2005	2006	2007	2008	2009	TOTAL
TEORIA CRÍTICA	3	4	3	8	5	22
PÓS-MODERNISMO	4	5	2	7	2	20
TOTAL	7	9	4	15	7	42

Fonte: Rocha *et. al.* (2011).

No Brasil, a exemplo do que ocorre em solo estrangeiro, os artigos de caráter funcionalista são predominantes no ambiente acadêmico, e ainda não ocorreu um aumento significativo de análises críticas, embora seja possível verificar que principalmente no ano de 2008, quando ocorreria o fórum do CMS, houve um aumento considerável de artigos destinados ao tema.

Motta e Alcadipani (2004), em pesquisa destinada a levantar as características dos artigos que utilizaram a perspectiva foucaultiana para a construção de seu pensamento, realizaram um inventário da produção acadêmica, no qual especificamente o nome de Foucault aparecera. A busca foi realizada nos periódicos internacionais mais importantes em teoria das organizações: *Administrative Science Quarterly*, *Academy of Management Review*, *Academy of Management Journal*, *Organization Studies*, *Organization*, *Human Relations*, *Organizational Science* e *The Journal of Management Studies*, entre os anos de 1975 e o primeiro semestre de 2002. Interessante notar que a primeira vez que o nome de Michel Foucault surge entre os 183 artigos selecionados foi em 1986. A seguir, apresenta-se o Quadro 9, em que se verifica a frequência de artigos por ano nos periódicos analisados:

Quadro 9 – Frequência de artigos por ano nos periódicos analisados

ANO	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Frequência	1	0	1	3	0	1	5	4	1
ANO	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	Total
Frequência	3	3	4	6	8	4	1	2	47

Fonte: Motta e Alcadipani (2004).

A partir da análise do material, é possível identificar algumas das conclusões dos autores com o que foi proposto por Costa e Vergara (2012), no sentido de que as ideias de Foucault estariam sendo utilizadas sem o devido contexto, o que poderia ter acarretado na criação no que Motta e Alcadipani (2004) denominam de colcha de retalhos. Ou seja, a utilização de diversas ideias e conceitos foucaultianos, isoladamente ou em conjunto com outros atores, sem ao menos preocupar-se com a compatibilidade de tais associações, como se fosse possível montar uma caixa de ferramentas de conceitos, em que bastassem utilizar frases, pensamentos e ideias de Foucault e outros intelectuais ao bel-prazer, de forma a fortalecer determinada argumentação. Portanto, é possível verificar nos artigos a utilização de ideias complexas utilizadas de forma rasa, e ainda passíveis de serem utilizadas de forma conjunta com outros atores sem nenhuma reflexão crítica, o que novamente reforça o pensamento de Costa e Vergara (2012), ao afirmarem que este tipo de prática na academia diz muito do modo como a produção de conhecimento é realizada dentro da Administração; e isto ocorreria tanto no exterior quanto no Brasil, vide as pesquisas empregadas.

Isso evidencia que os autores que empregaram noções foucaultianas em suas análises estão marcados por uma visão simplista de conceitos complexos sem as devidas problematizações, ao mesmo tempo que têm grande gosto pela instrumentalização simplificada de conceitos. (MOTTA; ALCADIPANI, 2004, p. 125).

Outro aspecto importante encontrado em Motta e Alcadipani (2004) diz respeito à utilização majoritária do conceito de disciplinas em Foucault, deixando outros de lado, que também estariam interligados com a analítica do poder foucaultiana, inclusive a noção de *biopolítica*, que será explorada no próximo item do presente trabalho. Se por um lado é preocupante o modo como as ideias deste pensador complexo estão sendo utilizadas na Administração, é desafiador e animador a imensidão de possibilidades a serem descobertas e investigadas.

2.3 PARADIGMA BIOPOLÍTICO FOUCAULTIANO

No primeiro item desta fundamentação teórica, discorreu-se acerca da evolução histórica da gestão pública, desde a derrocada da monarquia e seus valores, a ascensão do capitalismo de aspecto revolucionário, a instauração do

liberalismo, os anos dourados do Welfare State, até o paradigma atual neoliberal, no qual as ideias clássicas encontram apoio em novas teorias econômicas e são influenciadas principalmente pelo pensamento econômico keynesiano e de algumas vertentes da escola austríaca de economia. (PAULA, 2005; ABRUCIO, 1997; MOTTA, 2013).

Após algumas reflexões do que se entende por gestão e administração pública, apresentou-se algumas das vertentes denominadas de críticas na literatura, em que evidenciou-se que, embora ainda pouco difundido, o pensamento foucaultiano vem encontrando seu espaço, principalmente devido à ascensão da CMS, como centro de apoio e encontro de diversas teorias e tradições críticas. (FOURNIER; GREY, 2006; ALCADIPANI, 2002). No sentido de complementar este percurso torna-se relevante agora discutir o paradigma biopolítico foucaultiano, pois este é o aporte teórico utilizado no momento da análise do estudo de caso; a interconexão entre tal paradigma e os aspectos que dizem respeito à gestão de uma política pública de inclusão social.

Portanto, o tema aqui trabalhado é relevante no sentido de familiarizar o leitor com nomenclaturas e conceitos que serão utilizados posteriormente, estruturando e servindo como base para futuras discussões e hipóteses. De modo a entender o desenvolvimento e o que representa a biopolítica no pensamento de Foucault, este item primeiramente discorre sobre suas ideias a respeito do *poder*, ou das *relações de poder*, as quais são fundamentais para a compreensão de como o autor vê e interpreta a sociedade como um todo. (MOTTA, 2013).

Após apresentar a analítica do poder, o próximo tema discutido diz respeito ao poder disciplinar, quando Foucault defende a ideia de que a partir do século XVII, mecanismos de poder que atuavam na formatação de indivíduos a partir de técnicas disciplinares, articulam-se a partir do desenvolvimento das instituições sociais, como a fábrica, a escola e a prisão. (MOTTA, 2013; DANNER, 2010).

Enfim, após refletir acerca do que é o poder para o autor e do desenvolvimento dos poderes disciplinares, de modo cronológico é possível então apresentar a biopolítica. A biopolítica apresenta-se como uma evolução do poder disciplinar, embora estes não apresentem contradições, no sentido de que a norma rege seus funcionamentos e mecanismos. No entanto, a biopolítica representa o momento em que o Estado passa a atuar sobre a vida das populações, através de um *fazer viver*, gerindo e promovendo a sobrevivência e bem-estar da sociedade de

maneira positiva. (LEAL, 2015). Uma das estratégias estatais utilizadas para tal são as políticas públicas de inclusão, com a premissa de promover a melhora da qualidade de vida dos cidadãos; o que justifica a escolha do paradigma biopolítico foucaultiano ao analisar-se a gestão do Jovem Aprendiz, conforme os objetivos propostos neste trabalho.

2.3.1 Analítica do poder em Foucault

Pode-se argumentar, sinteticamente, que qualquer construção teórica válida embasada em Foucault está, direta ou indiretamente, relacionada com a cosmovisão do autor a respeito da própria realidade das palavras, das coisas e dos seus significados. No caso do autor, a problematização do conceito de poder, a inversão do significado deste em relação à visão clássica dos contratualistas modernos e até do senso comum, é o que o torna tão aclamado e estudado nas mais diversas áreas do conhecimento. (FOUCAULT, 2012).

Inspirado pelo filósofo alemão Friedrich Nietzsche, as obras do autor são marcadas pelo devir, pela transformação, opondo-se a tudo que fosse repressor, idealizador e normatizador. Os temas explorados por Foucault são diversos e aparentemente desconexos, no entanto, o que parece ligar as obras em que o autor se engajou é justamente sua cosmovisão, e esta está inevitavelmente ligada ao poder, ou das relações de poder. (FOUCAULT, 2008). Portanto, de modo a compreender seu paradigma biopolítico, é fundamental estar familiarizado com o que o autor entende por poder, e os desdobramentos desta análise.

A problemática do poder em Foucault vai além da noção dicotômica presente no debate “Esquerda x Direita” que estava ocorrendo nos anos 1960, em que a direita enxergava o poder somente em termos de constituição, soberania, leis etc., ou seja, em termos jurídicos; e o marxismo em termos de aparelho de Estado. Ao sugerir que a teoria do Estado e a análise tradicional de seus aparelhos não esgotam o campo de exercício e de funcionamento do poder, o autor denomina-o de “grande desconhecido”, pois ninguém poderia clamar sua titularidade; no entanto, o poder sempre se exerce em determinada direção. (FOUCAULT, 1979). Em entrevista com Gilles Deleuze em 1972 Foucault (2012, p. 42) propõe o questionamento:

Quem exerce o poder? E onde ele se exerce? Nos dias de hoje, sabe-se mais ou menos quem explora, aonde vai o lucro, entre as mãos de quem ele passa e onde se reinveste, enquanto o poder... Sabe-se muito bem que não são os governos que detém o poder. Mas a noção de classe dirigente não é muito bem elaborada.

A partir do questionamento sobre o que é o poder em si, Foucault propõe que ele não é algo que exista, tal como uma coisa ou propriedade de alguém ou de uma classe, o que, na realidade, existiria, são práticas ou relações de poder. (DANNER, 2010). Segundo este entendimento, observa-se que o problema do poder pode ser pensado segundo as relações de força, entretanto, não se deve decifrá-lo segundo o esquema geral da guerra. Foucault não procurava por um método geralmente válido para uma série de objetos diferentes, tal como os estruturalistas, entre os quais não se inscreve. O problema, para ele, seria outro (2012, p. 55):

Este não é absolutamente meu problema: procuro fazer aparecer essa espécie de camada, [...] como dizem os técnicos modernos, a interface do saber e do poder, da verdade e do poder. É isso. Eis aí meu problema.

A alegação de que o poder não exista de fato, pode ser de difícil compreensão inicialmente, no entanto, é possível pensar da seguinte forma: em Foucault, o poder existe enquanto posse de alguém; no entanto, governantes ou donos de empresas, por exemplo, podem exercer o poder como agentes executivos, ou nos termos foucaultianos, *terminais*. Os mecanismos, efeitos e impactos do poder seriam reais, no entanto, a própria origem e constituição do poder enquanto objeto não poderia ser identificada. (FOUCAULT, 1979).

De modo a ilustrar o funcionamento do poder em Foucault, é possível analisar, por exemplo, a ascensão do partido e da ideologia nazista na Alemanha no século XX. Em 1928, o líder Adolf Hitler e o Partido Nacional Socialista já tinham uma estrutura intelectual, ideológica e militar sólida, além de plena divulgação e propaganda em massa, e havia expectativas de obter a votação necessário de modo a infiltrar-se democraticamente no plenário alemão. (ALMEIDA, 2008).

No entanto, as eleições de 1928 foram um fracasso, o povo ainda gozava de uma economia estável e plena empregabilidade, e as severas críticas do partido aos acordos desfavoráveis realizados após a Primeira Guerra Mundial não eram suficientes para a adesão popular. Tomar o poder através de um golpe militar já

havia sido tentado anos antes, e além de ter sido um grande fracasso, resultou na prisão de diversos membros do partido, inclusive o próprio Hitler. (ALMEIDA, 2008).

Como então o Partido Nacional Socialista, insignificante perante o povo alemão em 1928, em 1933 coloca seu líder como chefe supremo da nação alemã? Segundo a analítica do poder foucaultiana, os eventos históricos são resultado de uma série de fatores e condições favoráveis para seu desenvolvimento. (FOUCAULT, 1979). Portanto, a partir de tal visão, pode-se supor que naquele momento todo o corpo social, constituído por ideologias, teorias científicas, interesses econômicos etc., não propiciou as condições necessárias para a ascensão do partido nazista; ou ainda, que as “verdades” da época não eram convenientes para tal.

Entretanto, a crise de 1929, a partir da quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, ecoa também na economia alemã, que entra em crise. As ideias que sempre foram defendidas pelos nazistas, radicais e críticas aos EUA, de repente parecem fazer sentido para a Alemanha, que enxerga em Hitler uma espécie de “salvador da pátria”. A partir deste momento, cria-se um sentimento de nacionalismo e revanchismo, que passa a obter respaldo em todos os campos do *saber x poder*, resultando no terceiro Reich como forma terminal de todas as relações de poder que ocorriam no período. (ALMEIDA, 2008; FOUCAULT, 2012)

Ou seja, sob a perspectiva e analítica foucaultiana, o poder legítimo que o partido nazista conquistou emanou de uma vontade legítima e democrática do povo alemão, invertendo as concepções tradicionais de poder. Pois é o poder que surge de relações assimétricas ganhando força de baixo para cima, amparado por aparatos midiáticos e intelectuais, entre outros, que desencadeia a eleição de chanceleres, presidentes e assim por diante. Foucault quando trata do poder, está mais interessado em quem obedece ao invés de quem manda. (FOUCAULT, 1979).

Foucault propôs, portanto, uma concepção de poder sob uma visão não-jurídica, opondo-se aos filósofos contratualistas do século XVIII, que identificavam o Estado como o foco central do poder. De acordo com eles, o Estado deteria o poder, como se fosse uma “coisa” e pudesse ser objeto de uma “posse”, legitimado pela suposição de que isto seria necessário para a constituição da soberania. Soberania esta que, por sua vez, seria necessária para manter a paz entre os homens, que não conseguiriam organizar-se de modo a viver em sociedade. Foucault não rejeita a importância da figura do Estado e de tais teorias, pois estas não estariam erradas,

mas incompletas. O posicionamento do autor está alinhado a duas ideias fundamentais no que diz respeito ao assunto: O Estado seria apenas a forma terminal das relações de poder, que estariam acontecendo a todo momento, percorrendo a totalidade da teia social. Em segundo lugar, estas teorias tratam do poder como essencialmente repressivo, onde o Estado deteria a legitimação do direito de exercer a violência. Foucault acrescenta que o poder também possui um aspecto positivo, sendo necessário para a construção de verdades, discursos e ideologias, portanto no quesito políticas públicas, elas podem ser vistas como uma faceta do aspecto criador do poder, refletindo uma necessidade das pessoas em almejar de forma legítima mais igualdade e justiça social através de ações governamentais. (FOUCAULT, 2012; DANNER, 2010; HOBBS, 2014). Em suma, em Foucault (2012, p. 89) “o poder está em toda a parte; não porque englobe tudo, e sim porque provém de todos os lugares”.

Entretanto, é necessário enfatizar que não existe em Foucault algo como uma teoria geral do poder, e nunca foi sua intenção fundar uma. Ao invés disso, o autor propôs uma analítica, em que o poder é visto como uma prática social, sendo impossível, portanto, deduzir e construir sua gênese, como na construção de uma teoria; o poder em Foucault não é considerado um objeto natural. O autor prefere adotar a ideia de relações de poder, díspares e heterogêneas, constituídas historicamente. (DANNER, 2010).

Prado (2016) entende a abordagem em relação ao poder de Foucault como uma cosmovisão, na qual toda motivação psicológica dos sujeitos é resultado de uma estratégia sem estrategistas, afastando-se da concepção individualista e autônoma da vontade humana. Deste modo, Prado (2016, p. 9) constata:

Nessa última perspectiva, os acontecimentos históricos expressam relações de força estruturantes que se encontram inscritas nas instituições genéricas da sociedade e que se manifestam por meio de práticas impessoais ainda que conduzidas por pessoas. Em consequência, essa analítica do poder não responsabiliza atores individuais ou coletivos pelo curso da história. A história decorre de um jogo de forças que supostamente acontece nos interstícios das ações de pessoas, grupos ou classes.

Neste item, buscou-se uma compreensão sintética da analítica do poder em Foucault, ou como o autor enxerga este tema, e porque sua abordagem é tão relevante e amplamente utilizada para a compreensão do mundo e suas instituições atualmente. No entanto, a analítica do poder em Foucault não se restringiu somente

a construções teóricas, ao analisar o sistema prisional moderno, o autor vê o surgimento de uma nova modalidade de poder, paralelamente ao desenvolvimento da sociedade industrial e capitalista. (FOUCAULT, 2013).

Esta forma de manifestação do poder, ao qual o autor denomina de disciplinar, é de fundamental importância para compreender as novas relações humanas e econômicas que passam a fazer parte do então novo mundo industrializado. Portanto, o próximo item terá como foco o poder disciplinar, no intuito de fortalecer as bases teóricas em que o seu paradigma biopolítico constitui-se; a biopolítica e as disciplinas possuem uma estreita relação, tanto complementar quanto contraditória, por isso a importância de dedicar-se o próximo tópico estritamente ao poder disciplinar. (LEAL, 2015).

2.3.2 Poder disciplinar

Duarte (2003) aponta que o início da genealogia¹² do poder foucaultiano teve início a partir do século XVII com a descoberta dos micropoderes disciplinares, os quais tinham como alvo os corpos individualmente, atingindo seu auge no século XX. Tais poderes articularam-se a partir do desenvolvimento de diversas instituições sociais, como a prisão, a fábrica, o hospital etc.

As disciplinas enquanto poder operariam em nível individual, almejando a formatação de indivíduos dóceis e produtivos, necessários para o desenvolvimento das relações capitalistas emergentes no período após a derrocada do Estado soberano. Caracterizam-se por fixação espacial, confinamento, uso ótimo do tempo, procedimentos e vigilância constante e anônima. (NEVES, 1997). É possível, em termos práticos, constatar a influência da emergência de tais poderes micro disciplinares a partir da análise de regulamentos e normas de comportamento de instituições sociais proeminentes no século XX, tais como a escola, a prisão, a fábrica e o hospital. Todas as etapas e movimentos necessários para o funcionamento destas estão descritos minuciosamente, todos os detalhes são

¹² O método genealógico de Foucault trata-se de uma inovação possibilitada pelas contribuições do pós-estruturalismo. A genealogia inspirada em Nietzsche busca a escrita de uma história que recusa a perfeição das origens, reconhecendo os acontecimentos como tramas de discursos, que se cruzam e entrecruzam em movimentos e forças constantes, circulares, elípticos, helicoidais, que formam e transformam um contexto.

analisados de modo a disciplinar os corpos e almejar a máxima produtividade e efetividade. (FOUCAULT, 2013).

De acordo com Danner (2010), as disciplinas manipulam os gestos e comportamentos, ao captar o corpo em uma maquinaria de poder que o esquadriha, desarticula e recompõe. Não é necessário somente fazer o que se quer, mas fazer como se quer, aumentando a força do corpo em termos econômicos de utilidade, e diminuindo essas mesmas forças em termos políticos de obediência.

A emergência deste poder disciplinar surge concomitantemente com a instauração do Estado Liberal, os novos meios de produção demandam corpos adestrados e dóceis como essenciais ao seu funcionamento. Podemos ver como exemplo da atuação deste poder no ambiente de trabalho, o período *taylorista-fordista*, momento histórico em que o envolvimento dos trabalhadores na produção era reduzido a sujeição ao trabalho rotinizado. Todo o conteúdo subjetivo das tarefas era esvaziado, caracterizando um regime calcado na disciplina no interior das fábricas. (MAGNO; BARBOSA, 2007).

O indivíduo, nas sociedades que se desenvolveram nos séculos XVII e XVIII, é, portanto, uma realidade fabricada e moldada essencialmente pelas disciplinas. O desenvolvimento e a expansão deste tipo de poder estão intrinsecamente atrelados à explosão demográfica, e também ao crescimento do aparelho de produção ocorrido no período, devido ao desenvolvimento da economia capitalista. (DANNER, 2010).

Foucault utilizou-se do panóptico de Jeremy Bentham ao propor a figura arquitetural central desta tecnologia disciplinar, pois a partir dele é possível exercer uma vigilância anônima, constante e eficiente, com o dispêndio de poucos recursos (FOUCAULT, 2012). De acordo com Danner (2010), o panóptico é estruturado a partir de três elementos arquitetônicos principais:

- 1) espaço circular e fechado;
- 2) divisão entre celas;
- 3) torre central.

Foucault (2012) enfatiza que uma das principais características do panóptico é o estado de permanente vigilância instaurado, pois quem é vigiado não sabe se há alguém de fato vigiando-o, assegurando o funcionamento automático do poder. Os dispositivos disciplinares, dentre os quais o panóptico é o exemplo mais importante,

suscitam discussões a respeito da opacidade do poder sendo exercido, em contraste com a total transparência dos indivíduos vigiados. Pois o poder, em detrimento de sua posição privilegiada, se mantém invisível e inalcançável perante os vigiados, enquanto estes permanecem numa situação de constante observação, na qual são transparentes aos olhos de quem os observa. Tal posição remete a uma suposta reivindicação lógica, de que o poder seja mais transparente, para que possamos ver quem exerce essa função disciplinadora. (RHEINGOLD, 2002 apud COSTA, 2004).

A prisão moderna, por exemplo, instituição disciplinadora clássica em Foucault, caracteriza-se por ser uma estrutura em que se é dispendido o mínimo de recursos de vigilância, seja através de recursos humanos ou eletrônicos. Ou seja, um sistema em que um número proporcionalmente maior de detentos são vigiados o tempo todo, ou ao menos acreditam que são. Esta lógica de vigilância pode ser aplicada em outras instituições sociais, o que reforça o argumento do autor de que o poder disciplinar, a partir principalmente dos séculos XVII e XVIII, desenvolve-se por todo o tecido social. (FOUCAULT, 2013; 2012).

Um aspecto-chave exposto por diversos autores a respeito do poder disciplinar é o seu campo de exercício, ou seja, as disciplinas operam no sujeito enquanto corpo. É necessário extrair do corpo seu potencial produtivo e, ao mesmo tempo, infligir-lhe uma relação de docilidade, pois este não seria apenas um objeto de coerção direta, mas também algo passível de adestramento, e que assim deveria ser em virtude da necessidade de ser útil para determinado fim. (MOTTA, 1981).

Interessante notar também a distinção que Foucault (1977 apud MOTTA, 1981) faz entre outras formas de dominação, de modo a explicitar o que as disciplinas não são. Pois as disciplinas definitivamente não partilham da mesma lógica da escravidão, ao não serem fundadas em uma relação de apropriação do corpo. Também são diferentes da domesticidade, que é uma relação constante, global, maciça, não-analítica e ilimitada. E finalmente, também não se inscrevem na relação de vassalagem, que é uma relação de submissão altamente codificada, tal qual se realiza menos sobre o corpo do que sobre os produtos do trabalho e as marcas rituais da obediência. O autor ainda enfatiza:

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. (FOUCAULT, 2013, p. 127).

Foucault observa o aparecimento destes micropoderes disciplinares a partir principalmente do século XVII, os quais estabeleceram-se a partir da gradativa formação de uma série de instituições sociais, como a prisão, o exército, a escola, o hospital, a fábrica etc. Contudo, a partir do século XVIII, sobretudo na virada para o século XIX, o filósofo vê surgir no ocidente uma nova espécie de poder, que não se exerceria mais sobre o corpo individualizado e tampouco encontrava-se no tecido institucional da sociedade, mas centrava-se na figura do Estado e materializar-se-ia a partir de políticas públicas que pretendiam administrar a vida e o corpo da população. (DUARTE, 2003).

Ainda segundo o autor, foi a partir da obra *A História da Sexualidade Vol. 1*, que Foucault passa a denominar este poder que administra, protege e promove a vida e a humanidade enquanto espécie, de *biopolítica das populações*. Esta descoberta, entretanto, não necessariamente apresenta uma contradição com o que o autor havia descrito em *Vigiar e Punir*, em que ele apresenta a análise do poder disciplinar enquanto anátomo-política do corpo, pois sua intersecção com o biopoder se daria através da norma. Entretanto, é indubitável que a introdução da biopolítica na analítica do poder foucaultiana impôs uma mutação no curso de suas pesquisas genealógicas.

2.3.3 Biopolítica

Foucault começa a articular este novo conceito denominado de biopolítica a partir da ascensão do liberalismo no século XVIII em relação a uma “Razão de Estado”, pois os Estados liberais não teriam mais o interesse de dizimar pessoas, mas manter, controlar, disciplinar, regularizar, normalizar a vida segundo uma lógica de mercado. Deste modo, até a metade do século XX, o liberalismo desdobra-se para esta nova forma de pensar a sociedade onde a eficiência representa o ideal estatal máximo, não mais segundo uma ideia centrada politicamente, ou seja, a partir de um laço contratual conforme defendido pelos filósofos contratualistas, mas a partir da busca de uma certa normalização, na forma de tecnologia liberal de governo. (COSTA, 2016).

A questão principal, segundo Foucault, está em que a instauração da biopolítica moderna não pode ser dissociada da emergência do Estado liberal, que foi – e é – o grande idealizador das novas relações de produção capitalistas que tiveram sua gênese e seu desenvolvimento a partir da modernidade. Há, portanto, uma ligação intrínseca entre o Estado liberal moderno, a gênese e o desenvolvimento das relações de produção capitalistas e a instauração da biopolítica. (DANNER, 2010, p. 1).

É a partir do século XVIII que Foucault passa a analisar esta nova forma de exercício do poder denominada biopolítica, cujos primeiros objetos de saber giravam em torno de processos biológicos inerentes ao ser humano enquanto ser vivo, ou seja, o controle dos nascimentos e mortalidade, duração da vida, taxa de reprodução, juntamente com uma série de problemas econômicos e políticos. Com efeito, foi justamente neste período que se observa uma nova medicina no seio da população, cujo intuito está em gerir a vida através do controle da higiene pública com o apoio de organismos de coordenação dos tratamentos médicos, da centralização de informações e da normalização do saber. (DANNER, 2010).

O poder, a partir de então, passa a ser exercido de maneira positiva, gerindo e promovendo a vida ao preservar a sobrevivência e bem-estar das populações; pode-se dizer que ao invés do soberano que antes exercia seu poder como forma de aniquilação, agora o poder age no sentido de *fazer viver e deixar morrer*. Pois a biopolítica, também pode ser tanatopolítica: no momento em que se escolhe promover e incentivar determinadas formas de vida, supõe-se que estas seriam superiores às outras, aniquilando possibilidades de existência alternativas à norma. (AGAMBEN, 2002 apud LEAL; CAMPOS; VITORINO, 2006).

Em sentido complementar e citando como exemplo, Duarte (2003) relaciona determinadas políticas estatais do século XIX com uma nova perspectiva acerca do racismo, a partir de reflexão tendo como base o paradigma biopolítico de Foucault. Racismo este que deixa de ser um mero ódio entre raças ou expressão de preconceitos de ordem religiosa, econômica e social, para se transformar em doutrina política estatal, em instrumento de justificação e implementação de ação mortífera dos Estados; aliás como já houvera observado a filósofa Hannah Arendt, entretanto sem jamais ter utilizado o termo *biopolítica* em suas análises. O racismo enquanto forma privilegiada de atuação estatal encontra seu ápice no regime nazista e no stalinista, pois num contexto biopolítico o Estado poderia se valer de diversas formas de racismo como justificativa para exercer seu direito de matar em nome da purificação, preservação e intensificação da vida. (DUARTE, 2003).

Após dedicar-se a analisar o biopoder em suas formas estatais mais extremas, ou seja, no nazismo e no socialismo existente, Foucault passa a dedicar-se a outras formas de controle que viriam a desenvolver-se a partir da segunda metade do século XX, após a consolidação do neoliberalismo enquanto regime político dominante no pós-guerra. Não mais o autoritarismo exercido pelo governo, mas o flexível controle que as economias de mercado influenciadas pela Escola de Chicago¹³ propõem, onde o ser humano passa a ser um *Homo Oeconomicus*, isto é, um agente do mercado que age conforme os movimentos do mesmo, através das suas próprias regras. (LEAL, 2015).

Diferentemente do liberalismo clássico, o neoliberalismo não estaria preocupado em *laissez-faire* ou em manter um Estado mínimo, mas em garantir a constante vigilância e atuação do poder público de forma a garantir o funcionamento do “livre-mercado”. A lógica de governar no sentido de corrigir as desigualdades do capitalismo, dominante no período do Welfare State, dá lugar a uma nova concepção: um poder estatal que agora governa para fortalecer o mercado, e não por causa do mercado. (PRADO, 2016).

Nesse desidrato, defendem a criação de regras e de instituições que forcem a individuação de todos os participantes da sociedade, em todas as esferas. Defendem, assim, por exemplo, toda uma política social que busca transformá-los em empresários do próprio “capital humano”. A meta desses indivíduos conformados, pragmáticos e utilitaristas consiste, então, em buscar o próprio crescimento econômico, pois este vem a ser também a meta primeira e superior da sociedade. Ademais, a política neoliberal confia na indústria cultural que faz cabeças, introjetando nas pessoas os valores competitivos e a cultura da moderna empresa capitalista. (PRADO, 2016, p. 20).

Foucault (2012) alerta que, ao nos tornarmos agentes econômicos que precisam valorizar e amplificar suas habilidades, de forma a manter-se competitivo no mercado de trabalho, a biogenética poderá ser o meio em que este novo homem potencializará suas capacidades e habilidades. O autor ainda sugere que ao neutralizar riscos, de doenças herdadas por exemplo, e potencializar o ser humano, sob a condição neoliberal o mercado seria a própria instância de decisão acerca de

¹³ Escola de pensamento econômico que defende o mercado livre e que foi disseminada por alguns professores da Universidade de Chicago. Os líderes dessa escola são George Stigler e Milton Friedman, ambos laureados com o Prêmio Nobel da Economia. Suas ideias são associadas à teoria neoclássica da formação de preços e ao liberalismo econômico, refutando e rejeitando o keynesianismo em favor do monetarismo, (até 1980, quando passou a defender a teoria das expectativas racionais) e rejeição total da regulamentação dos negócios, em favor de um *laissez-faire* quase absoluto.

possíveis novos avanços biogenéticos, sendo qualquer outra discussão ética e moral irrelevante.

O que Foucault sugere é que o desenvolvimento tecnológico e científico em constante e rápida expansão chegará a um ponto em que teremos de tomar uma série de decisões de cunho ético. E enquanto o regime político e o paradigma neoliberal prevalecer, corremos o risco de deixar o utilitarismo do mercado se tornar a voz decisiva perante a possibilidade de “brincarmos de Deus.” (DUARTE, 2003).

Michel Foucault apresentou uma nova forma de pensar a sociedade, a biopolítica enquanto uma ferramenta analítica na problematização do advento da ideologia neoliberal. No entanto, o autor não pôde acompanhar os avanços e desdobramentos que viriam a ocorrer após sua morte em 1984. Neste sentido, diversos outros pensadores dedicaram-se, e dedicam-se, a propor novas ideias acerca do tema biopolítica, alinhados ao contexto contemporâneo. O próximo item, portanto, discorre sobre algumas das teorias inspiradas no paradigma foucaultiano que se relacionam com os objetivos desta pesquisa.

2.3.4 Biopolítica pós-Foucault

Gilles Deleuze (1925 - 1995), francês e contemporâneo de Foucault, foi um dos autores que ajudou a desenvolver importantes reflexões a respeito das problemáticas foucaultianas. Em sua obra, surge o conceito de *Sociedade de Controle*, que seria algo como uma sociedade pós-disciplinar nos moldes foucaultianos, em que a disciplina e a biopolítica juntam forças a partir da normalização das condutas, e novas formas de sujeição emergem. (DELEUZE, 2006).

Deleuze argumenta em 1990 que os centros de confinamento descritos por Foucault, o hospital, a prisão, a fábrica, a escola etc. atravessam uma crise generalizada. A sociedade disciplinar, sucessora das sociedades de soberania, enfrenta sua decadência dando lugar a nova sociedade de controle, contudo, é oportuno lembrar que o próprio Foucault (2012) já havia indicado o fim da sociedade disciplinar, no entanto sem pronunciar o que viria a seguir. A sociedade de controle operaria de forma diferente da disciplinar, pois enquanto as disciplinas exigem confinamento e territorialização, atuando no sentido de imputar um saber concebido *a priori* massificando e produzindo sujeitos que pensam e agem exatamente iguais

uns aos outros, os mecanismos de controle operam em sistemas abertos e desterritorializados. Ou seja, não há um *input* estabelecido e fechado a ser imposto, e sim ferramentas de modulação frequente sem início ou fim, produzindo consumidores e trabalhadores individualizados altamente conectados e em busca de novas tendências, através de mecanismos como os psico-fármacos, o consumo televisivo, as redes sociais etc. (DELEUZE, 2006).

Em sentido complementar, Costa (2004) destaca que o século XX fora marcado pelo declínio da sociedade disciplinar e o surgimento de uma sociedade de controle. De acordo com o autor, se as disciplinas são marcadas pelo ordenamento e divisão rígida dos espaços de modo a extrair a produção máxima dos corpos, a sociedade de controle promove uma interpenetração dos espaços, onde os limites não são estabelecidos e as formas de modulação são mutáveis e constantes. Neves (1997, p. 3) aponta uma distinção interessante:

Pois se nas sociedades disciplinares o empenho se dirigia para moldar os corpos a determinados modelos e verdades, nas sociedades de controle os moldes não chegam nunca a se constituir totalmente. Transformam-se contínua e rapidamente em outros moldes, impedindo a identificação dos modelos de moldagem.

Tótoro (2006) ainda destaca que no capitalismo pós-industrial, os indivíduos são parte desta engrenagem que produz e extrai conhecimento, cujo objetivo seria a formatação de consumidores alinhados aos interesses mercadológicos, e também trabalhadores criativos, com habilidades de comunicação e inteligência.

No contexto das políticas públicas, conforme já visto neste capítulo, os governos identificados com a ideologia neoliberal investem em medidas que visam o fortalecimento do capital e do livre-mercado. (ABRUCIO, 1997). Portanto, é natural que programas de suposta inclusão visem a inserção do indivíduo no mercado de trabalho e conseqüentemente de consumo, pois tal ação governamental estaria relacionada diretamente ao paradigma de governar para o mercado. Esta seria uma forma diferente, mas não contraditória ou excludente, da biopolítica inicialmente concebida por Michel Foucault, pois o fazer viver não estaria mais atrelado a regimes totalitários a exemplo das experiências do século XX, mas a uma determinada forma de viver imposta sorratamente por mecanismos silenciosos de uma sociedade de controle, através da imposição do que é a vida que vale a pena

ser vivida, seja pelo marketing, pela mídia ou dos meios de comunicação cibernéticos. (DELEUZE, 2006; COSTA, 2004; PRADO, 2016).

Outro importante autor que trabalha com biopolítica na contemporaneidade é o italiano Giorgio Agamben, que através de conceitos como a *vida nua*, fornece importantes ferramentas teóricas de modo a continuarmos discutindo a importância da biopolítica no modo em que pensamos o presente, sem apresentar também, a exemplo de Deleuze, contradições com o pensamento foucaultiano. De certo modo, a obra de Agamben apresenta ideias complementares às desenvolvidas por Foucault, o autor italiano utiliza-se de termos originalmente concebidos pelos gregos, “zoe”, ou o simples fato de estar vivo (comum a todos os seres vivos), e “bios”, ou a forma ou maneira de viver de um grupo ou de dado indivíduo. (ARÁN; PEIXOTO JÚNIOR, 2007).

Agamben destaca que Platão e Aristóteles não empregavam o termo *zoe*, que era o modo de vida reprodutivo próprio ao convívio da família, ao invés disso utilizavam *bios*, de forma a questionar apenas formas de vida qualificadas. (ARÁN; PEIXOTO JÚNIOR, 2007). Entretanto, a partir da modernidade, a vida e seus fenômenos vitais se politizam, ocorrendo a inversão do poder do soberano de “deixar viver e fazer morrer”, para um poder que “faz viver e deixa morrer”. Ou seja, a biopolítica promoveria e incentivaria determinadas formas de vida, qualificadas e politicamente úteis (*bios politikos*), através de mecanismos e dispositivos biopolíticos que agiriam em fenômenos vitais (sexualidade, fome etc.), excluindo formas de existência valoradas negativamente pelos cálculos do poder. (DUARTE, 2003).

A partir desta visão acerca da existência de uma determinada forma de vida politicamente útil e valorada positivamente (*bios politikos*), Agamben trabalha com o conceito de vida nua (*zoe*), que seria a vida “não politizada”, não capturada pelos mecanismos de sujeição biopolíticos. A partir da distinção entre conceitos diferentes em relação à *vida*, em Agamben a sociedade seria dividida por uma espécie de muro, onde, de um lado, encontra-se a vida politicamente útil, tida como “normal”, assim designada de acordo com os parâmetros de normalidade em dado período histórico, e a vida nua. Por estar do lado oposto de tal “muro divisório”, a vida nua é a forma de existência excluída, vista como anormal ou fora dos padrões socialmente aceitáveis, e, portanto, condenada ao ostracismo, à falta de poder jurídico, político ou econômico. (HACHEM, 1982).

Utilizar-se desta visão em Agamben, pode revelar-se bastante interessante ao analisar-se uma política pública que tem como premissa justamente a inclusão social e produtiva. Alguns questionamentos podem, portanto, emergir, pois acredita-se ser possível problematizar tal premissa a respeito do território conceitual onde busca-se incluir tais indivíduos. O Estado neoliberal, segundo Foucault (2007), tem a economia de mercado como racionalidade interna de funcionamento, portanto, ações inclusivas de caráter normalizador e biopolítico visando o fortalecimento do mercado, seriam justificáveis e racionais.

Estar incluso para Agamben, portanto, seria vivenciar uma vida politicamente útil e obediente perante os dispositivos de poder normativos biopolíticos, o que numa sociedade neoliberal relaciona-se intimamente com o exercício de uma vida produtiva. Em sentido complementar, Harari (2016) aponta que ficções humanistas, tais como o neoliberalismo, necessitam de uma instância moral de aspecto não divino, papel que o autor italiano atribui ao *Capital* nas sociedades democráticas neoliberais contemporâneas. (AGAMBEN, 2011).

Tal elevação categórica do capital a partir do advento das potências neoliberais, ensejaria ao homem enquanto espécie um novo papel neste ecossistema, o de *Homo Oeconomicus*. Este termo designa uma visão fragmentada do ser humano, em que prevalece o aspecto econômico em detrimento de outras dimensões culturais: morais, políticas, religiosas etc. Conceituar o homem a partir da lógica do *homem de interesse*, é, portanto, uma maneira de exercer a racionalidade econômica de uma governamentalidade liberal, em que os corpos necessitam ser dóceis e produtivos. No momento em que a economia passa a ser a crítica interna da racionalidade do governo, é necessário dispor os indivíduos em espaços estratégicos, pois assim os mecanismos e tecnologias de poder podem exercer uma formatação de sujeitos alinhados aos objetivos econômicos e políticos. (LEAL, 2015).

A partir do exposto neste item, foi possível identificar que de acordo com Foucault (2007), os governos neoliberais atuam no intuito de fortalecer a economia de mercado, utilizando-se de mecanismos biopolíticos que visam a normalização de indivíduos, regulando suas vidas subjetivas e biológicas. Portanto, analisar a gestão de uma política pública através do paradigma biopolítico foucaultiano, e seu posterior desenvolvimento, apresenta-se como uma linha de pesquisa que pode trazer à tona diversas reflexões importantes.

3 METODOLOGIA

De acordo com Saccol *et. al.* (2012), o conhecimento científico é um dos tipos de conhecimento produzidos pela humanidade. Para que tal conhecimento seja válido, e possa ser considerado *ciência*, são necessários alguns requisitos. A ciência caracteriza-se por ser um saber metódico e rigoroso, os quais são construídos a partir da aplicação de métodos de investigação próprios de cada área.

A Administração, por exemplo, compreende todo o corpo de conhecimentos a respeito de seu objeto de estudo (organizações). A metodologia, por sua vez, é o estudo da organização e das estratégias adotadas ao se realizar uma pesquisa ou estudo, de modo a validar os caminhos escolhidos para se fazer ciência. (SACCOL *et. al.*, 2012; GIL, 2010).

Este capítulo, portanto, tem como objetivo discorrer sobre o planejamento de pesquisa a ser executado, a partir da identificação dos procedimentos mais adequados diante dos propósitos almejados. Almeja-se, a partir das abordagens metodológicas escolhidas, obter resultados assertivos e satisfatórios em relação às informações que foram coletadas.

3.1 DELINEAMENTO

A pesquisa foi desenvolvida através da utilização do paradigma qualitativo (fenomenológico), e foi exploratória, visando uma compreensão aprofundada de situações complexas, sendo possível, portanto, analisar a interação entre os diversos atores envolvidos na gestão e aplicação da política pública pesquisada (Jovem Aprendiz na *ONG* Asbem como se vê no item 3.2).

A pesquisa é fundamental na produção de conhecimento científico, no sentido de por meio dela ser possível elaborar questões para as quais se vão procurar respostas, e ao decorrer deste processo elaborar novas questões. (SACCOL *et. al.*, 2012). Entretanto, conforme lembram as autoras, é fundamental que ao decorrer do processo investigativo sejam utilizados métodos científicos, de modo a produzir ciência propriamente dita.

Sendo assim, os procedimentos metodológicos empreendidos nesta pesquisa de modo a alcançar os objetivos propostos identificam-se com o paradigma qualitativo, e são de caráter exploratório. Esta escolha justifica-se devido a intenção

de ir a campo visando captar aquilo que é mais significativo segundo a perspectiva das pessoas, pois a fenomenologia, que embasa tal paradigma, baseia-se na visão de que a realidade é constituída a partir da consciência dos seres humanos (SACCOL *et. al.*, 2012), o que se aplica aos interesses do presente trabalho.

De acordo com Godoy (1995), a pesquisa qualitativa caracteriza-se por não enumerar ou medir os fenômenos pesquisados, ao invés disso envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos através do contato direto entre o pesquisador e a situação pesquisada. Neste contexto, faz-se necessário a observação por parte do pesquisador dos fenômenos a partir da perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes do estudo. Para Gil (2010), a pesquisa qualitativa e seus procedimentos de coleta de dados são adequados para uma fase exploratória da pesquisa.

Quanto aos seus objetivos, a pesquisa exploratória tem como finalidade explorar ou obter uma primeira compreensão a respeito de conceitos recentes ou inéditos, desenvolvendo novos entendimentos acerca do assunto que poderão servir de embasamento para estudos posteriores. (SACCOL *et. al.*, 2012). Em sentido complementar, Gil (2010) afirma que as pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o tema, de modo a torná-lo mais explícito, ou ainda podem auxiliar na constituição de novas hipóteses a serem testadas futuramente.

Desta forma, a presente pesquisa caracteriza-se como exploratória uma vez que, teve como objetivo analisar possíveis relações entre a gestão do Jovem Aprendiz e o paradigma biopolítico foucaultiano, através de impressões obtidas a partir do relato de alguns dos indivíduos participantes do processo.

Devido às demandas impostas pelos objetivos propostos, o presente trabalho se desenvolveu na forma de estudo de caso, que se caracteriza segundo Yin (2010), como um dos modos mais desafiadores de se realizar uma pesquisa. Segundo o autor (2010, p. 39):

O estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes.

Este método teve origem no campo da Medicina, e constitui hoje uma das principais modalidades de pesquisa qualitativa no campo das ciências humanas e sociais. Seus procedimentos foram convencionados principalmente a partir da obra de Robert Yin em meados dos anos 1990. (COSTA *et. al.*, 2013).

3.2 UNIDADE DE ANÁLISE E SUJEITOS DA PESQUISA

A unidade de análise escolhida foi a ONG Asbem, enquanto entidade executora do programa Jovem Aprendiz. A Asbem, ou Associação do Bem-Estar da Criança e do Adolescente, foi fundada em meados dos anos 1970 em Novo Hamburgo – RS, e nasceu da motivação dos técnicos ligados às políticas públicas e por pessoas da sociedade civil, que estavam preocupados com o agravamento dos problemas sociais e com a falta de serviços de atendimento às crianças e adolescentes. (ASBEM, 2018).

O Jovem Aprendiz, ou Aprendiz Legal, é um programa voltado para a preparação e inserção de jovens no mercado de trabalho, que se apoia na Lei da Aprendizagem 10.097/2000. O programa tem como objetivo contribuir para a formação de jovens autônomos, que saibam fazer novas leituras de mundo, tomar decisões e intervir de forma positiva na sociedade. (APRENDIZ LEGAL, 2018).

A Asbem foi escolhida como unidade de análise devido à uma combinação de fatores propícios para a realização do presente estudo. Dentre as entidades que executam o Jovem Aprendiz na região do Vale dos Sinos, foi a que se mostrou mais receptiva em relação a realização da pesquisa e das entrevistas. Por estar localizada na cidade de Novo Hamburgo, apresentou-se bastante acessível ao pesquisador, um requisito importante para a execução do estudo de caso. E por fim, a entidade trabalha com o Jovem Aprendiz por meio do viés da assistência social, atendendo, portanto, jovens em condições de risco e vulnerabilidade social, aspecto que se identifica com o paradigma biopolítico foucaultiano e, conseqüentemente, com os objetivos deste trabalho.

O Jovem Aprendiz, por sua vez, foi a política pública escolhida para ser analisada devido a três motivos centrais: caráter de inclusão social, focada no mercado de trabalho e ter como público-alvo jovens, cuja maioria nunca teve experiência profissional. Estes aspectos relacionam-se com a bibliografia analisada e com os objetivos específicos propostos, no sentido de que estes problematizam a

noção de inclusão social, realizando associações críticas deste conceito com a ideia de formatação dos indivíduos, através de qualificação profissional e inserção no mundo do trabalho e do consumo. Por fim, o público-alvo da política pública, jovens sem experiência profissional, apresentou-se interessante no sentido de esta ser uma etapa de passagem entre a adolescência e fase adulta. E a transição de *estudante* para *trabalhador* poderia trazer informações e revelar percepções enriquecedoras, assim como proporcionar insights significativos perante os objetivos deste estudo.

Os sujeitos da pesquisa, por sua vez, foram divididos em dois grupos, o primeiro composto por 4 profissionais responsáveis pela gestão do Jovem Aprendiz na ONG Asbem: diretor, coordenador pedagógico, educador e assistente social. O outro grupo foi composto por 4 jovens que estão participando do programa, sendo que 2 deles estão no primeiro mês, enquanto os outros 2 estão no décimo, e último, mês.

O número de entrevistados em cada grupo não foi definido *a priori*, pois de acordo com Gil (2010), o procedimento mais adequado para este fim é o adição progressivo de novos casos, até o instante em que se alcança a “saturação teórica”, ou seja, quando o incremento de novas observações não corresponde a um aumento significativo de observações. Diante disto, entrevistas adicionais foram realizadas, porém, notou-se repetição e similaridade nos argumentos apresentados, o que justificou a escolha do pesquisador em relação ao número total de entrevistados.

O critério de escolha estabelecido para a aplicação da pesquisa teve como objetivo, no primeiro momento, entrevistar profissionais que fazem parte da equipe da Asbem, que atuam com o Jovem Aprendiz e possuem cargos diferentes. Deste modo, foi possível contrastar opiniões de profissionais mais envolvidos em rotinas administrativas, como diretores e coordenadores, com profissionais que atuam em sala de aula e junto às famílias dos jovens participantes, como assistentes sociais e educadores.

No segundo momento, o critério para a aplicação da pesquisa teve como objetivo entrevistar diretamente os jovens que participam do Jovem Aprendiz na entidade. Para isto, foram escolhidos dois jovens que estão no último mês de curso, e dois que estão no início, de forma a investigar diferenças e semelhanças entre quem inicia e quem termina o programa.

Acredita-se que através destas escolhas, foi possível obter reflexões e opiniões interessantes, no que diz respeito ao entendimento e percepção dos grupos entrevistados em relação à gestão do Jovem Aprendiz na Asbem, tanto daqueles que atuam na execução do programa, quanto daqueles que são afetados pelas estratégias adotadas.

3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Após delinear a pesquisa e discorrer sobre as unidades de análise e sujeitos de pesquisa, é necessário então definir as técnicas de coleta de dados que serão empregadas, de modo a garantir rigor científico ao estudo realizado. Em estudos científicos e acadêmicos, sugere-se a pesquisa bibliográfica em bases de dados confiáveis, por conterem informações de melhor qualidade. (SACCOL *et. al.*, 2012).

O levantamento bibliográfico, segundo Gil (2010), representa uma oportunidade para o pesquisador familiarizar-se com o tema a ser analisado, pois este método de coleta de dados pode ser entendido como um estudo exploratório. O autor ainda salienta que após entrar em contato com o material já produzido, novas ideias podem emergir determinando mudanças nos objetivos inicialmente propostos da pesquisa, pois o pesquisador estaria exposto às dificuldades empreendidas por aqueles que trataram do assunto anteriormente.

Em relação ao presente estudo, o pesquisador já havia tido contato prévio com as obras de Michel Foucault, assim como artigos de teóricos organizacionais *críticos* brasileiros, tais como Maurício Tragtenberg, Rafael Alcadipani e Fernando Prestes Motta. A partir desta bibliografia inicial, foi possível pesquisar acerca de abordagens em que o pensamento foucaultiano relaciona-se com a Administração. Ao que diz respeito ao tema Gestão Pública, os materiais foram coletados através da busca em bancos de dados online, tais como *Google Scholar* e *SciELO*.

Este mesmo procedimento foi utilizado para pesquisar sobre a relação entre políticas públicas de inclusão social e biopolítica. Tais temas apresentaram-se como centrais, no entanto, foram realizadas também buscas em bancos de dados online utilizando termos mais específicos, de acordo com as demandas do presente trabalho, tais como *Homo Oeconomicus* e *Bios Politikos*. E por fim, realizou-se a leitura de obras a respeito de questões técnicas que envolvem trabalhos científicos,

para tanto, autores clássicos como Yin e Bardin (no que tange *metodologia*, por exemplo), foram utilizados.

De modo a complementar as informações obtidas a partir do levantamento bibliográfico, foi realizada também uma análise documental através do material sobre o Programa Jovem Aprendiz (APRENDIZ LEGAL, 2018) e a ONG Asbem (ASBEM, 2018), disponíveis na internet. Esta análise apresentou-se fundamental para conhecer melhor a entidade na qual o estudo de caso foi realizado, e também para obter maiores informações a respeito do Programa Jovem Aprendiz.

Segundo Lüdke e Andre (1986, p. 38), este método pode ser entendido da seguinte forma: “uma pesquisa documental deve, com o objetivo de constituir um *corpus* satisfatório, esgotar todas as pistas capazes de lhe fornecer informações interessantes”. Gauthier (1984, p. 296 apud SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009) complementa:

Trata-se de um método de coleta de dados que elimina, ao menos em parte, a eventualidade de qualquer influência – presença ou intervenção do pesquisador – do conjunto das interações, acontecimentos ou comportamentos pesquisados, anulando a possibilidade de reação do sujeito à operação de medida.

Após coletar dados através do levantamento bibliográfico e da análise documental, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas e em profundidade. Para a realização deste processo, primeiramente foi realizado contato telefônico com a recepção da Asbem. Neste contato, o pesquisador apresentou sinteticamente os objetivos da pesquisa, de modo a avaliar o interesse e disponibilidade da ONG em participar. O recepcionista da ONG informou neste contato que retornaria o contato em alguns dias. Após uma semana, não se obteve retorno, então o pesquisador realizou novamente contato via telefone, desta vez com a coordenadora da entidade, que marcou uma data para conversar presencialmente.

Na data marcada, foi realizada uma apresentação mais detalhada dos objetivos da pesquisa, assim como do perfil dos profissionais e jovens que o pesquisador gostaria de entrevistar. Neste mesmo dia, dentro do prédio da Asbem, após a permissão para a gravação por áudio, foi realizada a entrevista com a coordenadora da instituição. Devido aos diferentes perfis dos entrevistados, cada entrevista demandou abordagens específicas, de modo a “quebrar o gelo” e criar um ambiente propício para que as respostas fossem verdadeiras e espontâneas.

Neste primeiro contato e, conseqüentemente primeira entrevista, a entrevistada perguntou bastante a respeito do que se tratava a pesquisa, o curso do pesquisador, profissão e demais informações desta natureza, que foram respondidas de forma clara e objetiva. Antes de discutir os temas previstos no roteiro de perguntas, a entrevistada discorreu sobre o que era a Asbem, os problemas que enfrenta, a credibilidade da entidade etc., informações estas que, embora não previstas inicialmente, foram importantes para a posterior análise. Contando a conversa inicial, juntamente com as perguntas do roteiro, a entrevista durou 48 minutos.

Após esta entrevista, a coordenadora informou que havia uma turma no final do curso presente na ONG no momento, então ela prontamente contactou a educadora responsável de modo a disponibilizar dois jovens para serem entrevistados, assim como uma sala para a realização das entrevistas.

Após apresentar o objetivo da pesquisa, os dois jovens foram entrevistados individualmente; ambos estavam inicialmente tímidos, respondendo de forma bastante objetiva às perguntas efetuadas pelo pesquisador. De modo a facilitar a compreensão dos entrevistados, o pesquisador utilizou-se de um vocabulário mais informal, repetindo as perguntas por meio de outras palavras, por exemplo. Apesar dos esforços empreendidos, as entrevistas duraram, em média, 20 minutos; no entanto, mesmo relativamente curtas, as respostas dos jovens foram diretas e deram conta das perguntas previstas e dos objetivos da pesquisa.

Ao final deste dia, a ONG informou que só poderia disponibilizar profissionais e jovens em início de curso, em uma semana a partir daquela data. Esta distância de tempo prevista acabou acarretando em dificuldades na análise, em relação ao tempo previsto para a realização da mesma. No entanto, uma semana depois, após cancelar compromissos profissionais e dirigir-se à Asbem, foi informado ao pesquisador que somente na próxima semana seria possível realizar as entrevistas.

Entretanto, na nova data marcada, dois profissionais foram disponibilizados para serem entrevistados, assim como dois jovens em início de curso, o que foi bastante proveitoso, pois todas as entrevistas foram realizadas no período da manhã.

Após os procedimentos iniciais de praxe, como separar uma sala silenciosa, apresentar os objetivos do trabalho, iniciou-se a primeira entrevista com uma das educadoras da instituição. Esta entrevista foi bastante rica, pois foi possível

identificar aspectos da gestão do programa que só quem está presente nas salas de aula pode comentar. A conversa foi bastante fluida e diversas situações interessantes do dia-a-dia foram apresentadas pela entrevistada; e neste momento, a premissa de que a visão do educador e do coordenador seriam divergentes se confirmou em relação a diversos pontos. Esta conversa durou 32 minutos.

A própria entrevistada, ao sair da sala, já chamou uma jovem para ser entrevistada, e após os procedimentos iniciais, a conversa se inicia. Por se tratar de uma adolescente, que ainda estava no início do programa, esperava-se que o conteúdo da entrevista seria objetivo e direto, tal como foram as entrevistas com os dois primeiros jovens. No entanto, a entrevistada apresentou uma notável capacidade oratória e de análise, além de sentir-se extremamente confortável com a situação em que estava. Dentre os jovens, foi a entrevista mais longa (29 min), e definitivamente a mais rica em conteúdo, o que foi uma surpresa agradável para o pesquisador.

Após a jovem sair da sala, o último participante do programa a ser entrevistado imediatamente senta-se e prepara-se para a entrevista. Apesar de propiciar algumas reflexões interessantes, e o jovem estar bastante disposto e à vontade para conversar, esta entrevista não adicionou muitas informações novas em relação ao que já fora obtido a partir de outras entrevistas. No entanto, a entrevista durou 23 minutos, devido principalmente à disposição do entrevistado em conversar sobre assuntos diversos, sobre sua realidade, dificuldades enfrentadas etc. E ao entender que se tratam de indivíduos em situação de vulnerabilidade social, o entrevistador deixou a conversa fluir, ciente da importância de ouvir o que estes jovens têm a dizer.

Por fim, no final da manhã, a assistente social apresenta-se para ser entrevistada. Esta conversa, definitivamente, foi a que mais distanciou-se do roteiro pré-estabelecido, em parte devido ao cansaço do pesquisador que esteve a manhã inteira na Asbem, e também ao perfil da profissional. A assistente social demonstrou estar familiarizada com conceitos trabalhados na fundamentação teórica deste trabalho, tais como biopolítica, sociedade de controle etc., o que representou uma oportunidade única de realizar uma discussão a partir destes termos e temas. Durante os 40 minutos de conversa, todas as perguntas do roteiro foram respondidas, mas através de uma espécie de “bate-papo” informal, no qual os assuntos surgiam naturalmente de forma crítica e reflexiva. Ressalta-se que foi a

única profissional da *ONG* que expressou questionamentos acerca da natureza do programa Jovem Aprendiz, sua gestão, estratégias e premissas. O que revelou-se bastante enriquecedor e desafiador na análise, no momento de contrastar as visões em sua maioria mais utilitaristas e cartesianas expressas pelos outros entrevistados, com o pensamento mais crítico da assistente social¹⁴.

No final da manhã, a única entrevista que restava para completar esta etapa do trabalho seria com a diretora da *ONG*, que, devido à sua agenda atribulada, tem pouco tempo disponível e viaja constantemente. Todavia, um mês após a realização da primeira entrevista na *Asbem*, após inúmeras tentativas, foi possível agendar um horário.

A entrevistada chegou 40 minutos atrasada na *Asbem*, e logo informou que deveria ser algo rápido devido aos seus compromissos, o que implicou, por parte do pesquisador, uma abordagem bastante direta e objetiva. No entanto, por já estar familiarizado com a gestão da *ONG* em relação ao Jovem Aprendiz, a partir das outras entrevistas, foi possível realizar questionamentos menos genéricos, mais direcionados ao que já houvera sido analisado. A entrevistada foi espontânea e demonstrou estar confortável com as perguntas, e apesar de enfatizar que lida mais com questões administrativas e financeiras da entidade, apresentou percepções bastante precisas e diretas, evidenciando ter conhecimento de como o programa é executado dentro da *Asbem*. Apesar de restrições em relação ao tempo, foi possível realizar a entrevista em 29 minutos, tempo necessário para que todos os questionamentos fossem devidamente respondidos e esclarecidos a partir de suas percepções.

No final da entrevista, a entrevistada ainda citou que seria interessante conversar com alguém da Secretaria de Assistência Social do município a respeito do tema, e informou o contato da pessoa responsável pelo Jovem Aprendiz na *Asbem*. No entanto, diversas tentativas de contato foram efetuadas sem resposta, e devido ao fato de o prazo para a entrega do trabalho estar próximo, esta possibilidade foi descartada.

Em todas as entrevistas, o contato telefônico direto com a *Asbem* foi o único meio de comunicação utilizado com sucesso, embora o pesquisador tenha informado seu e-mail e whatsapp para agilizar a comunicação. Conforme já

¹⁴ Conforme pode ser visto nos itens 4.2.1; 4.3.2; 4.3.3; 4.3.4.

mencionado, todas as entrevistadas foram gravadas e não houve nenhuma dificuldade neste processo, pois todos permitiram sem restrições o registro em áudio da entrevista. Em relação ao tempo, as entrevistas variaram bastante, entre 19 a 48 minutos, o que se justifica devido à diversidade dos perfis, totalizando em 4 horas de material gravado. O tempo para a realização de todas as entrevistas foi de 5 semanas, e posteriormente estas foram transcritas em papel, resultando em um material de 38 páginas.

A opção de realizar entrevistas foi escolhida devido ao fato de esta ser uma técnica que pressupõe o encontro entre duas pessoas, com o intuito de que uma delas obtenha informações a respeito do assunto em pauta. Tal encontro deve ser de natureza profissional e ocorrer num ambiente propício ao diálogo, a fim de que a troca de ideias ocorra de forma fluida, permitindo o aprofundamento e detalhamento das questões propostas. (SACCOL *et. al.*, 2012).

O roteiro de perguntas incluía 18 perguntas no total, sendo 10 direcionadas aos jovens e 8 aos gestores. As perguntas foram concebidas a partir do cruzamento entre os objetivos específicos do trabalho, com os principais autores e conceitos relativos a cada tema abordados na fundamentação teórica, conforme pode ser visto no Apêndice A – Roteiro das Entrevistas – Gestores; e no Apêndice B – Roteiro das Entrevistas – Jovens.

3.4 TÉCNICA DE ANÁLISE

A técnica de análise utilizada foi a análise de conteúdo, por proporcionar ao pesquisador liberdade no sentido de investigar todas as mensagens e significados adquiridos e interpretados a partir das entrevistas em profundidade. A análise de conteúdo tem como finalidade, através de um conjunto de técnicas parciais, explicar e sistematizar o conteúdo da mensagem. (SACCOL *et. al.*, 2012).

Para a análise de conteúdo, foram criadas categorias de análise que são oriundas dos objetivos da pesquisa, cruzados com a fundamentação teórica e com as respostas, com o conteúdo das entrevistas, sendo as categorias as que seguem abaixo:

- aspectos biopolíticos da gestão do Jovem Aprendiz que situam o homem como *Homo Oeconomicus*;

- consequências de situar o homem como tal na gestão e resultados do Jovem Aprendiz;
- características biopolíticas do Jovem Aprendiz que incentivam e promovem formas de vida politicamente úteis;
- como tais características influenciam as estratégias adotadas no programa;
- relações entre a gestão do Jovem Aprendiz e a lógica de uma Sociedade de Controle;
- impactos de tais relações nos objetivos e metas do programa.

Após a definição das categorias de análise, o material transcrito a partir das entrevistas foi separado de acordo com cada categoria, por já tratarem-se de conceitos familiarizados perante o pesquisador. Após esta classificação inicial, o conteúdo foi cruzado com a teoria conforme explorada na fundamentação teórica. No entanto, ao decorrer da análise, surgiram novos questionamentos e linhas de investigação, demandando a pesquisa de novos artigos e livros que não haviam sido previamente identificados como necessários. Por exemplo, o tema da inclusão social enquanto fenômeno imperativo (item 4.3.2), emergiu durante a análise através do discurso dos entrevistados, o que levou ao aprofundamento das leituras e pesquisas a respeito do tema. Durante todo o processo de redação da análise, conforme recomenda Bardin (1995), buscou-se extrair o máximo do conteúdo, formulando hipóteses e explorando discursos “além das aparências”, ao mesmo tempo em que buscou-se questionar se de fato o que o pesquisador vê na mensagem está realmente contido nela, e se outros poderiam compartilhar da mesma visão. Todavia, tal processo apresentou algumas limitações, conforme discutido no próximo item.

3.5 LIMITAÇÃO DO MÉTODO

Um estudo de caso requer flexibilidade e disponibilidade do pesquisador (GIL, 2010), tendo em vista que geralmente as entrevistadas são marcadas em horários comerciais e no local mais conveniente para o entrevistado. Apesar de dificuldades pontuais ao marcar algumas datas, conforme relatado no item *coleta de dados*, este

fator foi uma dificuldade encontrada, mas não comprometeu o desenvolvimento do trabalho, devido à flexibilidade de horários do pesquisador.

É importante também ressaltar que o estudo de caso realizado, na perspectiva qualitativa conforme proposto, não é generalizável. As respostas e impressões obtidas, não representam a gestão do Jovem Aprendiz de modo amplo, sendo restritas à entidade escolhida e aos entrevistados selecionados pelo pesquisador. Além disso, ao adotar este método, corre-se o risco de subjetivismo na análise dos dados, pois apenas um pesquisador é responsável pela coleta e interpretação do conteúdo. (YIN, 2010).

Após apresentar o método utilizado no presente estudo, o próximo capítulo será dedicado à análise dos resultados, no qual inicialmente são apresentados os sujeitos da pesquisa, e posteriormente as entrevistas são abordadas, visando atingir os objetivos (geral e específicos) propostos.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados os resultados da análise de dados do presente estudo. Inicialmente, aborda-se os perfis de cada entrevistado a partir de características mais genéricas, tais como idade, gênero, e função dentro da ONG. Após esta apresentação inicial e introdutória, características dos participantes que, aos olhos do pesquisador, podem ter influenciado suas respostas, são discutidos. Ao se concluírem as entrevistas, foi possível notar que houveram muitas semelhanças, e ao mesmo tempo muitas diferenças, nos discursos analisados. Isto é, os perfis dos participantes em geral eram diferentes: a forma de se expressar, a visão de mundo, postura etc. Mas, quanto ao cerne das respostas, quando se chegava ao âmago das questões, a maioria parecia convergir e apontar caminhos similares.

Após a apresentação dos sujeitos da pesquisa, seguem-se os itens subsequentes, em que a análise dos dados é apresentada a partir dos objetivos e categorias de análise propostos para o presente trabalho. A análise tem a seguinte ordem:

- Itens: 4.2.1; 4.2.2.
 - Conceito-chave: *Homo Oeconomicus*.
 - Objetivo específico: Analisar aspectos biopolíticos a partir da racionalidade estratégica do Jovem Aprendiz e identificar aqueles que poderiam situar o homem como *Homo Oeconomicus*, e as possíveis consequências de tal associação na gestão e resultados do programa.
 - Categorias de análise: Aspectos biopolíticos da gestão do Jovem Aprendiz que situam o homem como *Homo Oeconomicus*; Consequências de situar o homem como tal na gestão e resultados do Jovem Aprendiz.
-
- Itens: 4.2.2; 4.3.1; 4.3.2.
 - Conceito-chave: *Bios Politikos*.
 - Objetivo específico: Investigar características biopolíticas do Jovem Aprendiz que incentivam e protegem determinada forma de vida qualificada (*bios politikos*), de modo a influenciar as estratégias adotadas.

- Categorias de análise: Características biopolíticas do Jovem Aprendiz que incentivam e promovem formas de vida politicamente úteis; Como tais características influenciam as estratégias adotadas no programa.
- Itens: 4.3.3; 4.3.4.
- Conceito-chave: *Sociedade de Controle*.
- Objetivo específico: Mapear possíveis relações entre o Jovem Aprendiz e a lógica de uma sociedade de controle, resultante da influência biopolítica neoliberal, e os possíveis impactos decorrentes que poderiam influenciar os objetivos e metas propostos.
- Categorias de análise: Relações entre a gestão do Jovem Aprendiz e a lógica de uma Sociedade de Controle; Impactos de tais relações nos objetivos e metas do programa.

Julga-se importante demonstrar esquematicamente como a análise foi realizada, de modo a apresentar a sequência lógica empreendida pelo pesquisador, facilitando o entendimento e compreensão das hipóteses e argumentos apresentados.

A análise inicia-se a partir do conceito de *Homo Oeconomicus* e sua relação com a gestão do Jovem Aprendiz na Asbem. Após as conclusões iniciais acerca do assunto, identificou-se que as estratégias da entidade ao executar o programa possuiriam aspectos que vão além de uma visão estritamente econômica e racional do ser humano. Após refletir acerca daquilo que transcende o *Homo Oeconomicus*, foi constatado que estes aspectos se identificavam com o próximo conceito-chave: *Bios Politikos*.

Então, foram apresentadas reflexões do que seria a politização da vida nua, ou seja, a vida subjetiva e orgânica sendo capturada por mecanismos biopolíticos, o que complementaria a visão estreita do *homem de interesses*, mas também sugere que a vida como um todo estaria sendo objeto do poder e normalizada. A partir das conclusões a respeito do tema e da bibliografia pesquisada, constatou-se que a politização da vida nua possuiria um aspecto imperativo, no sentido de que este seria um processo inevitável e naturalizado, o que se evidenciou diante do material coletado nas entrevistas realizadas. Diante de tal constatação, a análise direcionou-

se a investigar a natureza e o funcionamento dos mecanismos que operariam de forma a impor modos de existência politicamente úteis; questionamentos estes que apontaram para a existência de uma lógica de *Sociedade de Controle*.

A parte final da análise, portanto, teve como foco este conceito deleuziano concebido a partir do paradigma biopolítico foucaultiano, como um desenvolvimento do modelo de sociedade disciplinar. No primeiro momento, foram mapeadas relações iniciais entre o Jovem Aprendiz na Asbem e as características da sociedade de controle, de modo a refletir sobre características gerais do programa. Posteriormente, a partir das conclusões iniciais, mas sem limitar-se a elas, foram analisados aspectos da sociedade de controle que poderiam influenciar técnicas de gestão, estratégias, metas e objetivos da entidade. Investigação esta que sugeriu a existência de práticas e mecanismos de controle na Asbem, mas também nas instituições ao redor da *ONG*, constatação que suscita questionamentos e hipóteses diversas, brevemente discutidas durante e no final do item.

4.1 APRESENTAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Este item tem como foco a apresentação dos sujeitos de pesquisa, processo fundamental devido ao fato de que a análise é principalmente baseada nas percepções e opiniões pessoais dos entrevistados, ou seja, utilizando-se de dados primários. Devido a este aspecto do estudo, faz-se necessário identificar quem são os autores das falas que aparecem ao longo do capítulo. Em relação aos participantes da pesquisa, estes foram categorizados em dois grupos, de modo a enriquecer a análise com percepções de indivíduos diferentes entre si.

O primeiro grupo entrevistado é composto por profissionais que fazem parte da equipe da *ONG* Asbem, e atuam de algum modo na gestão do Jovem Aprendiz. O perfil deste grupo é classificado em: 4 (quatro) entrevistados, todos do sexo feminino. A idade varia entre 29 (vinte e nove) e 52 (cinquenta e dois) anos, sendo que 3 entrevistados têm mais de 40 (quarenta) anos de idade. Dois entrevistados possuem cargos mais estratégicos, e, portanto, possuem pouco contato com os participantes do programa: Direção da *ONG* e Coordenação Pedagógica. Em contrapartida, os outros dois entrevistados estão diariamente em contato com os jovens, devido à natureza de seus cargos: Educador e Assistente Social.

A formação dos entrevistados deste grupo se divide em Pedagogia, Letras, Serviço Social e Ensino Médio. Quanto ao tempo de experiência no Jovem Aprendiz da Asbem, este varia de 1 (um) a 5 (cinco) anos, sendo que 3 dos entrevistados possuem mais de 3 anos de experiência. A descrição deste grupo está sintetizada conforme demonstra o Quadro 10:

Quadro 10 – Gestores da Asbem

GESTORES ASBEM					
Cargo	Nome no Estudo	Idade	Gênero M/F	Formação	Experiência com Jovem Aprendiz
Coordenadora Pedagógica	EG1	43	Feminino	Pedagogia	3 anos
Educadora	EG2	29	Feminino	Letras	4 anos
Assistente Social	EG3	52	Feminino	Serviço Social	1 ano
Diretora	EG4	38	Feminino	Ensino Médio	5 anos

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota-se que todos entrevistados são mulheres, as quais possuem formações e cargos diferentes, o que enriqueceu a pesquisa no sentido de apresentar diferentes concepções e pontos de vista acerca da gestão do Jovem Aprendiz. Foi possível identificar que naqueles cuja função consiste em lidar diariamente com os jovens, existe um olhar mais profundo e complexo em relação aos participantes. Enquanto os entrevistados que ocupam cargos mais direcionados à administração da Asbem, demonstraram um viés mais direcionado a resultados e objetivos econômicos e financeiros. Este contraste esteve presente em diversos momentos, o que possibilitou uma análise mais abrangente e completa da realidade estudada.

O segundo grupo entrevistado, por sua vez, é composto por jovens que estão participando do programa Jovem Aprendiz na Asbem. O perfil do grupo é classificado em: 4 (quatro) entrevistados, 2 (dois) do sexo masculino e 2 (duas) do sexo feminino. A idade varia entre 17 (dezessete) e 19 (dezenove) anos, dois dos participantes ainda estão na escola regular, e um deles inclusive já possui experiência profissional prévia. Destaca-se ainda que 2 (dois) estão no início do

curso (1º mês), e os outros 2 (dois) estão prestes a se formar (10º mês). A seguir, o Quadro 11 apresenta as informações a respeito deste grupo.

Quadro 11 – Jovens Aprendizes da Asbem

JOVENS ASBEM					
Nome no Estudo	Idade	Gênero M/F	Formação	Experiências profissionais anteriores S/N	Tempo de Jovem Aprendiz
EJ1	19	Feminino	E.M. Completo	Não	10 meses
EJ2	17	Masculino	E.M. Incompleto	Não	10 meses
EJ3	18	Feminino	E.M. Completo	Sim	1 mês
EJ4	17	Masculino	E.M. Incompleto	Não	1 mês

Fonte: Elaborado pelo autor.

No que diz respeito aos jovens entrevistados, a opção de escolher participantes de início e final de curso revelou-se bastante interessante, no momento de comparar as respostas de acordo com cada perfil. Outro fator que se revelou como um diferencial, foi o fato de um dos jovens apresentar experiência profissional prévia ao programa, possibilitando reflexões mais maduras a partir da visão de alguém que já participou e conhece, mesmo que pouco, o mercado de trabalho.

Enfim, no próximo item a análise é apresentada, realizada a partir das entrevistas com gestores e jovens, os quais possuíam um roteiro de perguntas específico para cada grupo, e dos dados levantados na fundamentação teórica.

4.2 JOVEM APRENDIZ E SUA GESTÃO NA ASBEM – ENFOQUE NO *HOMO OECONOMICUS*

A partir da ascensão da ideologia neoliberal nos anos 70, o Estado passa a realizar intervenções no intuito de promover o fortalecimento do mercado, fomentando e propiciando as condições ideais para o seu funcionamento. (MOTTA, 2013). O filósofo francês Michel Foucault (2007), ao estudar este novo liberalismo que emergia no Ocidente, adiciona um importante elemento à esta lógica: a população passa a ser o alvo principal da (bio)política neoliberal. O autor ainda

acrescenta que a economia de mercado se torna a crítica interna da própria racionalidade estatal, e, portanto, as relações entre o setor privado e o público, passaram a se tornar difusas, ou no mínimo mais complexas.

Neste cenário, a promoção de políticas públicas de inclusão social e produtiva passam a adquirir força e respaldo, pois estas agiriam no intuito de recuperar aqueles que estariam em situação de risco ou vulnerabilidade. Foucault passa a problematizar o real objetivo de tais ações, supostamente inclusivas, ao analisar a própria natureza do neoliberalismo. Se o mercado passa a adquirir o status de entidade responsável pela prosperidade de dada sociedade, premissa reforçada pelo Estado, então as políticas públicas deveriam também atuar neste sentido. E se a população é o alvo principal de tais políticas, o filósofo chega à conclusão de que o propósito destas seria produzir individualidades fundamentalmente econômicas. (FOUCAULT, 2007).

A partir de tal conclusão, Foucault (2008 apud LEAL, 2015) argumenta que o neoliberalismo passou a avaliar e compreender o ser humano enquanto naturalmente econômico, e que esta individualidade seria necessária para a perpetuação do sistema. Foucault passa a denominar o ideal neoliberal de ser humano como *Homo Oeconomicus*, e embora não tenha desenvolvido um conceito estruturado, é possível sintetizá-lo a partir da ideia de um ser humano cuja ação parte de uma avaliação econômica do seu agir. (LEAL, 2015).

Diante deste contexto, a presente pesquisa buscou inicialmente analisar, a partir de uma política pública brasileira nos dias de hoje, a possibilidade de realizar conexões entre a gestão realizada no programa com o conceito foucaultiano. A partir de tal interesse e possibilidade, o seguinte objetivo específico foi analisado: analisar aspectos biopolíticos a partir da racionalidade estratégica do Jovem Aprendiz e identificar aqueles que poderiam situar o homem como *Homo Oeconomicus*, e as possíveis consequências de tal associação na gestão e resultados do programa.

De acordo com os gestores e jovens entrevistados, o programa Jovem Aprendiz, executado na Asbem, possui explicitamente um caráter de assistência e inclusão social e produtiva. Segundo as palavras da coordenadora da ONG, o modo mais importante, ao avaliar a efetividade e o sucesso do programa, é através de *feedbacks* e parâmetros estabelecidos pelas próprias empresas que contratam os jovens enquanto aprendizes. Ou seja, inicialmente já se torna possível verificar que o viés de educar para o mercado está presente nas diretrizes estratégicas do

programa executado pela Asbem, atuando através da inserção econômica de jovens em situações de risco e vulnerabilidade social. A crença de que ao proporcionar trabalho e salário para tais jovens, seja possível apaziguar mazelas sociais e afetivas das mais amplas e diversas, parece estar implícita no discurso do entrevistado EG1:

“Foi contratado durante ou depois do Jovem Aprendiz? Objetivo cumprido! Por isso a gente trabalha.” (Entrevistado EG1).

“Muitos jovens foram efetivados, nossa meta é essa”. (Entrevistado EG1).

“No geral as empresas ficam satisfeitas”. (Entrevistado EG1).

Tal posicionamento se justifica e faz sentido devido às condições em que a ONG opera, tanto o entrevistado EG1 quanto o entrevistado EG2 fazem questão de exaltar as dificuldades financeiras enfrentadas e a luta diária para manter a instituição funcionando. De acordo com o entrevistado EG1, o município destinaria recursos somente para atender 25 jovens, enquanto a instituição atende atualmente cerca de 120, ainda havendo uma lista de espera de cerca de 600 jovens. Deste modo, justificar-se-ia uma linha de gestão focada em resultados econômicos e de certa maneira utilitarista, enfatizando a satisfação das empresas, a contratação de jovens treinados na instituição, dentre outros indicadores. Tais indicadores podem vir a ser argumentos convincentes, embasados em dados quantitativos e mensuráveis, portanto de bastante valor no momento de justificar investimentos estatais, e também quando a instituição busca angariar fundos oriundos de fontes diversas, geralmente apoiadas pela comunidade ou iniciativa privada. Segundo o entrevistado EG1, devido às dificuldades financeiras enfrentadas pela entidade, diversas iniciativas são realizadas de modo a garantir a sobrevivência econômica da Asbem, conforme ele elucida:

“Hoje a Asbem trabalha no vermelho, no vermelho e em que circunstância? Todos os jovens são contratados e são pagos, perfeito, através de cotas, leis e tal. A Asbem para pagar seus funcionários precisa de projetos, que a gente consegue concorrer, ganhar ou não ganhar, só que esses processos passam por uma burocracia muito grande e não dão conta de nossos custos. Ou seja, para pagar água, luz e telefone, se não

temos recursos da prefeitura, fazemos um meio-frango ou outras atividades extras para que eu possa angariar fundos. Doações, a gente recebe algumas doações, que podem ser utilizadas para pagar nossas despesas, doação de uma empresa” X”. Outra fonte, por exemplo, uma empresa apadrinha uma turma, aí vão pagar um valor “X” por participante. Então o que quero dizer é que os valores vêm sempre de diversas fontes, nossa vida é incerta.” (Entrevistado EG1).

Ao considerar a situação em que a Asbem trabalha e o público que atende, mesmo com poucos recursos, é admirável o trabalho da entidade e seu papel social ao direcionar o seu olhar para os jovens, almejando efetivas melhorias em suas condições de vida. Entretanto, toda estratégia ou abordagem gerencial, principalmente em áreas sensíveis como no caso das políticas públicas, requerem que escolhas sejam feitas e decisões sejam tomadas. Mesmo dispensando análises direcionadas ao mérito de questões relacionadas a conceitos dualistas, tal qual do que é certo ou errado, moral ou imoral, justo ou injusto, é plausível afirmar que independentemente das escolhas efetuadas, estas produzirão efeitos e consequências de ordens diversas.

O foco estratégico da ONG na inclusão produtiva, educando para o trabalho, buscando aprovação de empresas privadas, priorizando o ensino técnico em sua grade curricular etc., sugere um posicionamento ideológico de cunho utilitarista e/ou econômico. Tal visão, ou filosofia, em relação ao que o programa deve perseguir e almejar, pode implicar em uma inversão do que fora inicialmente proposto a partir da Lei de Aprendizagem, ao valorizar mais o que a empresa espera do jovem aprendiz enquanto trabalhador, do que as necessidades e aspirações do jovem que necessita de assistência.

No entanto, ao ser indagado sobre os impactos do programa observados na vida dos participantes, o entrevistado

EG4 enfatiza que vê o Jovem Aprendiz como uma grande oportunidade para o jovem mudar de vida, justificando que é *“melhor estar trabalhando do que estar desocupado na rua fazendo bobagem”*. (Entrevistado EG4). Ao realizar esta afirmação categórica, a entrevistada sugere que estar trabalhando, sem entrar no mérito do tipo e /ou condições de trabalho, é um comportamento tido como ótimo, valorado positivamente. Posicionamento este que pode indicar conexões da gestão do programa com o conceito de *Homo Oeconomicus*, ao situar o ser humano

enquanto vida biológica essencialmente como um sujeito/corpo produtivo, cujo objetivo deveria ser maximizar economicamente suas ações. (FOUCAULT, 2007).

Foucault (2012) já preconizava, ainda nos anos 80, que em uma sociedade capitalista e industrial “sem Deus”, ou seja, sem uma instância moral que estivesse acima dos valores humanistas hegemônicos da contemporaneidade, dilemas morais e éticos seriam medidos através de julgamentos e concepções humanas, demasiado humanas. O filósofo italiano Giorgio Agamben (2011), complementando e estendendo as teorias de Foucault, escreveu um livro sobre uma visão de sociedade em que o próprio capital em si seria o Deus da contemporaneidade. Embora tais visões possam parecer demasiado extremas e radicais perante alguns leitores, a ideia central defendida por ambos autores é a de que hoje em dia o mercado detém o poder de dizer o que é certo ou errado, belo ou feio, ético ou antiético. E ao idealizar um programa educacional que busca aprovação e validação perante o mercado, a Asbem parece corroborar tais assumpções.

A Lei da Aprendizagem não estabelece conteúdos obrigatórios ou uma base curricular uniforme para todas as entidades que executam o Jovem Aprendiz, entretanto, ao analisar a estrutura curricular do programa na Asbem, é possível notar que a gestão da entidade possui um viés direcionado à educação técnica e profissional. Conforme o entrevistado EG1:

“Trabalhamos com saberes específicos e não com formação. Saberes tais como: Atuar de maneira cooperativa desenvolvendo atividades em equipe, operar computadores, atender clientes com técnicas de negociação, arquivar e protocolar, redigir documentos administrativos, sempre com foco no saber para o trabalho.” (Entrevistado EG1).

O entrevistado EG2, por sua vez, ao discorrer sobre as premissas e diretrizes estratégicas do programa na Asbem, o qual seria demasiado técnico e focado essencialmente no mercado, em um primeiro momento parece apresentar uma visão diferente.

“Mas aqui o que acontece é que eles vêm de uma vulnerabilidade intelectual, além de tantas outras vulnerabilidades que eles já têm... Lacunas da escola... Então tu pode pensar que o Jovem Aprendiz é ensinar eles a trabalharem, também é, mas muito mais é tu também dar um reforço naquilo que eles precisam, por exemplo em língua portuguesa,

matemática, outras áreas que vão complementar essas lacunas que eles trazem em suas bagagens.” (Entrevistado EG1).

No entanto, ao identificar que lacunas do ensino regular são preenchidas por educadores da ONG, seria um erro supor, baseado nesta informação, que exista uma preocupação pedagógica em fornecer uma educação que escape da lógica e dos mecanismos da economia de mercado. Até mesmo o ensino da leitura e da interpretação de textos, habilidades que poderiam ser ensinadas como ferramentas de acesso à cultura e ao conhecimento, visando, por exemplo, o desenvolvimento intelectual dos jovens, também são praticadas visando a satisfação de uma necessidade do mercado. O entrevistado EG2 enfatiza:

“Fizemos muito trabalho em grupo, em equipe, aí tu vai investigar porque ele não consegue se expressar bem, ou não consegue compreender o que ele leu, aí não consegue nem interpretar aquilo que ele leu também! Aí tu começa a ver que este não é um caso isolado e tu acaba tendo que dar esse reforço... Até porque as empresas cobram né. Eles dizem às vezes que o jovem aprendiz não consegue entender textos, que o jovem não consegue entender as ordens que damos a eles.” (Entrevistado EG2).

De modo complementar, o entrevistado EG2 comenta que tal educação de base, com viés corretivo e complementar, é realizada de modo que os jovens não tenham uma percepção direta do que está sendo realizado – *“na verdade eles nem sabem que a gente faz isso”*. (Entrevistado EG2). Tal estratégia, empreendida a partir de iniciativa própria da educadora no ambiente de sala de aula, relaciona-se diretamente com os objetivos macro do programa identificados até então. Entretanto, o detalhe de realizar este reforço de modo que os jovens não percebam o que está ocorrendo, revela-se especialmente interessante quando as entrevistas com os jovens são realizadas.

Na visão dos jovens enquanto aprendizes, o conceito foucaultiano de *Homo Oeconomicus*, ao menos no primeiro momento, apresenta-se de forma ainda mais evidente. O entrevistado EJ1, quando indagado sobre as diferenças entre a escola regular e o Jovem Aprendiz, distingue positivamente o programa na Asbem justamente pelo fato de que, segundo ele: *“a escola é preparação para entrar na faculdade e aqui é preparação para o mercado de trabalho.”* (Entrevistado EJ1).

Nota-se, portanto, que para a entrevistada trabalhar seria mais importante, neste momento, do que realizar um curso superior. Claro que se deve considerar

que, de acordo com o perfil dos jovens entrevistados na Asbem, cursar o ensino superior pode parecer um objetivo bastante ambicioso e que estaria fora de suas atuais condições socioeconômicas.

Portanto, de acordo com tal hipótese, o trabalho seria valorado de forma mais positiva por poder proporcionar um retorno imediato, ou ainda, devido à uma questão de sobrevivência. Suposições estas que, embora não invalidem o fato da valoração do trabalho em prol do ensino superior por parte da jovem, revelam-se necessárias devido ao contexto pesquisado, ao levar em conta a realidade em sentido macro enfrentada pelos entrevistados.

No entanto, tal realidade enfrentada por esta e tantos outros jovens pode também ser alvo de questionamentos, de modo que as condições macroeconômicas possam ser desnaturalizadas, ou seja, não assumir que as desigualdades de dada sociedade são naturais e inevitáveis, mas que poderiam também representar uma forma de biopolítica. De acordo com Lopes e Rech (2013), a lógica neoliberal estaria interessada em distribuir recursos que garantam a mínima participação no jogo social, mas não almeja mudanças radicais que possam reverter situações de pobreza e miséria da população.

Constatação esta que pode revelar interessantes hipóteses acerca das biopolíticas de inclusão social, no sentido de que talvez a estratégia destas vise a formação de sujeitos úteis alinhados ideologicamente ao neoliberalismo, utilizando-se do conceito de *Homo Oeconomicus*, porém, apenas para determinadas camadas sociais da população. Normalizando as classes mais desfavorecidas a partir de uma lógica de *panis et circenses*¹⁵, fabricando trabalhadores e consumidores fiéis e disciplinados, de modo que as hierarquias e hegemonias sociais e políticas possam manter-se funcionando.

Ao entrevistar outros jovens, o cenário apresenta-se da seguinte maneira: de acordo com os entrevistados, a motivação principal para aderirem e dedicarem-se ao programa, ao menos inicialmente, seria estritamente financeira, conforme elucidado pelo entrevistado EJ2: “*No começo do programa só queria trabalhar, receber e gastar*”. (Entrevistado EJ2). Ou ainda nas palavras do entrevistado EJ3: “*A motivação inicial*

¹⁵ A terminologia pão e circo (em latim, Panis et Circenses) refere-se a um modelo de política criado, na Idade Média, pelos romanos. A utilização da expressão: pão e circo; tinha como objetivo, fornecer alimentação e diversão para o povo da época do império romano, pois com o acelerado crescimento da população, vinham junto consequências e problemas sociais, como falta de emprego, falta de condições sociais e miséria, desigualdades, entre outros problemas que podem ser gerados pela falta de estrutura e de o acelerado crescimento populacional.

era financeira e a possibilidade de mudar de vida, e continua sendo a principal motivação... poder comprar comida diferente, besteira, chocolate (risos)". (Entrevistado EJ3). O entrevistado EJ4 também apresenta motivações financeiras para aderir ao projeto, mas em seu caso, devido à uma questão de necessidade familiar: *"Eu precisava muito de um trabalho para ajudar minha mãe que está desempregada, e esse foi o principal motivo"*. (Entrevistado EJ4).

Tais relatos parecem ser bastante convenientes para a Asbem, a qual conforme discorrido no início deste item, possui uma necessidade e preocupação de mostrar resultados quantitativos, no sentido de conseguir medir, através do mercado, e avaliar benefícios, justificando sua própria existência. De modo a complementar e reforçar esta filosofia, ou estratégia de gestão do Jovem Aprendiz pela ONG, o entrevistado EG2 discorre de forma bastante clara e direta ao comentar:

"Com a experiência que a gente já tem, já temos uma noção do que a empresa quer. Sempre trabalhamos com o seguinte: A empresa espera isso de ti, às vezes propomos situações hipotéticas como, se acontecesse algo assim, por exemplo, o que seria o melhor a fazer?" (Entrevistado EG2).

Tais impressões e hipóteses, obtidas a partir do trabalho de campo na Asbem, podem ser relacionadas com o que, de acordo com a bibliografia analisada sobre o paradigma gestor da administração pública contemporânea, parece caracterizar os governos tidos como neoliberais; i.e., atuação pró-mercado, se assim pode-se dizer. Estratégia de governar que se justifica a partir da suposição de que os custos sociais decorrentes de uma dependência exclusiva do mercado seriam muito altos, ocasionando polarizações socioeconômicas entre vencedores e perdedores sob tal perspectiva. (ESPING-ANDERSEN, 1995).

Para apaziguar tal situação, a ideologia neoliberal encontra um equilíbrio de modo a solucionar tais tensões: haverá políticas de inclusão social, entretanto, tais programas terão o viés de favorecimento do mercado a partir do poder público, oferecendo soluções que favoreçam programas focados no mercado de trabalho, através de treinamentos e educação permanentes. (ESPING-ANDERSEN, 1995). Tal paradigma, ou perspectiva acerca da necessidade de treinamento e educação permanente, que seriam resultados de políticas públicas pró-mercado, tais como o

Jovem Aprendiz, surge de modo bastante explícito na fala do entrevistado EJ2, que quando questionado sobre suas perspectivas para o futuro, foi enfático: *“Aprendi aqui que também é importante guardar dinheiro, economizar e pensar no futuro, conseguir cada vez mais educação e qualificação”*. (Entrevistado EJ2).

Segundo Varela (1996 apud SARAIVA, 2014), a educação moderna, apoiada pela pedagogia disciplinar, estaria preocupada na formação de subjetividades úteis e dóceis, em que a produção de conhecimento seria relegada a um segundo plano, e produzir um modo de ser passa a ser o objetivo principal. Portanto, segundo tal suposição, seria mais importante a produção de um sujeito docilizado/normalizado ao invés de um sujeito de conhecimento.

A lógica exposta por Varela (1996 apud SARAIVA, 2014) poderia relacionar-se com a gestão da Asbem como um todo, entretanto revela-se mais evidente no processo de treinamento intensivo que ocorre com os recém-chegados. Preparar o jovem para seus primeiros dias de trabalho e prevenir condutas e comportamentos que possam causar uma impressão negativa na empresa, é o que parece ser o objetivo deste processo inicial. Nas palavras do entrevistado EG2, tal intensivo é descrito da seguinte forma:

“Logo que eles chegam, eles passam por um intensivo de 2 a 3 semanas, para eles não cheguem assim na empresa, sem saber nada! Então fazemos trabalhos em grupo, trabalhos em equipe, que sempre são uma dificuldade... Neste intensivo trabalhamos aspectos mais práticos como atendimento, por exemplo atender o telefone etc. E também outras questões de postura profissional, pois as empresas pegam bem firme nessa questão, de postura, chegar no horário... Então nos esforçamos para que estes erros, digamos assim, não sejam cometidos.” (Entrevistado EG2).

A estratégia em nível macro do Estado ao adotar políticas públicas que visam o fortalecimento do mercado, tal qual o programa Jovem Aprendiz conforme exposto neste item, necessitaria, de modo a justificar seu funcionamento, assumir a liberdade de mercado como uma condição natural. Segundo tal premissa de cunho neoliberal, o Estado poderia então agir para preservar esta liberdade, podendo intervir no funcionamento do mercado quando julgar necessário. (LEAL, 2015).

Foucault (2007), ao analisar a lógica de funcionamento do neoliberalismo, argumenta que tais intervenções sociais somente seriam possíveis através do uso de mecanismos biopolíticos. Mecanismos estes que, por sua vez, teriam como

objetivo maximizar as condições de vida das populações, ao mesmo tempo em que minimizariam riscos e ameaças ao funcionamento do mercado, criando assim condições necessárias para seu “não tão livre” funcionamento.

Parece evidente, a partir das entrevistas e da bibliografia pesquisada que, em diversos aspectos os jovens participantes do Jovem Aprendiz na Asbem são vistos, tanto pela entidade quanto pelas empresas contratantes, tal como o *Homo Oeconomicus* de Foucault; i.e. noção específica de um sujeito de interesses, primordialmente auto interessado, que validaria e possibilitaria o funcionamento dos mecanismos biopolíticos, assim como atuaria como força motriz propulsora do próprio sistema neoliberal. (LEAL, 2015).

Tal hipótese evidenciar-se-ia a partir da síntese da estratégia e gestão do programa, nas palavras do entrevistado EG1: *“Aqui ele vai estudar, trabalhar, receber salário e ter certificação no final”*. (Entrevistado EG1). Lógica esta que teria como objetivo principal a inclusão produtiva de jovens considerados em situação de risco e vulnerabilidade social, os quais são treinados e instruídos através do programa, para então serem contratados como aprendizes pelas empresas parceiras da ONG. Este processo de retroalimentação contínuo entre mercado e educação, sugere uma clara conexão com a ideologia neoliberal, onde as esferas de atuação do Estado e do Mercado acabam tornando-se mais complexas. Um exemplo de como os papéis do governo, da política pública, da ONG e da escolarização regular tornam-se difusos pode ser visto segundo a afirmação do entrevistado EJ4:

“O desempenho dos alunos do Jovem Aprendiz melhora muito nas escolas, eles aprendem a ser mais responsáveis, porque tu tem a obrigação e precisa ir bem na escola, se não descontam no teu salário. O que é uma cobrança boa ao meu ver.” (Entrevistado EJ4).

A partir do exemplo supracitado, a gestão do programa na Asbem parece tomar espaços além das empresas e da ONG, adentrando também a escolarização regular, impondo metas e objetivos com recompensas financeiras, ideais para uma concepção de *Homo Oeconomicus*, que embasaria tal estratégia. Ou seja, quando a economia se torna a crítica interna da própria racionalidade de governo, o capital passa a ser o mediador ético daquilo do que deve ser realizado. (FOUCAULT, 2012).

Em sentido complementar, é interessante notar que séculos antes de Foucault, Adam Smith, considerado o principal teórico do liberalismo clássico, já apresentava ideias que poderiam ser relacionadas com aquelas que o autor francês viria a desenvolver posteriormente. O autor argumenta que pela educação seria possível não somente erradicar a pobreza, como também formar sujeitos com maior moralidade. E aqui entende-se moralidade como a produção de indivíduos identificados com as crenças e valores da então emergente sociedade burguesa, e, portanto, mais disponíveis para o trabalho. Essa justificativa serviria como base para a instituição de grande parte dos sistemas públicos de educação que se espalharam pela Europa principalmente ao decorrer do século XIX. (SARAIVA, 2014).

É interessante notar, no que seria esta aliança Educação x Trabalho, a presença de diversos atores estratégicos que atuam no Jovem Aprendiz, como psicólogos e assistentes sociais. Tais profissionais são exigidos por lei para que o programa aconteça. Conforme o entrevistado EG3, sua atuação é estratégica e pontual, tendo como principal objetivo recuperar jovens que possam estar em risco de evasão ou em risco de terem seu contrato de trabalho rescindido. Nas palavras do entrevistado:

“Se eu for fazer uma visita familiar, que é um instrumento técnico do assistente social, a gente vai verificar junto à comunidade e eles lá, junto a eles lá no território da família, o que se pode fazer para que essa situação mude, para que ele volte a ver o que desperta novamente esse interesse no trabalho e no programa.” (Entrevistado EG3).

Ou seja, é possível identificar que, para atingir os objetivos e metas almejados pela ONG, existem também mecanismos e estratégias necessárias que atuam antecipando possíveis problemas e desvios comportamentais, que por sua vez poderiam comprometer a devida inserção dos jovens no mercado de trabalho e a adesão destes ao programa até o final. Estratégias estas que não buscariam somente capacitar e avaliar o jovem enquanto trabalhador ou estudante, mas como um ser humano dotado de sua subjetividade e pertencente à determinado grupo social e/ou família. Constatação que pode sugerir a presença de racionalidades que escapariam àquelas identificadas com o ideal do *Homo Oeconomicus*. (FOUCAULT, 2007).

De acordo com o entrevistado EG3, há uma preocupação em olhar os jovens de uma forma mais ampla e abrangente, intervindo em suas comunidades e famílias, buscando entender os motivos que levam os mesmos a continuarem ou desistirem do programa, e ainda enfatiza questões como *pertencimento* e *empoderamento*. Nas palavras da entrevistada:

“Eles geralmente possuem muitas vulnerabilidades, na questão financeira, social, é aquela questão de todas, de tudo. Em relação à questão emocional, a vínculo familiar, a cuidado... E como dar conta disso? Ser um “mini adulto” tendo que dar conta de todas estas coisas, de ter que se inserir no mundo do trabalho e ter todas essas questões para serem cuidadas... A questão é: como cuidar disso? Qual o nosso olhar?” (Entrevistado EG3).

Ao adentrar o ambiente da vida subjetiva e familiar do jovem, é possível sugerir, portanto, que a gestão do programa pela Asbem extrapolaria técnicas e objetivos estritamente de cunho utilitarista e econômico. A partir de tal premissa, a seguinte hipótese parece emergir nesta análise: *“As estratégias empreendidas de modo a atingir os objetivos do programa, que fogem de uma lógica idealizada a partir do conceito de Homo Oeconomicus, poderiam ser encaradas como atos de resistência à normalização biopolítica? Refutando, portanto, ao menos em parte, o paradigma biopolítico idealizado por Michel Foucault?”*.

De acordo com Lopes e Rech (2013), a instauração da própria escola pública constituiu-se como uma ação biopolítica para docilizar a população, através da formação de sujeitos com sentimentos de cidadania e vinculação a um projeto nacional, e ao mesmo tempo, disciplinados e acostumados a uma rotina de exames procedimentos que enfrentariam tanto na escola quanto no trabalho. Ao analisar o material coletado em campo, é possível identificar aspectos que confirmariam tais ideias, no entanto, os limites do que seriam um sentimento de cidadania e vinculação parecem integrar tanto os jovens aprendizes, quanto os demais membros da equipe da ONG. Todos parecem possuir um sentimento de estar fazendo parte de algo benéfico e nobre para os jovens.

O entrevistado EG3, por exemplo, enfatiza que *“o poder público deveria dar mais atenção à Asbem, entender que o que fazemos é bom para a sociedade”*, ao mesmo tempo em que afirma não haver dinheiro que pague o sentimento de gratificação por estar realizando este trabalho, apesar de todos os percalços. Dentre

os jovens, este sentimento também se faz presente, o entrevistado EJ1 desabafa: “*Vou chorar quando terminar, gosto muito daqui.*” (Entrevistado EJ1). O entrevistado EJ3, por sua vez, ao ser indagado sobre o que poderia mudar na gestão, assim como no programa em si, declara: “*Eu mudaria no curso nada, eu queria mudar a questão financeira da ONG, queria ajudar a ONG a ter uma estrutura melhor, e que a entidade pudesse ser melhor assistida financeiramente.*” (Entrevistado EJ3). Tal envolvimento e engajamento, podem sugerir algum tipo de fenômeno que fugiria aos controles e mecanismos biopolíticos, representando atos de resistência ou emancipação.

Entretanto, ao que concerne este item, cujo objetivo inicial fora definido como: analisar aspectos biopolíticos a partir da racionalidade estratégica do Jovem Aprendiz e identificar aqueles que poderiam situar o homem como *Homo Oeconomicus*, e as possíveis consequências de tal associação na gestão e resultados do programa, julga-se ser possível, a partir do que foi analisado através das entrevistas em campo e da bibliografia sobre o tema, identificar a partir do paradigma biopolítico de Foucault, características e aspectos da gestão do Jovem Aprendiz que remeteriam ao conceito foucaultiano de *Homo Oeconomicus* em governos neoliberais. Tal conclusão pode ser justificada a partir dos seguintes pontos analisados, tidos como centrais, sintetizados abaixo:

- mensuração dos resultados do programa a partir de expectativas e feedbacks do mercado;
- a ideia de trabalhar, por si só, é incentivada e valorada positivamente, pois estar na rua ou desocupado é tido como um comportamento desviante e perigoso;
- estrutura curricular do programa é focada quase que exclusivamente na aprendizagem de atividades técnicas e operacionais, úteis no sentido de atender demandas específicas das empresas contratantes;
- crença de que a inclusão produtiva é a melhor opção possível para o futuro de jovens em situação de risco e vulnerabilidade, e que tal objetivo é capaz de auxiliá-los a superar tais dificuldades;
- estratégia de fortalecer o mercado de trabalho e a economia como um todo ao auxiliar na formação de trabalhadores capacitados;

- valoração positiva da moral neoliberal perante os jovens, no intuito de formar sujeitos mais disponíveis para o trabalho;
- valoração, se não positiva, mas no mínimo conformada do ideário neoliberal, fortalecendo entre os atores do processo do programa a noção de *Homo Oeconomicus* e sua importância para a sociedade.

No entanto, foi possível também inferir que as abordagens de ensino técnicas e utilitaristas, mais usuais a partir do momento em que a gestão do programa situa os jovens como *Homo Oeconomicus*, revelam-se insuficientes para o atingimento das metas do programa. A formação de sujeitos trabalhadores e identificados com o ideal neoliberal parece necessitar mais do que atender às necessidades do “homem de interesses”, trazendo à tona racionalidades e estratégias que poderiam situar-se fora deste espectro conceitual.

O paradigma biopolítico foucaultiano, apesar de fornecer conceitos e temas centrais tais como o de *Homo Oeconomicus*, não os apresenta de forma isolada ou totalizante, sendo estes apenas definições dentro de um contexto mais abrangente e relacional, o que é característico do pensamento do autor. (LEAL, 2015). Portanto, de modo a analisar de maneira mais complexa a realidade encontrada na gestão do programa Jovem Aprendiz, tal qual executado pela Asbem, julga-se necessário ir um pouco mais além do proposto inicialmente pelo primeiro objetivo específico desta pesquisa, de modo a buscar um entendimento mais profundo e reflexivo do modo como as coisas acontecem na prática.

4.2.1 Uma gestão para a vida no Jovem Aprendiz na Asbem

No item anterior, foram identificados aspectos e características na gestão do Jovem Aprendiz realizada pela Asbem que poderiam ser relacionados ao paradigma biopolítico foucaultiano, ao considerar-se os jovens enquanto *Homo Oeconomicus*. No entanto, notou-se também que as técnicas e estratégias da ONG que visam os jovens essencialmente como sujeitos auto interessados e economicamente orientados, seriam insuficientes para atingir os objetivos do programa. Objetivos estes que, tendo como aporte teórico o pensamento foucaultiano, seriam a forma terminal de um poder biopolítico que agiria na normalização e sujeição de jovens, ao

produzir sujeitos alinhados ao ideal neoliberal, disponíveis e tecnicamente capacitados para o trabalho. (FOUCAULT, 1979; 2007).

Atender expectativas e incentivar interesses econômicos, esta parece ser a estratégia mais adequada em diversas ocasiões, e isto evidencia-se a partir do relato do entrevistado EG2, ao enfatizar que “*alguns jovens procuram o programa somente por questão de sobrevivência mesmo*”. (Entrevistado EG2). Principalmente em tais situações, o aspecto financeiro é encarado como um dos, se não o mais importante. Todavia, foi possível identificar a partir do discurso da maioria dos entrevistados que, ao decorrer do programa, tornam-se necessárias motivações diferentes e mais complexas, um “algo a mais” para manter o jovem interessado e integrado ao Jovem Aprendiz.

Este “algo a mais”, de acordo com o material coletado, parece apresentar-se como algo de natureza mais profunda do sujeito enquanto ser humano, e que, portanto, transcenderia motivações simplesmente de cunho material e econômico, possuindo uma íntima conexão com aspectos singulares e complexos de cada indivíduo, que diriam respeito à composição de suas próprias subjetividades. Esta suposição é resultante da observação de que quando indagados sobre ambições e motivações, além do aspecto financeiro, os jovens utilizaram-se de conceitos abstratos e não necessariamente ligados a uma lógica racional de maximização econômica (*sonhos, ideais, perspectiva, vida melhor etc.*).

Tais aspectos, de natureza subjetiva e singular, podem ser relacionados com o conceito de *zoe*, idealizado por Agamben (2004 apud SCILESKI; BERNARDES, 2014) ao retomar o pensamento aristotélico. A *zoe* pode ser entendida como uma forma de vida enquanto fenômeno estritamente natural, fora dos domínios da *polis*, não capturada por mecanismos disciplinares ou biopolíticos, em oposição ao conceito de *bios*, que seria a vida pública, política e qualificada. Esta distinção é interessante ao levantar hipóteses acerca das motivações e sonhos dos jovens que supostamente não se relacionam com a lógica do *Homo Oeconomicus*. Pode-se questionar, por exemplo, se tais relatos são o indício de que, ao menos dentro do programa, formas de existência não capturadas por mecanismos biopolíticos sejam possíveis. (ASSMANN *et. al.*, 2007).

O entrevistado EJ3, ao discorrer sobre o programa, seus objetivos e motivações pessoais, relata o seguinte:

“No bairro onde eu vivo, tu não tem uma expectativa de vida, de ter uma vida profissional, de saber que mesmo tu tendo pouco tu pode chegar onde tu quiser. Porque a visão que a vida ali passa, o bairro passa, é a de que tu tem que ficar ali. Tem muitas pessoas do meu bairro que nem terminam o Ensino Fundamental. Então o Jovem Aprendiz te dá uma expectativa de vida melhor, algo que tu possa mais pra frente poder crescer e ter uma vida melhor, ter tua casa própria, tuas coisas, poder ter uma condição de vida melhor, se poder manter financeiramente, ajudar os pais, fazer aquilo que tu gosta, terminar os estudos, fazer uma carteira de trabalho, uma carteira de motorista...” (Entrevistado EJ3).

Ser um Jovem Aprendiz, para o entrevistado EJ3, pode trazer oportunidades no futuro para que, utilizando os termos do entrevistado, ele possa mudar de vida, mudança essa que, a partir de seu discurso, impactaria também sua vida familiar e comunitária. Dentre as motivações identificadas, destaca-se o que aparenta ser uma busca pessoal de independência e autonomia, assim como o desejo de provar seu valor e superar expectativas negativas, alimentadas em sua própria comunidade. Aspirações estas que dizem respeito a um projeto e ideal de vida, uma jornada de natureza *espiritual*, abrangendo aspectos que vão além, ou em outras palavras, transcendem o *Homo Oeconomicus*.

O entrevistado EJ1, por sua vez, ao refletir sobre as mudanças que teriam ocorrido a ele durante o programa, relata que *“no início o que me motivava era somente o dinheiro, depois aprendi a ter um senso de responsabilidade e de como é importante ajudar os outros, de ver como tu é importante para alguém”*. (Entrevistado EJ1). A partir dessa passagem, é possível inferir que possivelmente a motivação financeira atrai os jovens para o Jovem Aprendiz, mas somente ela, por sua vez, torna-se insuficiente ao decorrer do tempo. Ao atribuir tamanha importância à possibilidade, de através do trabalho, poder ajudar outras pessoas, o entrevistado parece reforçar a hipótese acerca da insuficiência do *Homo Oeconomicus* enquanto único referencial ao se realizar a gestão do programa.

O desejo de ajudar os outros, ao invés de maximizar seus próprios benefícios econômicos, exposto pelo entrevistado EJ1, é contrastante com a visão de Foucault, ao discorrer sobre o neoliberalismo norte-americano. O autor (2008 apud LOPES; RECH, 2013) sugere que a concorrência e a individualidade tornaram-se cada vez mais dominantes e imperativas a partir da disseminação da ideologia neoliberal. Uma concorrência que atravessaria o âmbito econômico e das empresas, através de

uma disputa constante que ocorreria entre indivíduos em todos os aspectos que dizem respeito a vida social, recobrando todos os domínios da vida.

O entrevistado EG4 parece entender a necessidade estratégica, de modo a manter os jovens no programa, de proporcionar condições para que novas motivações e significados possam emergir entre os participantes.

“Eu vejo que hoje o programa Jovem Aprendiz veio mesmo para ajudar esses jovens financeiramente. Eles não chegam aqui preocupados com o futuro deles, ou com o aprendizado, com o que eles vão tirar daqui. Isso acontece lá assim, O curso tem 10 meses, no sexto mês por exemplo. A partir dali eles têm um entendimento estratégico digamos assim, do que está acontecendo, da importância da própria mudança deles. Já no nono mês, assim, eles vêm com aquele sentimento de que tá na hora de ir embora, criaram-se vínculos e afinidades aqui dentro.” (Entrevistado EG4).

O entrevistado EG2, seguindo a lógica do entrevistado EG4, expõe o que supostamente pode ser considerado um aspecto da gestão do Jovem Aprendiz na Asbem: promover e incentivar um ambiente de acolhimento, onde vínculos afetivos são valorados positivamente e, quesitos técnicos e educacionais nem sempre são a prioridade.

“Eu fico realizada ao ver jovens, que vêm revoltados, que não queriam estar aqui, e depois de um tempo a gente consegue conquistar e criar vínculos. Ao longo desses 10 meses aqui não trabalhamos somente a questão profissional, é o foco, mas desvirtua o tempo inteiro, eles vêm contar muito da situação familiar deles, da história de vida, de como vieram parar aqui e o que aconteceu até chegarem aqui... Então eles precisam de alguém para ouvir e muitas vezes somos nós com quem eles se sentem à vontade.” (Entrevistado EG2).

Ao analisar tais depoimentos com as lentes do paradigma biopolítico foucaultiano, torna-se plausível supor a existência de novas formas e estratégias, mais sutis e subjetivas, de atuação da biopolítica a partir da gestão do programa na Asbem. Este novo campo de atuação, por assim dizer, da biopolítica, que almeja a normalização do ser humano em todos os aspectos de sua vida, encontra ressonância nas mudanças econômicas e sociais, principalmente no âmbito da relação *Produção x Consumo*, que vêm ocorrendo nas sociedades identificadas com o ideal neoliberal nas últimas décadas. (LAVERGNE, 2012).

Esta nova sociedade na qual vivemos atualmente, necessita de um determinado tipo de cidadão e trabalhador adequado às novas demandas que passam a movimentar as engrenagens do capital e da economia. Diferentemente do *modelo da fábrica*, em que as disciplinas e a vigilância eram o cerne de seu funcionamento, no *modelo de empresa* o referencial simbólico se conecta com o mercado, as próprias empresas e corporações, assim como com a liberdade individual de fazer escolhas e de empreender. A relação com o consumo, o poder das ideias, a capacidade de pensar e inovar, alinhados a uma ideia de autonomia pessoal constituem-se como a nova forma de normalização biopolítica a ser incorporada. (LAVERGNE, 2012).

A mudança que ocorreria a partir da perspectiva do jovem, na qual este deixa de enxergar-se meramente como um *Homo Oeconomicus*, e passa então a adquirir uma “nova consciência”, supostamente como resultado da intervenção de mecanismos mais sutis, ou sofisticados, de biopolítica, pode ser identificada a partir do discurso dos entrevistados EJ3 e EJ2. Quando estes dois jovens, que estão no último mês de curso, foram indagados sobre os objetivos iniciais e as mudanças pessoais identificadas desde o início até a reta final do programa, ambos citaram que inicialmente a principal motivação era financeira. No entanto, agora apontam motivações de uma natureza diferente, tais como a possibilidade de ajudar o próximo, ou o desejo de buscar mais educação e conhecimento.

A partir da hipótese de que haveria aspectos biopolíticos presentes na estratégia de gestão do Jovem Aprendiz na Asbem, que transcenderiam concepções exclusivamente econômicas do ser humano, abre-se espaço para a investigação de novos campos de atuação da biopolítica. Haveria, portanto, uma ruptura do paradigma em que seria necessário treinar e produzir trabalhadores com habilidades técnicas, disciplinados e docilizados. O paradigma biopolítico atual apresenta-se de modo um tanto diferente, os mecanismos de normalização primariam por formar novas consciências e comportamentos morais que dizem respeito a vida dos jovens como um todo. Cujo objetivo visaria a produção de subjetividades, ou formas de existência, úteis às demandas econômicas contemporâneas, que por sua vez direcionam-se às lógicas e engrenagens das relações entre mercado e consumo. (LAVERGNE, 2012).

Para atingir tal objetivo, cessar-se-ia a busca pelo trabalhador ideal e inicia-se a procura por um sujeito ideal, que em toda sua constituição enquanto ser humano

deve apresentar características de uma vida qualificada politicamente útil, ou *bios politikos*. (ASSMANN *et. al.*, 2007). Este novo *modus operandi* da biopolítica, orientada de modo a fabricar individualidades, corrigir condutas, educar moralmente, enfim, agir em prol de um *fazer ser*, emerge, portanto, como a linha de investigação mais lógica e coerente para o desenvolvimento da presente análise. O próximo item deste capítulo, portanto, terá como objetivo analisar “características biopolíticas do Jovem Aprendiz que incentivam e protegem determinada forma de vida qualificada (*bios politikos*), de modo a influenciar as estratégias adotadas”.

4.3. POLITIZAÇÃO DA ZOE – UMA GESTÃO QUE INVESTE NA VIDA NO JOVEM APRENDIZ NA ASBEM

O objetivo específico deste item, no qual almeja-se investigar e propor reflexões acerca de práticas biopolíticas exercidas pela Asbem, na gestão do programa Jovem Aprendiz, que podem sugerir a proteção e o incentivo a determinadas formas de vida e existência, úteis ao ideal neoliberal, carrega em si mesmo uma contradição digna de reflexão. O termo *liberalismo*, teoricamente e etimologicamente remete e pressupõe a ideia da liberdade enquanto valor supremo, onde a autonomia e poder de escolha dos cidadãos, justificam-se através de sistemas democráticos e do capitalismo de livre-mercado. Contudo, ao assumir que o poder de ser livre e a autonomia de realizar escolhas, a partir de crenças e desejos individuais, são tidos como o cerne da ideologia liberal, por quê haveriam de existir mecanismos biopolíticos cuja estratégia seria a produção de determinados modos de vida e existência? (FOUCAULT, 2007).

De acordo com Prado (2016), Foucault problematiza tal contradição. O filósofo francês sugere que essa liberdade a qual falam fisiocratas como Adam Smith, refere-se mais à mecânica intrínseca dos processos econômicos no capitalismo do que a uma liberdade jurídica reconhecida como tal para os indivíduos.

Dito de outro modo, a liberdade outorgada pelo capitalismo e apregoada pelo liberalismo não diz respeito, propriamente, à autodeterminação do homem, nem lhe garante direitos certos, fundamentais e inalienáveis, mas o define como elemento livre de um sistema que lhe exige, imperativamente, certos comportamentos. Por isso mesmo, a arte de governar do liberalismo, como ressalta Foucault, não é antiautoritária. Ao contrário, ela se constrói inteiramente sob o mandamento de que os indivíduos e o próprio governo

devem respeitar os constrangimentos e os mecanismos da “economia de mercado. (PRADO, 2016, p. 12).

Portanto, a partir do exposto, é possível inferir que para a manutenção de arranjos socioeconômicos calcados a partir de ideologias de cunho liberal, ou seja, tanto o neoliberalismo contemporâneo quanto o liberalismo clássico do século XIX, seriam necessários mecanismos e dispositivos biopolíticos. Isto é, em tais sociedades, seria imperativa a existência de uma biopolítica cujo objetivo visaria a fabricação e a normalização de subjetividades, que deveriam estar alinhadas à moralidade e normatividade (neo)liberal. A partir desta premissa, supõe-se que a gestão de políticas públicas de inclusão produtiva, como o Jovem Aprendiz, nas quais a população é afetada diretamente, poderia apresentar aspectos e características que incentivariam a produção e a existência de vidas qualificadas, politicamente úteis.

Ao analisar o conteúdo das entrevistas realizadas na Asbem, notou-se que de fato ocorreram mudanças significativas na vida dos jovens a partir do Jovem Aprendiz. Diversos foram os termos e expressões utilizados para expressar o que seria a vida antes e depois do programa, no entanto, todos parecem convergir ao que diz respeito a uma ideia de maturidade e responsabilidade.

De acordo com o entrevistado EJ1, a principal mudança pessoal, identificada a partir de sua própria perspectiva foi que *“aqui aprendi a ser mais responsável”*. (Entrevistado EJ1). Ao ser questionado sobre o que tal afirmação significaria, o jovem comentou que quando sua única obrigação era a escola, compromissos eram encarados de forma mais descontraída – *“Na escola era tipo, ah depois eu faço isso. Agora eu sei que tenho que fazer”*. (Entrevistado EJ1). O entrevistado ainda faz uma distinção interessante, ao comentar que: *“Antes do programa, eu tinha uma vida de jovem e tal, agora tô tentando aprender a ter vida de adulto”*. (Entrevistado EJ1). Aprender a ter atitudes, comportamentos e responsabilidades de uma “vida de adulto”, parece ser algo incentivado e promovido pela gestão do Jovem Aprendiz na ONG. No momento em que a qualificação técnica e a capacitação profissional são colocadas no que parece um segundo plano, e mudanças de comportamento e atitude passam a ser priorizadas, a gestão do programa parece sugerir a atuação de mecanismos biopolíticos, ao focar na constituição dos jovens enquanto sujeitos, e não somente como alunos, trabalhadores e aprendizes.

O entrevistado EG4 parece corroborar a visão do entrevistado EJ1. Questionado sobre possíveis mudanças identificadas nos jovens antes e após o Jovem Aprendiz, o entrevistado EG4 não discorreu sobre conhecimentos ou habilidades adquiridas, o que seria esperado a partir de um programa com um viés de educação profissional e técnica. Ao invés disso, o entrevistado EG4 escolheu enfatizar mudanças em relação a comportamentos, hábitos, visão de mundo, conduta, disciplina etc.

“Observo nos jovens que concluem o programa um crescimento em todos os sentidos, de comportamento, a própria educação, vocabulário, eles aprendem a socializar... Eles crescem muito aqui dentro em nível de amadurecimento, de responsabilidade.” (Entrevistado EG4).

Foucault (2007; 2012), ao analisar as formas de funcionamento do poder nas sociedades neoliberais, através de práticas e técnicas biopolíticas por exemplo, não privilegia a abordagem jurídica institucional. Ou seja, para o autor, não se trata apenas de coagir e gerir a população através da elaboração de leis, repressão policial, aumento de fiscalização etc., o foco de exercício do poder estaria no modo como este penetra corpos e mentes em nível individual, de modo a produzir subjetividades. Constatação esta que, apresenta uma forma de exercício do poder que parece relacionar-se com o que ocorre na gestão do Jovem Aprendiz na Asbem, conforme o discurso dos entrevistados EJ1 e EG4, apresentados nos parágrafos anteriores. Arán e Peixoto Júnior (2007) comentam que Foucault, ao direcionar suas investigações ao que seriam técnicas políticas e tecnologias do “eu”, afirma que o Estado ocidental moderno integrou numa proporção sem precedentes técnicas de individuação subjetivas e procedimentos de totalização objetivos.

As técnicas de individuação subjetiva identificadas na gestão do Jovem Aprendiz na Asbem, parecem incentivar e proteger modos de existência tidos como ideais, os quais seriam proporcionalmente inversos ao que o entrevistado EJ1 chama de “vida de jovem”. Ou ainda ao que o entrevistado EG2 classifica como jovem “cru”, ao comentar sobre os recém ingressos: *“Logo que eles chegam aqui, eles vêm muito crus, alguns nunca trabalharam”*. (Entrevistado EG2).

Quando indagados sobre o que caracterizaria a “vida de jovem”, imatura, crua, enfim, os entrevistados EJ1 e EJ4 discorreram sobre o que seria uma forma de existência supostamente mais livre, espontânea e despreocupada. Hábitos como

dormir até tarde, não ter preocupações, ficar em casa sem fazer nada, eventualmente atrasar-se para compromissos, entre outros, são tidos como aceitáveis, ou normais e naturais. No entanto, no que seria o início de uma “vida de adulto”, tais atitudes e comportamentos são tidos por si só como um fator preocupante, e que, portanto, devem ser corrigidos.

No caso estudado, o Estado estaria intervindo, através de políticas públicas, por exemplo, supostamente com o intuito de prevenir e corrigir tais comportamentos desviantes, que colocariam em risco ou no mínimo poderiam ser diferentes da ordem social vigente. O entrevistado EG4 parece sintetizar tal hipótese, quando em relação a estratégia do Jovem Aprendiz na instituição, afirma que o programa “*têm várias coisas que são dentro da pedagogia, do ensinar eles a ser diferente*”. (Entrevistado EG4). Ou seja, evidenciando que de acordo com as premissas da gestão do programa, haveria um determinado modo ideal de ser e agir e, aqueles que não se encaixam, em situações de risco ou vulnerabilidade, devem sofrer ações corretivas, ou conforme as palavras do entrevistado EG4, devem ser ensinados a *ser diferente*. Segundo a definição das Diretrizes Éticas Internacionais de Pesquisa:

Pessoas vulneráveis são pessoas relativa ou absolutamente incapazes de proteger seus próprios interesses. De modo mais formal, podem ter poder, inteligência, educação, recursos e forças insuficientes ou outros atributos necessários à proteção de seus interesses. (ARÁN; PEIXOTO JÚNIOR, 2007, p. 2).

Segundo tal definição, é possível constatar o que parece justificar a racionalidade estratégica tanto da ONG, quanto do Estado, em relação a gestão e execução do Jovem Aprendiz. Ou seja, deve-se intervir ativamente na vida de jovens em situação de risco e vulnerabilidade social, pois estes seriam incapazes de proteger seus próprios interesses. Entretanto, ao analisar uma definição tão ampla e genérica de vulnerabilidade, assim como também problematizar a assumpção de que o Estado seria capaz de identificar aqueles que são incapazes de proteger seus próprios interesses, é possível levantar hipóteses de modo a problematizar a necessidade e os interesses do Estado e do Mercado ao realizar tais intervenções.

De fato, já existem pesquisas sobre políticas e programas sociais que investigam e exploram o mérito de práticas estatais que visam a promoção da inclusão social. (MEYER *et. al.*, 2014). As conclusões obtidas sugerem que o Estado agiria com interesses próprios, ao fortalecer uma cultura empreendedora busca

formar sujeitos capazes de garantirem para si as condições de permanecerem incluídos e participarem do jogo social. (MEYER *et. al.*, 2014). O entrevistado EJ3, ao refletir sobre os benefícios que o programa lhe trouxe, parece corroborar o exposto a partir destas pesquisas, ao reforçar que o Jovem Aprendiz criou condições para que ele pudesse evoluir e se capacitar.

“Eu sinto que eu cresci dentro de mim, porque eu adquiri conhecimento, sobre o mercado de trabalho, tudo. De saber que se eu chegar para outra empresa, eu vou estar preparada, para poder encarar, superar meus limites, ver meus defeitos e qualidades, saber que posso evoluir e melhorar. Que sou capacitada.” (Entrevistado EJ3).

Ao analisar o discurso do jovem, é possível identificar também a seguinte particularidade: o entrevistado EJ3 discorre sobre benefícios pessoais e profissionais ao mesmo tempo, como se estes fossem equivalentes, sem realizar distinções ou separações. Tal aspecto observado, pode dar margem a questionamentos acerca de como o jovem enxerga a si mesmo, no sentido de questionar se a partir de sua perspectiva de existência e vida, o crescimento pessoal é necessariamente atrelado ao profissional. Suposição esta que poderia remeter a uma lógica de intersecção, entre o que seria a sua vida biológica e a sua vida política e profissional.

A partir de tal hipótese, é possível resgatar algumas ideias da filósofa Hannah Arendt, que em sua obra “A Condição Humana”, escrita no final dos anos 1950, foi pioneira ao teorizar a respeito daquilo que passou a ocupar o centro do poder político na modernidade, a vida do “homem trabalhador”. Segundo a autora, o primado da vida natural sobre a ação política transformaria e causaria a decadência do espaço público. (ARÁN; PEIXOTO JÚNIOR, 2007). A partir do proposto por Hannah Arendt, Agamben (2004 apud ARÁN; PEIXOTO JÚNIOR, 2007, p. 4), por sua vez, afirma que: “O ingresso da zoe na esfera da polis, a politização da vida nua como tal, constitui o evento decisivo da modernidade, que assinala uma transformação radical das categorias político-filosóficas do pensamento clássico”.

Reforçando o discurso apresentado pelos entrevistados EG4 e EJ1, apresentados no início deste item, assim como as teorias desenvolvidas pelos autores supracitados, o entrevistado EG2, a partir da perspectiva de quem está de fato dentro das salas de aula, parece seguir as diretrizes estratégicas da gestão do programa na Asbem. Ao avaliar o desempenho dos jovens durante o transcorrer do

curso, o entrevistado EG2 também não se utilizou de resultados relacionados a quesitos educacionais de educação profissional e técnicos. Quesitos estes que supostamente deveriam ser o enfoque do ensino em sala de aula, tais como: habilidades adquiridas, conteúdos assimilados, melhora no desempenho cognitivo etc. Ao invés disso, o entrevistado EG2 ressalta que, devido ao Jovem Aprendiz, “*em dois meses já é possível notar mudanças de comportamento*”, e que “*na grande maioria dos jovens tu percebe uma mudança até bem radical*”.

Opiniões estas que, trazem à tona características da gestão do programa na Asbem que sugerem um foco numa educação de cunho normativo, identificada com o paradigma biopolítico foucaultiano, ao atuar na promoção de formas de existência, ou modos de viver, tidos como superiores; e aqui entende-se superiores como politicamente úteis, ao fortalecer a hegemonia dos arranjos socioeconômicos existentes. (FOUCAULT, 2007).

A partir de sua experiência e entendimento da realidade, o entrevistado EG2 ainda justifica a importância destas mudanças comportamentais nos jovens participantes do programa, ao argumentar que: “*Para eles é muito bom, para não ficar ocioso, sendo eles jovens e em situação vulnerável, acabam ficando suscetíveis a muita bobagem, digamos assim*”. (Entrevistado EG2). O entrevistado EJ3, por sua vez, ao refletir sobre a nova fase em que vive proporcionada pelo programa Jovem Aprendiz, reforça os malefícios e perigos da ociosidade, assim como a importância de corrigir e mudar tal comportamento. Além disto, ele traz à tona uma nova questão, recorrente nas entrevistas realizadas, acerca da importância de aprender a trabalhar em equipe e socializar, encaradas como habilidades imprescindíveis na vida profissional:

“Eu acho que de uma forma geral o trabalho te traz conhecimento, porque quando tu tá em casa, sem fazer nada, tu tá em casa e não aprende nada, e não tem perspectiva de nada, tu não tem vontade de fazer, de ser, de ter alguma coisa. E ajuda muito na questão financeira também. Estar no mercado de trabalho proporciona que tu tenha uma visão ampla de tudo. Por exemplo, no trabalho tu pode ter colegas gays por exemplo, então tu aprende a respeitar por mais que tu não aceite ou algo assim, tu aprende a conviver e socializar com eles, mesmo tu não gostando da pessoa tem trabalho em equipe e tu tem que colaborar em conjunto.” (Entrevistado EJ3).

A primeira parte da fala do entrevistado EJ3, diz respeito ao que seria uma concepção produtivista e utilitária do seu “eu”, a qual é valorada positivamente, pois somente a partir da obtenção de conhecimento e do trabalho seria possível tornar-se “alguém”. Ou seja, pode-se inferir que de acordo com o jovem, o ser humano enquanto vida no sentido biológico torna-se um sujeito somente a partir de sua inclusão produtiva no jogo social; ao produzir, consumir e pagar impostos. Visão esta que pode ser identificada com o que Agamben (2004 apud ASSMANN *et. al.*, 2007) define como a inclusão da *zoe* na *polis*, ou seja, a inclusão total da vida nos dispositivos da biopolítica.

A ociosidade, o “estar em casa sem fazer nada”, são apresentados como comportamentos valorados negativamente, o que parece corroborar o exposto por Assmann *et. al.* (2007), no sentido de que a biopolítica passa a atravessar as paredes das fábricas e cessa-se a busca somente pelo trabalhador ideal, o que interessa agora é o sujeito ideal. O entrevistado EG1, ao comentar sobre os objetivos da gestão do programa comenta que: *“queremos que eles se fortaleçam como pessoas e cidadãos, e que possam competir com qualquer outro jovem”*. (Entrevistado EG1). Posicionamento este que se alinha ao que seria essa tal busca pelo sujeito ideal, incluso totalmente nos dispositivos biopolíticos, evidenciado a partir da visão de que o fortalecimento dos jovens enquanto pessoas e cidadãos, seria medido a partir de sua capacidade de competir.

A segunda parte do trecho do jovem EJ3, revela um aspecto que está bastante presente no discurso dos entrevistados, ou seja, a importância de aprender a socializar e trabalhar em equipe, encarados como uma habilidade profissional extremamente importante. O entrevistado EG2, a respeito deste tema, comenta:

“Tem aquele jovem que pode dizer ah, eu não gosto dessa ou daquela pessoa, mas tenho que tratar bem, tratar com responsabilidade, porque é meu colega de trabalho. Isso também é uma coisa que eles amadurecem muito. Gostando ou não da pessoa, eles sabem que tem que respeitar, pois são colegas de trabalho.” (Entrevistado EG2).

Em relação a este ponto, Karl Marx (1973 apud PRADO, 2016), ao realizar suas críticas ao capitalismo, muito antes da ascensão dos regimes neoliberais, apresenta argumentos que parecem relacionar-se perfeitamente ao tema central deste item, i.e., a politização da *zoe*. O autor (1973 apud PRADO, 2016) comenta

que, na produção social da própria vida no capitalismo, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade. Situação esta que, seria apenas um exemplo de modo a argumentar que a produção da vida material condicionaria o processo em geral da vida social, política e espiritual, ou seja, não seria a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência.

Neste item, no qual foi almejado analisar “características biopolíticas do Jovem Aprendiz que incentivam e protegem determinada forma de vida qualificada (*bios politikos*), de modo a influenciar as estratégias adotadas”, inicialmente, a partir da análise do material coletado e da bibliografia sobre o tema, identificou-se aspectos estratégicos da gestão do programa que visariam a inclusão total da vida pela biopolítica, ou, a inclusão da *zoe* na *polis*. Tal constatação, justifica-se a partir dos principais argumentos trabalhados ao decorrer do item, sintetizados abaixo:

- o neoliberalismo, para seu funcionamento, necessitaria de vidas qualificadas e politicamente úteis;
- gestores e jovens aprendizes avaliam a efetividade e os resultados do programa a partir de critérios morais e comportamentais;
- concepção de um modo de vida ideal, e aqueles que não se encaixam, devem sofrer ações de modo a aprender a ser diferente;
- o Estado teria como interesse proporcionar condições para que os indivíduos possam ser autônomos e independentes, isentando-se de algumas de suas obrigações;
- estratégias do programa visariam o primado da vida natural sobre a ação política.

Entretanto, notou-se, a partir do que foi exposto até o momento, que os aspectos estratégicos do programa relacionados à politização da *zoe*, são tidos pelos entrevistados como evidentes e justificáveis por si só. Como se, de certo modo, este estilo e filosofia de vida fossem considerados naturais e inevitáveis, e não houvesse espaço para a concepção de outros modos de existência, divergentes do *status quo* neoliberal contemporâneo. Constatação esta que, ao pressupor a naturalização da inclusão social enquanto mecanismo biopolítico, cujo objetivo seria

normalizar e produzir *sujeitos ideais* através do primado da vida natural sobre a ação política (ASSMANN *et. al.*, 2007; NILO, 2010), pode revelar-se como uma linha de investigação interessante. De modo a complementar a análise deste item, no próximo item são analisadas características da gestão do Jovem Aprendiz que possam remeter à ideia de imperatividade da inclusão social, de forma a impactar nas estratégias adotadas pela Asbem.

4.3.1 Imperatividade da inclusão social – impactos na gestão do Jovem Aprendiz na Asbem

O autor Veiga-Neto (2008) posiciona-se no sentido de argumentar que tal noção, da inclusão social como adaptação a ideologia hegemônica neoliberal, nos dias de hoje tornou-se algo de natureza imperativa, inevitável e inquestionável. Ao abordar o tema, o autor afirma que ao assumir tal imperatividade como uma hipótese real e verdadeira, torna-se necessário questionar três entendimentos correntes em nossa cultura:

- a inclusão social tem sido entendida como algo natural;
- compreendida como algo bom em si mesmo;
- apresentada como necessária.

O entrevistado EG3, por sua vez, expressa um posicionamento mais crítico em relação ao que seria este aspecto imperativo da inclusão conforme apresentado pelo autor. O entrevistado EG3 parece entender a proposta de inclusão produtiva/social do programa como uma “área cinzenta”, onde é difícil assumir lados e afirmar que isto ou aquilo está certo ou errado. No entanto, argumenta o seguinte:

“Eu, penso que: foi a maneira que encontraram no momento, que não é aquela coisa de ahh, é o certo ou a melhor abordagem. Mas foi o que se encontrou para se dar conta de inserir os jovens no mercado de trabalho, e isso é ótimo, porque é preciso, porquê além da questão do sustento, tem a autonomia, da sua construção enquanto cidadão de direito, ter trabalho lazer etc.” (Entrevistado EG3).

Ou seja, apesar de não considerar o Jovem Aprendiz, ou suas premissas e estratégias como ideais, no trecho da entrevista citado parece apresentar uma visão

de algum modo conformista. E de fato, resistir aos dogmas e arranjos sociais culturalmente enraizados em nossa sociedade, reforçados por dispositivos biopolíticos atuantes não somente através de políticas públicas, mas na arte, no marketing, na televisão etc., pode revelar-se extremamente perigoso e acarretar consequências indesejáveis, restando um certo conformismo como opção de resistência. Ao compreender os riscos individuais e sociais de uma vida não capturada pela biopolítica, o entrevistado EG3 reforça não ser contra o Jovem Aprendiz, mas julga necessário assumir uma visão mais reflexiva ao afirmar que *“não estou fazendo uma crítica, é bom que eles estejam fazendo atividades, mas até que ponto ele está absorvendo, até que ponto ele está entendendo isso, até que ponto ele quer isso...”* (Entrevistado EG3).

Afirmção que pode ser entendida no sentido de que, segundo o entrevistado EG3, não haveria espaço ou legitimidade para formas de vida e existência que escapem aos mecanismos biopolíticos de normalização, no entanto, a entrevistada não parece entender tal condição como algo natural, questionando as estratégias do programa a partir de uma visão mais crítica. Entendimento este que parece reforçar o argumento de Veiga-Neto (2008) no início deste item, a respeito da natureza imperativa da inclusão social enquanto mecanismo biopolítico. E mesmo através de uma ótica crítica e desconstrutiva, conforme o posicionamento do entrevistado EG3, parece não haver espaço para escapar das forças biopolíticas.

Tais reflexões parecem reforçar o argumento encontrado em Foucault (2007), de que a liberdade proclamada pelos teóricos liberais, não diria respeito aos indivíduos, mas aos processos de trocas e ao próprio funcionamento da economia de mercado. O autor (2007) ainda estende sua crítica, ao propor que os Estados democráticos neoliberais seriam autoritários, pois a tal liberdade, em relação aos cidadãos e ao próprio governo, só poderia ser exercida a partir do momento em que respeitam e, revelam-se úteis perante as engrenagens de funcionamento do livre-mercado.

Tal hipótese pode revelar-se útil e enriquecedora, ao ampliar a consciência do senso comum, dando margem a diversos questionamentos, no sentido de problematizar os limites e as condicionalidades da liberdade e igualdade que as democracias neoliberais de fato permitem. O entrevistado EJ1, ao ser questionado sobre seus planos para o futuro, deu pistas do que seria essa imperatividade da inclusão e dos limites da liberdade individual, ao afirmar que:

“Após o Jovem Aprendiz quero, espero continuar trabalhando, ser efetivada. Pretendo fazer um técnico de química, é algo que eu realmente quero e gosto, mas talvez se não der certo penso em trabalhar com gastronomia...” (Entrevistado EJ1).

Ao analisar o trecho da entrevista citado, é necessário frisar que o entrevistado está trabalhando como aprendiz em um hospital, portanto um curso técnico em química seria tido em seu local de trabalho como algo útil e importante, possivelmente ampliando seu leque de oportunidades profissionais. A ênfase em afirmar de que realizar o curso técnico é algo que ela realmente goste e quer, pode sugerir que a jovem estaria buscando talvez convencer a si mesma através da busca de aprovação por terceiros. E tal hipótese é reforçada quando o entrevistado EJ1 comenta já possuir uma espécie de “plano B”, onde trabalharia com gastronomia, área totalmente diferente da previamente citada, porém distante de sua realidade atual.

Nilo (2010) afirma que a própria forma em que os trabalhadores se expressam, pode ser significativo e esclarecedor, no sentido de identificar uma determinada atitude tida como ideal, na qual respeita-se as normas da divisão técnica e social do trabalho, assim como a hegemonia das classes dominantes. De modo complementar, o autor sugere que para atingir a *atitude ideal*, o sistema educacional apresenta-se como elemento-chave, pois além da qualificação técnica e profissional, seria preciso inculcar na mente dos trabalhadores comportamentos de cunho cívico e moral.

O entrevistado EJ4, parece entender a necessidade de adotar esta atitude ideal desde cedo:

“O programa é um incentivo para o jovem já desde cedo ter uma cabeça pra quando chegar na idade lá dos 18, 20 anos, que tu tem que decidir o que tu quer pra tua vida, tu já tem uma base e um pensamento do que tu vai levar, para não começar tão tarde.” (Entrevistado EJ4).

Interessante notar no discurso do entrevistado aspectos que reforçam os argumentos em Nilo (2010), pois o jovem comenta que é necessário “ter uma cabeça” para quando atingir o que seria a idade de iniciar a vida profissional, e aqui entende-se “ter uma cabeça” como possuir a *atitude ideal*. Ainda é possível associar este trecho com a hipótese acerca da inclusão social/produtiva enquanto fenômeno

imperativo e inevitável, no momento em que o entrevistado EJ4 comenta que em determinado momento ele “tem que decidir” o que quer para a vida. Portanto, a partir desta reflexão, é plausível inferir que a inclusão social pode ser entendida como imperativa e naturalizada, sem questionamentos, e que, portanto, é necessário adequar-se para se incluir. Ou seja, conforme argumenta Foucault (2007), o neoliberalismo seria um sistema autoritário, ao exigir que certos comportamentos sejam adotados, mas ao invés de coerção e força, os mecanismos da economia de mercado ditariam as regras do jogo conforme seus próprios interesses. O entrevistado EG4, em sentido complementar, corrobora a hipótese da inclusão enquanto imperativa: *“A gente entende que o mundo do trabalho está posto, e que o adolescente tem que buscar se inserir, logo ele será um adulto e vai precisar trabalhar, num mundo muito competitivo”*. (Entrevistado EG4).

No entanto, sobre o modo de agir desta imperatividade, é necessário refletir de modo a compreender que as estratégias adotadas pela Asbem, parecem ser resultado do funcionamento da economia de mercado como um todo. O entrevistado EG2 é enfático ao afirmar que *“a instituição depende muito de recursos e projetos”*, e ainda acrescenta que diversas foram as vezes em que a ONG teve que retornar alguns centavos de volta ao município, devido à severa prestação de contas. O entrevistado EG1, por sua vez, comenta que devido à escassez de recursos, *“cada mês é uma batalha, para pagar os profissionais, pagar as contas de luz e demais despesas operacionais...”* Situação esta que inevitavelmente influencia na gestão e estratégia da Asbem, até mesmo no momento em que é preciso realizar uma triagem para decidir quais jovens poderão usufruir dos benefícios do Jovem Aprendiz, conforme o entrevistado EG3 elucida:

“Mas também, imagina tu pegando... Parece que a gente tá numa fábrica e tu tem que decidir: “ah esse não, esse sim”. E não é assim, nós lidamos com pessoas, e pessoas de um segmento populacional muito frágil, com muitas demandas. E na adolescência a gente vive um turbilhão de coisas, às vezes nem o corpo a gente consegue entender. Então tem tudo isso que a gente já comentou somado à essa questão de buscar se preparar e se inserir no mercado de trabalho...” (Entrevistado EG3).

Ou seja, as estratégias da ONG, adotando a perspectiva foucaultiana (1979), seriam a forma terminal de exercício do poder, ou seja, a imperatividade da inclusão presente na gestão do programa não seria, portanto, uma decisão arbitrária da

Asbem, mas o resultado final de uma série de fatores. Ou seja, a entidade necessita incluir socialmente os jovens para manter-se funcionando, o próprio mercado exige isso. Até mesmo instituições sem fins lucrativos acabam sendo alvo do aspecto autoritário do neoliberalismo e da imperatividade da inclusão social. (FOUCAULT, 2007; VEIGA-NETO, 2008).

No entanto, ao olhar para a realidade brasileira, apesar de constatar que de algum modo a inclusão é imperativa para todos, os incentivos geralmente apresentam-se de formas diferentes. O entrevistado EJ4, por exemplo, afirma que o Jovem Aprendiz foi uma necessidade devido ao desemprego de sua mãe. Um jovem em condições financeiras mais favoráveis, por sua vez, possuiria motivações diferentes para incluir-se social e produtivamente, o que acarreta em consequências.

Em Castioni (2013), nota-se que no Brasil, a partir da instauração do Estado Novo¹⁶, a educação dos trabalhadores passa a ser dever constitucional. Entretanto, isso teria sido feito a partir a dicotomia entre a educação superior para os filhos da elite, e o ensino técnico para os demais, que necessitavam de uma qualificação específica para ingressar na força de trabalho. O autor ainda conclui que, a educação profissional como necessidade imperiosa para as forças produtivas, sempre esteve associada às tentativas de novos ciclos de desenvolvimento do país. É possível, a partir de Castioni (2013), inferir que a imperatividade da inclusão social, tal qual manifestada através de programas como o Jovem Aprendiz, seria relativa somente à determinada camada populacional.

A partir do objetivo específico de analisar aspectos estratégicos da gestão do Jovem Aprendiz na Asbem que protegem e incentivam determinados modos de vida e existência, o item anterior foi dedicado ao tema da politização da zoe, ou seja, a vida natural capturada pela biopolítica. E inicialmente, obteve-se as seguintes conclusões, sintetizadas abaixo:

- o neoliberalismo, para seu funcionamento, necessitaria de vidas qualificadas e politicamente úteis;
- gestores e jovens aprendizes avaliam a efetividade e os resultados do programa a partir de critérios morais e comportamentais;

¹⁶ Estado Novo, ou Terceira República Brasileira, foi o regime político brasileiro instaurado por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, que vigorou até 31 de janeiro de 1946.

- concepção de um modo de vida ideal, e aqueles que não se encaixam, devem sofrer ações de modo a aprender a ser diferente;
- o Estado teria como interesse proporcionar condições para que os indivíduos possam ser autônomos e independentes, isentando-se de algumas de suas obrigações;
- estratégias do programa visariam o primado da vida natural sobre a ação política.

Entretanto, através da análise do conteúdo das entrevistas, assim como da bibliografia sobre o tema, identificou-se que tais aspectos não davam conta do que fora proposto inicialmente enquanto objetivo de pesquisa. Com o intuito de complementar e apresentar uma visão mais abrangente acerca do assunto, o presente item teve como foco central a questão da imperatividade da inclusão social enquanto mecanismo biopolítico, e quais as possíveis influências na gestão e estratégia do programa executado na Asbem. Os aspectos listados a seguir foram identificados como centrais a partir de tal análise:

- naturalização da noção de inclusão social pela maioria dos entrevistados;
- conformismo, ou falta de perspectivas acerca de outros modos de existência;
- o neoliberalismo possuiria aspectos de natureza ditatorial, onde a economia de mercado seria a racionalidade estratégica de funcionamento do Estado;
- o sistema educacional seria um fator estratégico da biopolítica neoliberal, ao produzir sujeitos alinhados moralmente às demandas do mercado;
- a imperatividade da inclusão social também afeta a Asbem, que necessita adequar suas próprias estratégias de modo a demonstrar resultados econômicos e manter-se em funcionamento;
- políticas pública de inclusão, como o Jovem Aprendiz, representariam mecanismos imperativos de inclusão social específicos para as classes sociais mais desfavorecidas.

Neste item, foi possível, portanto, problematizar a suposta liberdade das sociedades democráticas neoliberais, identificando aspectos que supõe a existência de uma espécie de poder totalitário, que rege comportamentos e demanda atitudes

tidas como ideais. Ao analisar o funcionamento do Jovem Aprendiz na Asbem, diversos questionamentos podem surgir, no sentido de como agiriam tais mecanismos biopolíticos, que impõe uma mudança de vida, de perspectiva, enfim, que demandam uma reformulação da própria subjetividade dos jovens. Deleuze (2006) sugere que o modelo de sociedade em que a autoridade possuía um rosto, o trabalho era reduzido aos espaços fechados das fábricas e a educação era reduzida à escola, entrara em crise. O autor (2006) sugere que ao invés de uma sociedade disciplinar, vivemos em uma sociedade de controle, que ao mesmo tempo que nos liberta do confinamento e dos espaços fechados, exerce uma regulação tão sutil ao ponto de ser entendida como natural e inevitável.

No intuito de buscar maiores compreensões a respeito do exercício do poder, assim como da lógica de funcionamento dos mecanismos biopolíticos que influenciam a gestão e as estratégias adotadas pela Asbem ao executar o Jovem Aprendiz, o paradigma da Sociedade de Controle emerge como aporte teórico a ser investigado.

Neste sentido, o próximo item consiste em responder o objetivo específico conforme segue: “mapear possíveis relações entre o programa Jovem Aprendiz e a lógica de uma sociedade de controle, resultante da influência biopolítica neoliberal, e os possíveis impactos decorrentes que poderiam influenciar os objetivos e metas propostas para o programa”.

4.4 JOVEM APRENDIZ NA ASBEM E SOCIEDADE DE CONTROLE: MAPEANDO RELAÇÕES

Devido à morte prematura de Michel Foucault em 1984, o autor não pôde continuar suas investigações sobre o biopoder e a biopolítica, entretanto, outros autores deram continuidade ao seu trabalho. Gilles Deleuze, também francês e contemporâneo de Foucault, elaborou uma das formulações mais instigantes à respeito do tema, ao associar a noção de biopoder com a de controle, intimamente ligada com a ascensão das tecnologias contemporâneas. (CHEVITARESE, 2014).

Para Deleuze (2006), as instituições tradicionais da Modernidade e seus instrumentos de confinamento, de caráter disciplinar e hierárquico, enfrentam uma crise generalizada, dando lugar a novas formas de controle que operariam ao ar livre: “Estamos entrando nas sociedades de controle, que funcionam não mais por

confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea.” (DELEUZE, 1992, p. 216).

Nas sociedades de controle, conforme Chevitarese (2014) elucidam, as fronteiras e espaços físicos das instituições, outrora nítidos, tornam-se tênues, voláteis e flexíveis; estes já não caracterizam qualquer limite. Questionado em relação ao processo de absorção dos jovens pela Asbem, o entrevistado EG1 explica: *“O jovem chega por diversas vias, a via da assistência social, a via dos encaminhamentos pela rede sócio assistencial, a via escolar, e vindo aqui no balcão para fazer a ficha.”* (Entrevistado EG1).

As origens são diversas, no entanto, embora tenham denominações diferentes, todas as vias que o entrevistado comenta têm como objetivo encaminhar jovens em situação de vulnerabilidade social para a entidade. Situação estratégica que sugere a ausência de um espaço físico ou território definido para que tal processo ocorra. Assim, as técnicas de controle estariam, portanto, situadas no ambiente do constante fluxo de informações, e o esquema de rede poderia ser utilizado para ilustrá-lo. (PASSETTI, 2004).

Quanto às empresas, o entrevistado EG1 é enfático: *“Se não fossem pelas cotas, as empresas não contratariam esses jovens, os jovens têm oportunidade somente porque existe uma lei para isso”*. (Entrevistado EG1). Ou seja, o próprio sistema de cotas, que segundo o entrevistado varia, em número de aprendizes, de acordo com o porte da empresa, pode representar um mecanismo de controle. No caso das empresas, estas são obrigadas por lei a contratar trabalhadores sem seguir a lógica de mercado, portanto, a imperatividade da inclusão social, conforme discutida no item anterior, é bastante explícita quando se tratam dos empresários.

É possível refletir a respeito do sistema de cotas no Jovem Aprendiz através de uma lógica de “abolição da punição”, tal qual apresentada por Passetti (1999), como uma das facetas da sociedade de controle. Abolir a punição passa a adquirir status de uma bela utopia, como se fosse algo nobre que anuncia o futuro; entretanto, para Passetti (1999), trata-se na realidade de uma naturalização do *castigo*, reflexo de uma sociedade incapaz de lidar com forças adversas, de modo que expulsá-las, ou corrigi-las, torna-se o meio de purificar-se do mal. Conforme Foucault argumenta em “Vigiar e Punir” (2013), as prisões, fábricas, escolas e demais instituições modernas teriam como objetivo disciplinar e formatar indivíduos, e a partir desta perspectiva, relacionar cotas educacionais com punição penal não é

nenhum absurdo. Portanto, a instituição de cotas para jovens em vulnerabilidade social pode ser associada a uma forma de normalização e correção de comportamentos imposta por lei, mas executada através de empresas privadas, desonerando o Estado da responsabilidade de realizar tal processo. O que parece diferenciar a sociedade disciplinar da sociedade de controle é que, enquanto as disciplinas eram explícitas, tinham começo e fim, as técnicas de controle apresentam-se como algo natural e ainda desejável. O entrevistado EG1 reforça tal hipótese ao comentar que *“o jovem que hoje tá na rua é o mesmo que vai lotar as prisões no futuro, a solução é mais educação e menos prisão”*. (Entrevistado EG1).

Entretanto, não se trata de posicionar o Estado como arquiteto ou idealizador de tais ideias e/ou mecanismos biopolíticos, a partir da perspectiva foucaultiana, o poder não é algo que possa ser objeto de posse. O Estado seria somente uma das fontes terminais de exercício do poder, que por sua vez emana de todos os espaços e cantos da sociedade. (FOUCAULT, 2012). De fato, na contemporaneidade, o poder parece ter ampliado ainda mais seu espectro de atuação, manifestando-se inclusive a partir do próprio seio familiar:

“Às vezes a família que impõe, a família que quer, parece que a gente quer ver eles cheios de coisas né... Ele tem que estar estudando, fazendo curso, se tem condições de manhã tem que estudar, de tarde fazer inglês, espanhol, se der e sobrar tempo vai fazer piano ou iam colocar outra coisa... Enchem o adolescente de tanta coisa, e será que ele quer isso?” (Entrevistado EG3).

Este depoimento, recebido com surpresa, devido ao fato do entrevistado EG3 trabalhar com jovens advindos de famílias de baixa renda, e que ainda assim exibem comportamentos e parecem expressar a mesma racionalidade de famílias de classe média/alta. No entanto, segundo Bauman (1999 apud CHEVITARESE, 2014), tal fenômeno poderia estar atrelado à ascensão dos meios de comunicação de massa, tais como a proliferação das televisões e a internet. As tecnologias contemporâneas teriam impulsionado a criação de um novo mecanismo biopolítico. Ao invés do Panóptico idealizado por Foucault nos anos 1980, Bauman (1999 apud CHEVITARESE, 2014) sugere o surgimento do Sinóptico, cuja estratégia consiste em seduzir e despertar o encantamento estético daqueles que estão “por fora” do mundo, das últimas tendências.

Os meios de comunicação em massa, televisão, redes sociais etc. operariam no sentido de ofertar um ideal de vida ideal, de uma vida livre, influenciando e ditando comportamentos e atitudes. (CHEVITARESE, 2014). Segundo tal ponto de vista, justifica-se, portanto, o desejo da família em adequar os jovens a tais ideais, tendo como crença que estão fazendo isso pelo bem de seus filhos.

De fato, a relação entre os mecanismos e dispositivos biopolíticos de controle com as tecnologias contemporâneas, evidencia-se a partir do discurso do entrevistado EJ1:

“Em relação a isso (redes sociais) eu não tenho nenhum problema se for em final de semana. Se for em dia de semana pode prejudicar de alguma maneira, se postar algo de noite, aí chega no outro dia cansado, estressado porque não dormiu, ou chega de ressaca...” (Entrevistado EJ1).

Segundo Costa (2004), a situação exposta pelo jovem remete ao que o autor denomina de *tracking generalizado*. Haveria uma espécie de vigilância generalizada e multilateral disseminada em todas as esferas da sociedade, pois todos podem, de certo modo, seguir os passos de todos: “As empresas controlam seus clientes; as ONG’s controlam os cidadãos; e os cidadãos controlam a si mesmos, já que precisam estar atentos ao que fazem”. (COSTA, 2004, p. 165).

Neste item, portanto, foram apresentadas algumas das relações entre o paradigma da sociedade de controle e o Jovem Aprendiz realizado na Asbem. Devido à natureza e complexidade deste paradigma, não se buscou uma análise exaustiva acerca de tais relações, mas uma síntese, de modo a identificar aspectos que podem exercer influência na gestão e nas estratégias adotadas pela ONG. Os principais pontos, ou relações encontradas, entre o Jovem Aprendiz executado pela Asbem e o paradigma da Sociedade de Controle, assim como sua influência na gestão e metas do programa são:

- espaços físicos das instituições já não caracterizam limites;
- técnicas de controle apresentam-se como algo natural e desejável;
- o exercício do poder amplia seu espectro de atuação;
- novos mecanismos biopolíticos surgem juntamente com o advento das tecnologias de massa;

- vigilância generalizada e multilateral, todos vigiam e são vigiados.

A partir dos aspectos e relações identificadas, sintetizados acima, o próximo item terá como objetivo investigar estratégias da Asbem em relação à gestão do Jovem Aprendiz, as quais podem ter sido influenciadas, ou mesmo serem resultantes, de uma lógica de sociedade de controle.

4.4.1 Sociedade de controle e Jovem Aprendiz – impactos na gestão e estratégia da Asbem

De modo a iniciar este item, acredita-se ser importante entender como são viabilizados os recursos estatais para o próprio funcionamento da Asbem, que de acordo com o entrevistado EG1 são oriundos da Secretaria de Assistência Social do município. Ao que concerne o Jovem Aprendiz, os fundos são repassados através de “projetos”, sendo cada jovem do programa um projeto. Entretanto, o entrevistado EG1 enfatiza que “hoje nós temos recursos para apenas 25 projetos... e o resto dos 120 que eu atendo?”

Ou seja, nota-se que, apesar de ser uma instituição sem fins lucrativos, a entidade precisa muito de recursos para se manter, sendo esta a dificuldade mais relevante apresentada pelos entrevistados EG1, EG2 e EG4. Constatação que dialoga com o pensamento de Foucault (2007) acerca do neoliberalismo, no qual a economia de mercado seria a própria crítica interna da racionalidade de governo; e de acordo com o relato dos entrevistados, parece ser da ONG também.

Manter os jovens no programa, certificados e sem ter o contrato rescindido, é definitivamente uma das maiores prioridades da Asbem:

“Por exemplo, eu tenho uma turma agora de 35 jovens e só um desistiu, isso é sucesso. Já tivemos turmas de 30 e 12 desistiram, desistiram ou a empresa rescindiu o contrato. O principal é formar uma turma com baixa evasão.” (Entrevistado EG2).

No entanto, a partir da crise dos dispositivos de poder disciplinares (DELEUZE, 2006), não haveria espaço para a ONG, por exemplo, adotar estratégias sob a lógica do confinamento em instituições de sequestro, visando a manutenção dos jovens no programa. Como indica Passeti (1999), atualmente vivemos num

“mundo de direitos”, que não mais disciplina e maximiza forças produtivas, mas que consagra a vida dos indivíduos, enquanto agentes participantes do próprio controle.

Este tipo de abordagem estratégica parece encontrar ressonância a partir do discurso do entrevistado EG4:

“A gente chama a família, para conversar com este jovem e a família, até porque quando eles iniciam aqui e a gente tem várias assembleias com eles no início inclusive com os pais junto, para dar garantia que eles permaneçam no curso. Porque a partir do momento em que eles são inseridos no curso e depois passa uma semana ou duas, ou um mês, e eles saem do curso, eles estão tirando a vaga de alguém, não tem como a gente colocar outro jovem quando o curso está em andamento.” (Entrevistado EG4).

É interessante notar a partir deste trecho que, em momento algum, nem mesmo cogita-se adotar alguma medida para o jovem permanecer no programa através da privação de sua liberdade. Mesmo sendo danoso para a instituição, para o município, e, portanto, para a sociedade como um todo, a desistência de algum jovem é completamente aceitável e legítima em qualquer estágio do curso. Apesar de soar paradoxal, nas sociedades de controle o ideal de liberdade é necessário para seu funcionamento. Tal paradoxo, segundo Chevitarese (2014), explica-se a partir da concepção de que, enquanto no paradigma disciplinar o homem nascia livre e então sofria ações visando seu adestramento, nas sociedades de controle o homem é tido desde sempre como agrilhoado, e que portanto pode, se quiser, se tornar livre e incluso socialmente. Constatação que sugere a existência de uma “pseudoliberalidade”, no sentido de que se é livre em tese, mas que tal condição implica em respeitar as regras do sistema, da economia de mercado.

Ao afirmar que “o homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado”, Deleuze (1992, p. 224) reforça o argumento dos autores supracitados, no sentido de dizer que hoje em dia já nascemos em dívida, presos, e se quisermos sair dessa situação temos que querer e nos esforçar para fazer parte da sociedade. As estratégias de atuação da ONG parecem corroborar tais premissas, ao invés de uma equipe disciplinadora de capatazes, a entidade possui (por lei) em seu staff educadores, psicólogos e assistentes sociais. Equipe que busca através de suas ações “ajudar” os jovens a encontrar o caminho “correto”, a saírem da situação em

que se encontram; sempre de modo sutil, sem violar direitos ou intervir em suas “liberdades”. Conforme relato do entrevistado EG3:

“Eu intervenho em situações específicas, quando o adolescente não está vindo aqui na escola, ou não comparecendo na empresa. Aí eles passam pelo Serviço Social, a gente vai ver o porquê, o que está acontecendo com essa família, entender o que está acontecendo com esse adolescente. Sempre trabalhando juntamente a família, o adolescente e a comunidade.” (Entrevistado EG3).

Além das estratégias de atuação que buscam despertar a vontade dos jovens de realizar ou continuar no programa, são realizadas pesquisas que visam o acompanhamento daqueles que já se graduaram:

“A gente fez agora no final de 2017, uma pesquisa de dados com aqueles que concluíram o curso, através de uma amostragem de todas as turmas, aí a gente sabe que todos eles estão bem, estão empregados, alguns na própria empresa onde realizaram o próprio curso, outros já conseguiram se colocar no mercado de trabalho. Procura-se ao menos de 2 em 2 anos realizar este tipo de pesquisa, até para justificar os investimentos realizados no programa.” (Entrevistado EG4).

Diante do exposto, fica clara a necessidade da entidade de comprovar os fundos estatais investidos no programa, porém chama a atenção a preocupação da entidade em saber como estão os jovens após a realização do Jovem Aprendiz. Não se tem informações a respeito de este ser um requisito para justificar os investimentos do município ou de empresas privadas, podendo ser simplesmente por uma questão dos vínculos afetivos que se criam a partir do programa. No entanto, nota-se uma relação deste tipo de atitude advinda da ONG com o paradigma de sociedade de controle a partir de Deleuze. Segundo o autor (1990 apud COSTA, 2004, p. 161), “os indivíduos nunca conseguiriam terminar coisa nenhuma, pois estariam sempre enredados numa espécie de formação permanente, de dívida impagável, prisioneiros em campo aberto”. Situação a qual Costa (2004) atribui ao que seria uma espécie de modulação constante e universal que atravessaria e regularia as malhas do tecido social. A partir desta característica das sociedades de controle citada por Deleuze (2006), ainda é possível identificar outro trecho da entrevista com o entrevistado EG4 que parece relacionar estratégias de atuação da ONG com técnicas de controle constantes e sem fim:

“Outra coisa que acontece também, a gente tem muitos parceiros que tem empresas, que me procuram pedindo por um jovem aprendiz, mas que entrasse como estagiário, aí vemos aqueles que participaram do programa e foram bem e indicamos. Dizemos que foi um bom jovem aprendiz e a gente acaba incluindo. Tenho uma amiga que tem uma agência de empregos, então a gente vê o crescimento deles, a gente separa e dá o contato... Têm vários deles que estão dentro de escritórios de advocacia, dentro de uma clínica de saúde, enfim. A gente sempre tem alguém para indicar.” (Entrevistado EG4).

Ou seja, os mecanismos de controle biopolíticos exercidos a partir das estratégias da ONG, de acordo com o entrevistado não parecem ter um fim, e a entidade por si só também atravessa a organização social formal, ao indicar jovens que participaram e que tiveram bom desempenho para empresas do setor privado, não necessariamente ligadas à entidade. Enquanto aqueles que atingem um bom desempenho são valorizados e incentivados, mesmo após o término do programa, os que desistem por não se adequarem ao Jovem Aprendiz são culpados individualmente. O entrevistado EG1 afirma que *“só desiste quem quer”*, o entrevistado EG3, em sentido complementar, cita que *“muitos vêm decididos a não participar das atividades”*, e que, portanto, não estariam prontos para isto. O entrevistado EG4, por sua vez, relata que *“eles (jovens) mesmos arrumam meios para cair fora.”*

A partir da premissa de que a liberdade é obrigatória nas sociedades de controle, o que foi corroborado a partir das entrevistas realizadas, pode-se inferir, portanto, que os sujeitos estariam livres para incluírem-se e realizarem seu auto aperfeiçoamento. No entanto, aqueles que resistem são responsabilizados e culpados individualmente por não “quererem” sua inclusão, constatação que reforça a hipótese de que esta não seria uma condição natural nas sociedades de controle, mas algo que deve ser buscado. (CHEVITARESE, 2014).

Diante disto, há de se questionar porque seria necessária uma autoridade superior, ou uma estrutura hierárquica e disciplinadora presente na gestão e nas estratégias do Jovem Aprendiz na Asbem? Parece que, os jovens do programa, assim como todos os outros indivíduos das sociedades neoliberais, acabam tornando-se seus próprios gestores. O entrevistado EG3 reforça tal hipótese ao comentar que *“os próprios jovens acabam cobrando os colegas, dizendo o que tá certo ou errado”*. (Entrevistado EG3). E se tanto a culpa pelo fracasso quanto o

mérito pelo sucesso social são resultantes de escolhas individuais, pautadas por uma suposta ideia de liberdade e autonomia em que a economia de mercado dita as regras do jogo, parece que, conforme alertara Foucault (2012), só o trabalho parece dar sentido à vida do homem na atualidade.

Foucault (2007) propõe a inversão da figura do sujeito que, através do contrato social, firma uma relação com o Estado de modo a tornar-se um sujeito de direitos, um cidadão. A partir da expansão do neoliberalismo, emerge o sujeito que adere voluntariamente às demandas da economia de mercado, e dessa forma torna-se um empreendedor de si mesmo. Este aspecto da biopolítica foucaultiana parece fazer ainda mais sentido hoje do que fizera nos anos 1980, quando o autor elaborou tais teorias. Entende-se que a sociedade de controle, e os mecanismos de poder que a constituem, amplificaram ainda mais a noção do empreendedor de si mesmo, e tal hipótese deriva do fato do desenvolvimento tecnológico, que permite formas de vigilância cada vez mais sofisticadas, e também da noção de liberdade que se torna cada vez mais proclamada. No entanto, quem é mais livre, o operário padrão *baby boomer*¹⁷ ou o profissional liberal que hoje trabalha de seu home office?

O que parece evidente é que a ideia de auto aperfeiçoamento e educação constante, de fato faz parte das práticas adotadas dentro da gestão do Jovem Aprendiz na Asbem. Além dos trechos citados neste item, o entrevistado EG4 sintetiza tal viés estratégico ao afirmar *que “é muito mais a evolução pessoal deles, como ser e como pessoa, do que a prática no mercado de trabalho, aqui eles têm um norte... Até para continuar e fazer outro curso, procurar outros caminhos”*. (Entrevistado EG4). O entrevistado EG1, por sua vez, enaltece que quer ver os jovens após o programa sendo capazes de competir com qualquer outro jovem no mercado de trabalho. Ou seja, os entrevistados não parecem ver o programa como um fim em si mesmo, em que este prepararia os jovens para determinadas funções e ensinaria determinadas habilidades e competências.

Relatos e estratégias que condizem com o que Deleuze (2006) discorre sobre as sociedades de controle, onde a ideia de formação permanente substituiria a escola, e o controle contínuo tomaria o lugar do exame. Ou seja, enquanto nas

¹⁷ Os *baby boomers* no Brasil viveram a Ditadura Militar e as promessas do milagre econômico, cresceram com oportunidades de trabalho ligadas à estabilidade dentro de grandes indústrias, em um período de otimismo financeiro e ascensão social. Mas também passaram por mudanças políticas e graves crises econômicas que reforçaram, na maturidade, o status conservador de seus investimentos e comportamento no geral.

sociedades disciplinares não se parava de recomeçar (da escola à fábrica, da fábrica à caserna), nas sociedades de controle nunca se termina ou começa nada.

Passamos de um animal a outro, da toupeira à serpente, no regime em que vivemos, mas também na nossa maneira de viver e nas nossas relações com outrem. O homem da disciplina era um produtor descontínuo de energia, mas o homem do controle é antes ondulatório, funcionando em órbita, num feixe contínuo. Por toda parte o surf já substituiu os antigos esportes. (DELEUZE, 2006, p. 2).

No entanto, esta lógica de funcionamento teria como objetivo, dinamizar a centralidade do poder, educando em função da adaptação. Seduzir, persuadir e incentivar a adoção de novas atitudes e comportamentos seriam os novos meios de pacificar tensões e evitar possíveis abalos nas normas e estruturas sociais, agindo preventivamente ao conter comportamentos desviantes. (PASSETTI, 1999). Ou seja, tanto a sociedade disciplinar quanto a de controle, compartilhariam dos mesmos objetivos: normalizar indivíduos de modo a manter a coesão social, ao mesmo tempo em que se extraem todas as suas forças produtivas. No entanto, nem sempre os indivíduos submetem-se aos mecanismos de poder biopolíticos. Ao adotarem comportamentos de *resistência*, afirmam a variância nos processos de produção social de existência. (HECKERT, 2004 apud MARQUES, 2006).

Dentro do Jovem Aprendiz na Asbem, ações de resistência apresentam-se como comuns, a desistência de jovens durante o decorrer do programa de fato representa um sério problema para o funcionamento da ONG, conforme já discutido neste item. O entrevistado EG2 afirma que: *“Por exemplo, eu tenho uma turma agora de 35 jovens e só um desistiu, isso é sucesso. Já tivemos turmas de 30 e 12 desistiram. Desistiram ou a empresa rescindiu o contrato.”* (Entrevistado EG2). O entrevistado EG1 comenta que *“em geral há uma taxa de cerca de 20% de desistência.”* (Entrevistado EG1). Dentre os 4 gestores entrevistados, 3 parecem ter uma visão no sentido de culpar o jovem que desiste, por ser imaturo ou não estar preparado etc., entretanto, o entrevistado EG3 propõe uma reflexão interessante:

“Trabalho com o cuidado no sentido de verificar se os direitos dos adolescentes estão sendo observados, e no cuidado com a saúde deles, qual a qualidade de vida deles? Até que ponto eles precisam estar aqui? Às vezes a família não tem renda, em muitos casos aqui, eles que sustentam a família. Ah ok, o momento é esse, mas que sobrecarga está sobre esse adolescente? Aí a sociedade fala: ‘Ah, ele saiu do programa,

ah ele usou substâncias psicoativas...’ E pra dar conta disso? E quem de nós não usa? Um café é, um dorflex é.” (Entrevistado EG3).

A partir desta perspectiva, destaca-se o “olhar humano” do entrevistado EG3 para com os participantes do programa, ao invés de sujeitos vulneráveis que devem adequar-se a determinadas normas e formas de existência, emerge uma visão mais crítica e complexa a respeito da vida dos jovens. No entanto, apesar de compreender, e de certa forma participar, das estratégias biopolíticas de cunho normativo empreendidas pela entidade, o entrevistado EG3 parece não vislumbrar uma alternativa prática à situação:

“De certa forma acabamos sendo, formatados, e eu também faço parte desse sistema capitalista, né... Mas que se tenha uma crítica, tipo, eu sei que estou sendo subjugado, eu sei que eu contribuo e reproduzo essa mais-valia, mas vou fazer como? Também tenho que comer, mas eu tenho essa consciência.” (Entrevistado EG3).

Ou seja, mesmo consciente dos efeitos e estratégias de subjugação biopolíticas presentes na gestão do Jovem Aprendiz, o entrevistado EG3, assim como todos os entrevistados (jovens e gestores) parece crer na naturalidade e inevitabilidade dos arranjos sociais hegemônicos perpetuados pelos dispositivos de poder. De fato, entende-se que resistir à biopolítica neoliberal é uma tarefa extremamente delicada, viver às margens da sociedade (se possível), pode demandar esforços homéricos. Devido a tal situação paradoxal e da ausência de alternativas mais viáveis, justifica-se, portanto, a opção de permitir-se ser subjugado e normatizado, ainda que conscientemente e de cabeça erguida.

No entanto, autores como o italiano Giorgio Agamben arriscam-se a problematizar e buscar soluções para tal paradoxo. Ao adentrar o âmago da questão do que representaria a biopolítica, que seria um poder sobre a vida, o autor (2004 apud ASSMANN *et. al.*, 2007) questiona a origem do conceito de vida que se tornou central no ocidente. No entanto, Agamben afirma que o conceito de vida não fora definido, mas se depara com um processo de decomposição de uma função que pertence aos seres vivos, à função nutritiva, e ainda sugere que “perguntar-se por que um certo ser se denomina vivo significa buscar o fundamento mediante o qual viver pertence a este ser”. (AGAMBEN, 2004 apud ASSMANN *et. al.*, 2007,

p.14). Ou seja, para o autor, a vida foi situada e localizada no ocidente antes que definida.

Agamben aposta na própria vida como um espaço de resistência à biopolítica, que teria sido calcada no procedimento aristotélico de caracterizar o vivente: o vivente seria aquele a quem pertence o viver (princípio de subjetivação). Portanto, a resistência não seria possível por meio de novos processos de subjetivação, que reforçariam o princípio aristotélico, mas somente a partir de uma radical e paradoxal dessubjetivação. (ASSMANN *et. al.*, 2007).

Diversos outros autores dedicaram-se e dedicam-se ao tema da biopolítica e às ações de resistência, nesta análise foi apresentada somente superficialmente a visão de Agamben, no intuito de demonstrar que existem teorias e pensadores que buscam novas alternativas e possibilidades de existência. No entanto, estender a análise do tema não se encontra no escopo do objetivo específico que serviu como norteador do presente item.

Diante do exposto e com o intuito de investigar possíveis impactos, em relação às diretrizes estratégicas do Jovem Aprendiz, tal qual gerido pela entidade Asbem, da associação do programa com uma lógica de sociedade de controle, foram encontrados alguns aspectos que poderiam ser identificados como resultados de tal, conforme a lista abaixo:

- a ONG necessita obedecer a leis da economia de mercado, estando sujeita aos seus mecanismos, o que influencia em sua gestão;
- a gestão do programa não se utiliza de procedimentos disciplinares e coercitivos, primando pela liberdade dos jovens;
- a premissa da liberdade de escolha por parte dos participantes, dá espaço a técnicas típicas de uma sociedade de controle;
- realização de acompanhamento dos jovens após o programa, através da realização de pesquisas e contatos profissionais;
- desistentes são vistos como culpados, por não quererem, por não estarem preparados;
- gestores do programa reforçam a ideia de que os jovens devem tornar-se empreendedores de si mesmos, através de auto aperfeiçoamento e educação constante;

- existem comportamentos que representam resistências aos mecanismos de controle por parte dos jovens, no entanto, tais ações são pouco problematizadas pela entidade.

Diante do exposto, é possível concluir que a gestão do Jovem Aprendiz na Asbem, de algum modo é influenciada e impactada pelo paradigma da sociedade de controle. Tal constatação, deve-se ao fato de que a partir deste item, foi possível identificar técnicas e estratégias utilizadas na gestão do programa que podem ser remetidas ao modo de funcionamento do poder neste modelo de sociedade.

No entanto, nota-se que tal posicionamento estratégico da entidade não é algo geralmente consciente ou explícito, e que o próprio funcionamento da ONG também está atrelado a mecanismos de controle; situação que pode ser relacionada à analítica do poder em Foucault (1979), em que o poder enquanto objeto não pode ser objeto de posse, pois ele está em todos os lugares.

Foi possível constatar também que existem ações de resistência ao poder biopolítico, no entanto, resistir apresenta-se como uma situação paradoxal, no sentido de que se não houvesse resistência, não haveria efeitos de poder, mas simplesmente relações de obediência, conforme aponta Revel (2005 apud ASSMANN, 2007). Portanto, o desafio que emerge diante deste paradoxo, diria respeito ao problema da resistência: *como, de que forma, e por quê resistir?* Questionar e refletir acerca deste assunto parece ser inevitável, no momento de avaliar a racionalidade e a gestão de políticas públicas de inclusão social a partir do paradigma biopolítico foucaultiano.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da fundamentação teórica, dos autores pesquisados, constatou-se que as mudanças históricas que ocorreram em relação à ideia de Estado, e conseqüentemente do modo de administrar a máquina pública, desenvolveram-se de tal modo que hoje as sociedades democráticas neoliberais são hegemônicas, ao mesmo tempo em que a abordagem gerencialista é considerada o melhor modelo teórico de gestão pública.

Michel Foucault, ao estudar o neoliberalismo, desenvolveu interessantes reflexões a respeito da Razão de Estado que rege este arranjo socioeconômico. O autor propôs que em tais sociedades, a economia seria a própria racionalidade interna de funcionamento do governo, que promoveria intervenções de modo a fortalecer o mercado. Uma das formas de realizar tal estratégia seria através de ações biopolíticas, ou seja, mecanismos de governo que agiriam no sentido de docilizar e formatar indivíduos úteis, regulando e promovendo formas de existência alinhadas com os ideais neoliberais. (FOUCAULT, 2007; 2012)

As conseqüências deste modo de governar afetam diretamente a vida das populações, em sentido biológico e subjetivo, no momento em que há uma padronização e classificação acerca do que é normal ou não, incentivando ou excluindo modos de viver de acordo com uma racionalidade econômica. (FOUCAULT, 2007). De forma a investigar as teses foucaultianas na prática, esta pesquisa teve como objetivo geral identificar características do Jovem Aprendiz que podem ser analisadas através do paradigma biopolítico foucaultiano, de modo a buscar compreender como aspectos biopolíticos aparecem e interferem na gestão e resultados do programa na instituição Asbem.

De modo a buscar respostas em relação ao objetivo maior, a pesquisa foi delimitada a partir de três conceitos-chave, que na visão do pesquisador poderiam ser analisados em conjunto e isoladamente, abarcando temas que seriam centrais diante do contexto e da bibliografia pesquisada. Portanto, foram traçados objetivos específicos para cada um destes conceitos, que demandam reflexões em relação a cada um deles, almejando buscar respostas e criar hipóteses acerca da problemática geral da pesquisa.

Diante disso, o primeiro objetivo específico, visou analisar aspectos biopolíticos a partir da racionalidade estratégica do Jovem Aprendiz e identificar

aqueles que poderiam situar o homem como *Homo Oeconomicus*, e as possíveis consequências de tal associação na gestão e resultados do programa. Após a análise, concluiu-se que existiriam características e aspectos da gestão do Jovem Aprendiz na Asbem que podem ser relacionados com o conceito foucaultiano do *homem econômico*. Tais como a estratégia de fortalecer o mercado de trabalho e a economia como um todo ao auxiliar na formação de trabalhadores capacitados, assim como a valoração positiva da moral neoliberal perante os jovens, no intuito de formar sujeitos mais disponíveis para o trabalho.

No entanto, foi observado também que tais abordagens mais técnicas e utilitaristas, embora presentes, não esgotavam o campo de atuação das estratégias utilizadas para o atingimento das metas do programa. A formação de sujeitos trabalhadores e identificados com o ideal neoliberal parece necessitar de “algo a mais”, pois de acordo com os gestores entrevistados, a motivação econômica e financeira seria útil para atrair e manter os jovens somente nos meses iniciais do programa. Portanto, ao passar do tempo, as práticas de gestão da entidade agiriam no sentido de ao invés de buscar o *trabalhador ideal*, buscar o *sujeito ideal*. Constatação que serviu como ligação entre o primeiro objetivo específico, e o segundo, que remete ao conceito-chave de *Bios Politikos*, ou vida qualificada politicamente útil.

O segundo objetivo específico, portanto, tratou de investigar características biopolíticas do Jovem Aprendiz que incentivam e protegem determinada forma de vida qualificada (*bios politikos*), de modo a influenciar as estratégias adotadas. Diante disso, inicialmente foram constatados na gestão do programa na Asbem aspectos que sugerem um viés estratégico no sentido de influenciar e intervir na vida dos jovens como um todo. Através de estratégias gerenciais e pedagógicas que visariam o primado da vida natural sobre a ação política, onde haveriam modos de existências tidos como ideais *a priori*, e o programa agiria através de um *fazer ser*, atuando de maneira corretiva, influenciando atitudes e comportamentos. Ou seja, agindo não apenas sob o jovem enquanto trabalhador, mas em todas as esferas de sua existência, o que se caracteriza como uma prática biopolítica, ao incluir a totalidade da vida pela biopolítica, ou a inclusão da *zoe* na *polis*.

No segundo momento, foram identificados na gestão do programa aspectos que diriam respeito ao que seria uma forma de imperatividade desta inclusão, ao notar-se a atitude da maioria dos entrevistados em tratar a inclusão como algo

natural, bom por si só e inevitável, não havendo críticas ou reflexões a respeito. O que ensejou a criação de um segundo item a respeito deste tema (4.3.2), ampliando as conclusões iniciais, mas ainda visando responder o segundo objetivo específico. A partir deste item, concluiu-se que o sistema educacional seria um fator estratégico da biopolítica neoliberal, ao produzir sujeitos alinhados moralmente às demandas do mercado, e ainda que a imperatividade da inclusão social também afeta a Asbem, que necessita adequar suas próprias estratégias de modo a demonstrar resultados econômicos, provando seu valor diante do mercado.

Diante destas constatações, foi possível identificar que a análise poderia talvez ir além dos muros da ONG, no sentido de que as próprias sociedades democráticas neoliberais possuiriam traços autoritários, e que estes seriam inerentes ao seu funcionamento. Tendo isso em vista, entendeu-se necessário investigar mais a respeito da lógica de funcionamento do neoliberalismo, e como este arranjo socioeconômico influenciaria a gestão do Jovem Aprendiz na Asbem. Para este empreendimento, o conceito de *Sociedade de Controle*, tal qual elaborado por Deleuze a partir do paradigma biopolítico de Foucault, apresentou-se como essencial para tal entendimento. Pois este modelo de sociedade apresenta uma evolução dos mecanismos e do funcionamento do poder, em relação ao modelo de sociedade disciplinar, que atingira seu auge no início do século XX. Os mecanismos de controle identificam-se com a contemporaneidade ao sugerirem que o poder não teria mais um rosto ou uma única fonte, e que estes emanam de todos os lugares, num sistema de vigilância em que todos vigiam e são vigiados ao mesmo tempo, e ainda que os avanços tecnológicos intensificam e fortalecem tal lógica de funcionamento.

Portanto, o terceiro objetivo específico teve como proposta mapear possíveis relações entre o programa Jovem Aprendiz e a lógica de uma sociedade de controle, resultante da influência biopolítica neoliberal, e os possíveis impactos decorrentes que poderiam influenciar os objetivos e metas propostos pelo programa. Inicialmente, foram mapeadas relações iniciais entre o paradigma da sociedade de controle e a gestão e estratégias do Jovem Aprendiz na Asbem, de modo a sintetizar os principais aspectos de tal associação, que poderiam influenciar a gestão e as estratégias adotadas na entidade. Posteriormente, buscou-se identificar técnicas e abordagens práticas dentro da Asbem que poderiam ser remetidas a uma lógica de sociedade e mecanismos de controle. Diante disto, constatou-se o funcionamento de

mecanismos e estratégias de controle na gestão do programa, no entanto, estes aspectos não se apresentaram como um posicionamento consciente e/ou explícito segundo a maioria dos gestores. Sendo possível então concluir que os mecanismos de controle na gestão do programa na *ONG*, tais como as intervenções na família e comunidade dos jovens ou o acompanhamento dos participantes após o programa, seriam resultados da própria sujeição da entidade a mecanismos de controle externos. Ou seja, a *Asbem* também estaria sujeita a mecanismos de controle, exercidos pelo próprio contexto em que a entidade está inserida, constituído principalmente por empresas privadas, Estado e sociedade civil.

Diante do exposto, visando responder ao problema de pesquisa e ao objetivo geral proposto, pode-se ao término deste estudo, concluir que existem características biopolíticas presentes na gestão do Jovem Aprendiz dentro da *Asbem*, e ainda identificar como tais aspectos interferem e influenciam as estratégias adotadas e os resultados obtidos. Também pode-se concluir que, através da análise das entrevistas e da bibliografia estudada, existe uma estreita relação entre o paradigma biopolítico foucaultiano e o modelo de sociedade democrática e neoliberal.

Portanto, entende-se que de modo a enfrentar e resistir aos poderes biopolíticos apresentados neste trabalho, sugerem-se ações que visam a conscientização acerca dos mecanismos de exercício do poder e da normatização biopolítica. Para então ser possível explorar possibilidades mais plurais de existência, de gestão e/ou de educação, que extrapolem visões estritamente utilitárias e econômicas acerca do ser humano, superando dogmas sobre o que é uma *vida boa*, ou uma vida útil. De modo a realizar tal empreendimento, fomentar e incentivar um pensamento mais crítico acerca da realidade dos jovens poderia ser um objetivo inicial e tangível dentro do contexto de atuação da *Asbem* enquanto gestora do Jovem Aprendiz.

No entanto, entende-se a dimensão e as dificuldades ao buscar-se executar o que seriam ações de resistência. Atualmente, no que pode ser considerado a pós-modernidade, a falência de sistemas e ideologias redentoras apresenta-se como uma de suas principais características. Diante deste desafio, entende-se que novas pesquisas são necessárias, e para tanto, sugere-se 3 possíveis linhas de investigação que emergiram durante o presente trabalho, e que devido ao escopo deste, não foram exploradas em sua totalidade.

- Perpetuação da desigualdade e manutenção da pobreza como inerentes ao neoliberalismo, necessárias ao seu funcionamento.
- Possibilidades de resistência ao biopoder e a biopolítica.
- A relação entre a racionalidade estatal neoliberal e o desenvolvimento de novas tecnologias, em relação a fatores como novos mecanismos de vigilância e controle, ou ainda tecnologias que aumentam o potencial produtivo dos indivíduos.

É importante que estudos sobre neoliberalismo, biopolítica e gestão pública tenham seguimento, tendo em vista que a economia e a sociedade encontram-se numa fase em que se entende ser de transição, onde modelos e arranjos socioeconômicos tradicionais passam a conviver com alternativas que desafiam o *status quo*: Uber, bitcoins, bancos digitais etc. E, portanto, reflexões de cunho crítico são necessárias de modo a questionar e, explorar novas soluções, visando o ideal de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. **O Impacto do Modelo Gerencial na Administração Pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente**. Brasília: ENAP, 1997. Disponível em: <<http://www.enap.gov.br/documents/52930/707328/cad10.pdf/c8e241fc-5d44-4f4f-9755-0fe73eacd341>>. Acesso em: 13 out. 2017.

AGAMBEN, Giorgio. **O Reino e a Glória**: uma genealogia teológica da economia e do governo. São Paulo: Boitempo, 2011.

ALCADIPANI, Rafael. **Michel Foucault, Poder e Análise das Organizações**. 2002. 197 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação da FGV/EAESP, Área de concentração: Organização, Recursos Humanos e Planejamento, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2312/98394.pdf?sequence=2&isAllowed=y>>. Acesso em: 06 set. 2017.

_____. Resistir ao Produtivismo: uma ode à perturbação acadêmica. Rio De Janeiro: **Cadernos EBAPE.BR**, v.9, nº 4, 2011. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/5241>>. Acesso em: 06 set. 2017.

ALMEIDA, Ângela Mendes de. **A república de Weimar e a ascensão do nazismo**. Brasília: Brasiliense, 2008.

ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 09-23, 1995.

APRENDIZ LEGAL. **A Lei**. Disponível em: <<http://site.aprendizlegal.org.br/lei>>. Acesso em: 21 abril. 2018.

ARAGÃO, Cecília Vescovi de. Burocracia, eficiência e modelos de gestão pública: um ensaio. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 48, n. 3, 1997. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/391/397>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

ARÁN, Márcia; PEIXOTO JÚNIOR, Carlos Augusto. Vulnerabilidade e Vida Nua: bioética e biopolítica na atualidade. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 41, n. 5, p. 849-857, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89102007000500020&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 16 mar. 2018.

ARAÚJO, Joaquim Filipe; RODRIGUES, Miguel Ângelo Vileta. **A Nova Gestão Pública na Governança Local**. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança – Biblioteca Digital, 2005. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4545/1/INA2005.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2017.

ARRETCHE, Marta T. S. **Emergência e Desenvolvimento do Welfare State: Teorias Explicativas**. Rio de Janeiro: BIB, 1995.

ASBEM. **Conheça a Asbem.** Disponível em: <<http://www.asbem.org.br/site/conheca.php>>. Acesso em: 09 mai. 2018.

ASSMANN, Selvino José *et. al.* Do Poder Sobre a Vida e Do Poder Da Vida: Lugares do Corpo, Biopolítica. **Revista Temas & Matizes**, Cascavel, v. 6, n. 11, 2007. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/temasematizes/article/view/2500>>. Acesso em 02 abr. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 47, n. 1, 1996. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/702>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

_____. Uma nova gestão para um novo Estado: liberal, social e republicano. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 52, n. 1, jan. 2001. Disponível em: <<http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1827/1/298-1106-1-PB.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

_____. Reforma gerencial e legitimação do estado social. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, 2017. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/65932>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

BURREL, Gibson. **Normal science, paradigms, metaphors, discourses and genealogy of analysis**. Em: CLEGG, S., HARDY, C. e NORD, W. *Handbook of Organization Analysis*. Londres: Sage, 2006.

BURREL, Gibson; MORGAN, Gareth. **Sociological Paradigms and Organisational Analysis**. New York: Routledge, 2016.

CAMILO, Sílvio Parodi Oliveira; ROSA, Pablo Ornelas. A (pós) modernidade e suas implicações na governança das empresas a partir das perspectivas genealógicas de Nietzsche e Foucault. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 15, n. 174, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/25689/15515>>. Acesso em 15 fev. 2018.

CAPOBIANGO, Ronan Pereira *et. al.* Reformas Administrativas no Brasil: uma abordagem teórica e crítica. **Revista de Gestão**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 61-78, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rege/article/view/62000>>. Acesso em 27 nov. 2017.

CASTIONI, Remi. Planos, Projetos e Programas de Educação Profissional: Agora é a vez do Pronatec: **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria v. 26, n. 01, p. 25-42, jan./abr. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/5921/pdf>>. Acesso em 10 mai. 2018.

CHEVITARESE, Leandro. Da Sociedade Disciplinar à Sociedade de Controle: a questão da liberdade por uma alegoria de Franz Kafka, em O Processo, e de Phillip Dick, em Minority Report. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 8, n. 1.2. p. 129-162, 2014. Disponível em: < <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235443>>. Acesso em 12 mai. 2018.

CHIAVENATTO, Idalberto. **Introdução a Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Elsevier, 2004.

COLOSSI, Nelson. **A teoria administrativa e o mito da neutralidade científica**. 1978. 324 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 1978. Disponível em: <file:///C:/Users/caroline/Downloads/000339549.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2017.

COOPER, David E.; BURREL, Gibson. Modernism, Postmodernism and Organizational Analysis. **Organizational Studies**, Londres, v. 9, n. 1, 1988. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/017084068800900112?journalCode=ossa>>. Acesso em 11 ago. 2017.

COSTA, Alessandra de Sá Mello; VERGARA, Sylvia Constant. Estruturalista, Pós-Estruturalista ou Pós-Moderno? Apropriações do Pensamento de Michel Foucault por Pesquisadores da Área de Administração no Brasil. **Revista Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 6, n. 13, p. 69-89, jan./abr. 2012. Disponível em: < <https://www.gestaoesociedade.org/gestaoesociedade/article/view/1527>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

COSTA, Alexandre de Souza *et. al.* **O uso do método estudo de caso na Ciência da Informação no Brasil**. **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p. 49-69, jan./jun., 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/59101>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

COSTA, Flávia Zimmerle da Nóbrega; GUERRA, José Roberto Ferreira; LEÃO, André Luiz Maranhão de Souza. O Solo Epistemológico de Michel Foucault: Possibilidades de Pesquisa no Campo da Administração. **Revista de Ciências da Administração**, v. 15, n. 35, p. 168-179, abr. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/24569>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

COSTA, Frederico Lustosa da. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 5, set./out. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n5/a03v42n5.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2017.

COSTA, Héden Salomão Silva. **Michel Foucault articula os conceitos de Governo Econômico de População e Biopolítica Liberal e Neoliberal**. 2016. 146 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal do Pará (UFPA-PA), Belém, 2016. Disponível em: < http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/7262/1/Dissertacao_MichelFoucaultArticula.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2017.

COSTA, Lucas Teixeira. **Biopolítica e Políticas Públicas de Assistência Social: problematizando o exercício do operador institucional**. 2016. 133 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, 2016. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5919/1/LUCAS_TEIXEIRA_COSTA.pdf>. Acesso em 19 mar. 2018.

COSTA, Rogério da. **Sociedade de Controle**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 18, n. 1, 161-167, jan./mar. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000100019>. Acesso em: 20 abr. 2018.

DANNER, Fernando. O Sentido da Biopolítica em Michel Foucault. **Revista Estudos Filosóficos**, São João Del-Rei, n. 4, 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/estudosfilosoficos/article/view/2357/1630>>. Acesso em: 04 set. 2017.

DELEUZE, Gilles. **Controle e Devir**. 34. ed. Rio De Janeiro: Conversações, 1992.

_____. Post-scriptum sobre las sociedades de control. **Polis Revista Latinoamericana**, Santiago, v. 13, 2006. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/polis/5509>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

DUARTE, André. Sobre a Biopolítica: de Foucault ao Século XXI. **Revista Cinética**, São Paulo, v. 1, p. 1-16, 2008. Disponível em: <http://www.revistacinetica.com.br/cep/andre_duarte.pdf>. Acesso em: 2 out. 2017.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. After The Golden Age of The Welfare State in The New Global Order. **Lua Nova Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 35, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451995000100004>. Acesso em 14 out. 2017.

FARIA, José Henrique de. Teoria crítica em estudos organizacionais no Brasil: o estado da arte. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, set. 2009. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/5396>>. Acesso em: 19 set. 2017.

FISCHER, Tânia. Alice através do espelho ou Macunaíma em Campus Papagalli? Mapeando rotas de ensino dos Estudos Organizacionais no Brasil. **Organizações e Sociedade**, Salvador, v.10, n. 28, set./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302003000400004>. Acesso em 28 abr. 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Nascimento da Biopolítica**. Martins Fontes, 2007.

_____. **Ditos e Escritos: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. v. 2.

_____. **Ditos e Escritos: Estratégia, Poder-Saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. v. 4.

_____. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão.** Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

FOURNIER, Valérie; GREY, Chris. Na Hora da Crítica: Condições e Perspectivas Para Estudos Críticos de Gestão. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 46, n. 1, 2006. Disponível em: < <http://www.fgv.br/rae/artigos/revista-rae-vol-46-num-1-ano-2006-nid-44785/>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, mar./abr. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901995000200008>. Acesso em: 20 mar. 2018.

GOMES, João Carlos Lino Gomes. Nota Sobre o Conceito de Epistêmè em Michel Foucault. **Revista de Filosofia**, Minas Gerais, v.18, n. 53, 1991. Disponível em: <<http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/1642>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

HACHEM, Daniel Wunder; PIVETTA, Saulo Lindorfer. A Biopolítica em Giorgio Agamben e Michel Foucault: O Estado, A Sociedade de Segurança e a Vida Nua. **Revista de Direitos Fundamentais e Democracia**, Curitiba, v. 10, n. 10, p. 340-361, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://revistaeletronicardfd.unibrazil.com.br/index.php/rdfd/article/viewFile/15/14>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

HARARI, Yuval Noah. **Homo Deus: uma breve história do amanhã.** São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de uma República Eclesiástica e Civil.** São Paulo: Martins Fontes, 2014.

KUHN, Thomas Samuel. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Perspectiva, 2006.

LAVERGNE, Rémi Fernand. Programa Bolsa Família: uma nova modalidade de biopolítica. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 323-344, abr./jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000200006>. Acesso em: 24 mar. 2018.

LEAL, Bruno Santos Barro; CAMPOS, Marília Romero; VITORINO, Grace Troccoli. Corpo, vida nua e dominação biopolítica na sociedade do espetáculo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE. 18., 2016, Caruaru. **Anais eletrônicos...** Caruaru: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2016. Disponível em: < <http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2016/resumos/R52-1401-1.pdf>>. Acesso em: 04 mai. 2018.

LEAL, Guilherme de Freitas. **O Homo Oeconomicus em Michel Foucault: a análise do ser humano como naturalmente econômico na arte liberal de governar**. 2015. 194 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/5131/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Guilherme%20de%20Freitas%20Leal%20-%202015.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2017.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. As reformas administrativas no Brasil: modelos, sucessos e fracassos. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 49, n. 2, 1998. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/364>>. Acesso em 22 out. 2017.

LOCKMANN, Kamila. Assistência Social, Biopolítica e Governamentalidade Neoliberal. **Textura**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/923>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

LOPES, Maura Corcini; RECH, Tatiana Luiza. Inclusão, Biopolítica e Educação. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 210-219, 2013. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/12942>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUZ, Lucas Henrique da. **Estratégia Emergente na Lógica da Multidão: Uma abordagem a partir de iniciativas de multidão, do comum, e da Teoria Ator-Rede**. 2016. 306 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo: 2016. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/5889>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

MAGNO, Attila; BARBOSA, Silva. Poder Disciplinar, Biopolítica e Gestão do Trabalho na Albras S.A. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 12, n. 24, jul./dez., 2015. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/3647>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

MARQUES, Artur Antônio Moraes. O Conceito de Poder em Foucault: algumas implicações para a teoria das organizações. In: CONVIBRA – CONGRESSO VIRTUAL BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO. **Anais eletrônicos...** 3. 2006. Disponível em: <http://convibra.com.br/2006/artigos/74_pdf.pdf>. Acesso em: 21 set. 2017.

MARTINS, Humberto Falcão. Burocracia e a revolução gerencial – a persistência da dicotomia entre política e administração. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 48, n. 1, 1997. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/377>>. Acesso em: 19 out. 2017.

MEYER, Dagmar Estermann *et. al.* Políticas Públicas: Imperativos e Promessas de Inclusão Social. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 85, p. 1001-1026, out./dez., 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362014000400007&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 08 mar. 2018.

MOTTA, Paulo Roberto de Mendonça. **O Estado da Arte da Gestão Pública**. São Paulo: Pensata, 2013.

MOTTA, Fernando Cláudio Prestes. O Poder Disciplinar nas Organizações Formais. **Revista Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, out./dez. 1981. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901981000400003>. Acesso em: 20 fev. 2018.

MOTTA, Fernando Cláudio Prestes; ALCADIPANI, Rafael. O Pensamento de Michel Foucault na Teoria das Organizações. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 39, n. 2, p.117-128, 2004. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/16787/o-pensamento-de-michel-foucault-na-teoria-das-o--->>. Acesso em: 19 mar. 2018.

NEVES, Cláudia Abbês Baêta. **Sociedade de Controle, o neoliberalismo e os efeitos de subjetivação**. In: SILVA, André do et. al. (Org.). *Subjetividade: questões contemporâneas*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 84-91. Disponível em: <<https://app.uff.br/slab/uploads/texto79.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Genealogia da Moral: Uma Polêmica**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **Assim Falava Zaratustra: Um Livro Para Todos e Para Ninguém**. São Paulo: Lafonte, 2012.

NILO, Tiago. **Alguns apontamentos sobre a governamentalidade liberal e/ou neoliberal a partir de Michel Foucault**. 2014. Disponível em: <<https://scinapse.io/papers/1546791640>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

PASSETTI, Edson. Sociedade de Controle e Abolição da Punição. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 3, jul./set. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000300008>. Acesso em: 14 abr. 2018.

_____. Segurança, Confiança e Tolerância: comandos na sociedade de controle. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 1, jan./mar. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000100018>. Acesso em: 10 mai. 2018.

PAULA, Ana Paula Paes de. **A nova administração pública: construção, consolidação e crítica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

PAULA, Ana Paula Paes de et al. A tradição e a autonomia dos estudos organizacionais críticos no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, São

Paulo, v. 50, p. 10-23, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v50n1/a02v50n1.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2017.

PEREIRA, William Eufrásio Nunes. Do Estado Liberal ao Neoliberal. **Interface**, Natal, v. 1, n. 1, 2004. Disponível em: <<https://ojs.ccsa.ufrn.br/index.php?journal=interface&page=article&op=view&path%5B%5D=10>>. Acesso em: 20 out. 2018.

PRADO, Eleutério. **Uma apresentação dialética da genealogia do neoliberalismo de Foucault..** 2016. Disponível em: <<http://www.researchgate.net/publication/268361728f>>. Acesso em: 11 out. 2017.

ROCHA, Davi de Castro et. al. **Teoria Crítica e Pós-Modernismo: Principais Paradigmas e Produção Científica no Brasil.** In: ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE. 3. 2011. João Pessoa. **Anais eletrônicos...** João Pessoa, 2008. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnEPQ452.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas.** Florianópolis: UFSC, 2009.

SACCOL, Amarolinda et. al. **Metodologia de Pesquisa em Administração:** uma abordagem prática. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2012.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <<https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

SARAIVA, Karla. A aliança biopolítica educação-trabalho. **Pro-Posições**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 139-156, mai./ago. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v25n2/08.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

SCISLESKI, Andrea; BERNARDES, Anita Guazzelli. Sobre Foucault e Agamben: Uma reflexão sobre subjetividade, ética e Políticas Públicas. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 2, n. 19, abr./jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2014000200005&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 22 mar. 2018.

SILVA, Maria Izabel Costa da; LOUZADA, Ana Paula Figueiredo. Pronatec Como Procedimento de In/Exclusão da Governamentalidade Neoliberal. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v.16, n.47, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/2077>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

SIQUEIRA, Vinícius. **Noam Chomsky e Michel Foucault:** sobre a natureza humana. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2ZlzoWBVqkE>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas:** uma revisão da literatura. Porto Alegre: Sociologias, 2006.

THIOLLENT, Michel. Estudos Organizacionais: Possível Quadro Referencial e Interfaces. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, Curitiba, v. 1, n.1, jan./jul. 2014. Disponível em: <<https://rbeo.emnuvens.com.br/rbeo/article/view/28>>. Acesso em: 18 out. 2017.

TÓTORA, Silvana. Democracia e Sociedade de Controle. **Verve**, São Paulo, n.10, p. 237-261, 2006. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/5441/3888>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Neoliberalismo, império e políticas de inclusão: problematizações iniciais**. Boa Vista: In: RECHICO, C. F.; FORTES, V. G. (Org.). A educação e a inclusão na contemporaneidade, 2008.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; CALDAS, Miguel P. Teoria crítica e pós-modernismo: principais alternativas à hegemonia funcionalista. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 46, n. 1, jan./mar. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902006000100006>. Acesso em: 06 abr. 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS – GESTORES

A seguir é apresentado o roteiro de entrevistas, direcionado aos gestores, deste estudo, elaborado de modo a atingir os objetivos específicos da pesquisa, na forma de perguntas, e com base na fundamentação teórica.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	PERGUNTAS	AUTORES
Analisar aspectos biopolíticos a partir da racionalidade estratégica do Jovem Aprendiz e identificar aqueles que poderiam situar o homem como Homo Oeconomicus, e as possíveis consequências de tal associação na gestão e resultados do programa.	Quais as principais diferenças que você notou entre a educação escolar e a aprendizagem do Jovem Aprendiz? Como você descreveria a estratégia do Jovem Aprendiz?	FOUCAULT AGAMBEN BRESSER-PEREIRA ALCADIPANI MOTTA ABRUCIO PAULA MOTTA
Investigar características biopolíticas Jovem Aprendiz que incentivam e protegem determinada forma de vida qualificada (bios politikos), de modo a influenciar as estratégias adotadas.	Como você enxerga o jovem antes e depois desta experiência? Que benefícios e frustrações você encontrou no programa em relação à sua função? A partir de sua experiência, o Jovem Aprendiz entrega o que propõe?	ALCADIPANI BRESSER-PEREIRA FOUCAULT AGAMBEN SARAIVA VEIGA-NETO
Mapear possíveis relações entre o programa Jovem Aprendiz e a lógica de uma sociedade de controle, resultante da influência biopolítica neoliberal, e os possíveis impactos decorrentes que poderiam influenciar os objetivos e metas propostas pelo programa.	Que habilidades você identifica como adquiridas pelos jovens a partir do programa? O que você mudaria no modo em que o programa é realizado? Que benefícios são possíveis apontar a partir da inserção destes jovens no mercado de trabalho?	FOUCAULT AGAMBEN DELEUZE

Fonte: Elaborado pelo autor.

APÊNDICE B – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS – JOVENS

A seguir é apresentado o roteiro de entrevistas, direcionado aos jovens, deste estudo, elaborado de modo a atingir os objetivos específicos da pesquisa, na forma de perguntas, e com base na fundamentação teórica.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	PERGUNTAS	AUTORES
Analisar aspectos biopolíticos a partir da racionalidade estratégica do Jovem Aprendiz e identificar aqueles que poderiam situar o homem como Homo Oeconomicus, e as possíveis consequências de tal associação na gestão e resultados do programa.	Quais as principais diferenças que você notou entre a educação escolar e a aprendizagem do Jovem Aprendiz? A partir de sua vivência, como você definiria a estratégia do Jovem Aprendiz? Quais são suas metas e objetivos para o futuro, após sua formatura?	FOUCAULT AGAMBEN BRESSER-PEREIRA ALCADIPANI MOTTA ABRUCIO PAULA MOTTA
Investigar características biopolíticas Jovem Aprendiz que incentivam e protegem determinada forma de vida qualificada (bios politikos), de modo a influenciar as estratégias adotadas.	O que você mudaria no modo em que o programa é realizado? O que este programa trouxe à sua vida? Quais foram os benefícios e frustrações? Quais eram suas motivações ao ingressar no programa? Elas se modificaram no decorrer dele?	ALCADIPANI BRESSER-PEREIRA FOUCAULT AGAMBEN SARAIVA VEIGA-NETO
Mapear possíveis relações entre o programa Jovem Aprendiz e a lógica de uma sociedade de controle, resultante da influência biopolítica neoliberal, e os possíveis impactos decorrentes que poderiam influenciar os objetivos e metas propostas pelo programa.	A participação no mercado de trabalho mudou a forma com que você utiliza a tecnologia e as mídias sociais? Que mudanças você percebeu em si mesmo durante esta experiência? Que possibilidades e oportunidades estar inserido no mercado de trabalho podem lhe trazer? A partir de sua primeira experiência profissional, como vê a importância do trabalho em sua vida familiar e comunitária?	FOUCAULT AGAMBEN DELEUZE

Fonte: Elaborado pelo autor.